



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADE
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A FRÁGIL “ABERTURA” DE JOÃO FIGUEIREDO: A REDEMOCRATIZAÇÃO
CAMPINENSE EM APUROS (1979-1985)**

JONATHAN VILAR DOS SANTOS LEITE

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2017

JONATHAN VILAR DOS SANTOS LEITE

**A FRÁGIL “ABERTURA” DE JOÃO FIGUEIREDO: A REDEMOCRATIZAÇÃO
CAMPINENSE EM APUROS (1979-1985)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em História na linha de
pesquisa I, Cultura e Cidade.

Orientador: Prof. Doutor Luciano Mendonça de Lima

CAMPINA GRANDE – PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L533f Leite, Jonathan Vilar dos Santos.
 A frágil “abertura” de João Figueiredo : a redemocratização campinense em apuros (1979-1985) / Jonathan Vilar dos Santos Leite. – Campina Grande, 2017.
 144 f. : il.

 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
 “Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima”.
 Referências.

 1. História Social. 2. Ditadura Militar. 3. Opressão. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU 94(81).088(043)

JONATHAN VILAR DOS SANTOS LEITE

**A FRÁGIL “ABERTURA” DE JOÃO FIGUEIREDO: A REDEMOCRATIZAÇÃO
CAMPINENSE EM APUROS (1979-1985)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Orientador

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)

Examinador Interno

Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes (UFPB)

Examinador Externo

DEDICATÓRIA

*Esse trabalho é dedicado àqueles que não tiveram direito a protesto,
a defesa em júri, a liberdade de expressão ou, até mesmo, a uma
lápide.*

AGRADECIMENTOS

Será algo dificultoso elencar nomes a quem eu devo minhas mais sinceras honras. Abrirei mão, portanto, de atribuir qualquer importância à sequência ordinal daqueles citados, deixando isto por conta da lembrança momentânea que hei de ter de cada um no transcorrer destes agradecimentos. Assim sendo, eventualmente posso cometer o descuido de esquecer um ou outrem. A vocês, devo também minhas sinceras desculpas pelo olvido.

Faz-se importante ressaltar inicialmente a importância da CAPES como financiadora deste período de 2 (dois) anos que propiciou através da concessão de uma bolsa a possibilidade para a realização de atividades, da compra de livros e materiais, das inscrições e viagens à eventos acadêmicos e tornar mais viável esta pesquisa.

Dou meus afetuosos agradecimentos aos familiares que acompanham minha jornada acadêmica dando palavras de suporte, conselhos e atenção. Em especial agradeço à minha avó Maria Alba que sempre me serviu como um exemplo de magistrada e apoiou minha decisão de seguir seus passos; meu avô José Afonso que, mesmo com sua parca escolaridade, sempre me deu o devido apoio e motivação para seguir em frente neste percurso; meus pais (Almir e Patrícia), por sempre torcerem com tanto afinco para meu sucesso e sempre estarem ao meu lado quando precisei.

Alguém que certamente não poderia estar ausente neste memorando é a figura de minha dedicada e amável namorada, Anna Letícia. A quem me honra há mais de 8 anos com sua presença confortante, sua paciência nos momentos que menos a tive em meio às exaustivas pesquisas, leituras e escritas e, acima de tudo, por dividir comigo todos os meus maiores desígnios e anseios para o futuro dessa jornada, tornando-se parte íntima de minha vida e o que ela nos reserva.

Muitos também foram os amigos que tiveram participação ativa na construção desta narrativa histórica.

Vale assim o registro das formidáveis “ramonzadas” nas quais foram realizados produtivos debates regados a doses irrestritas de álcool sobre as áreas de conhecimento relacionadas à formação de cada membro desta irmandade ético-científica. Portanto, meus agradecimentos às contribuições dadas por Ramon Farias (anfitrião de excelência, cozinheiro de mão cheia e dedicado economista), Adjael Maracajá (arguto geógrafo e crítico mordaz do capitalismo contemporâneo) e Rodrigo Emanuel (sempre de ideias sobreas nas noites ébrias em colaboração comigo nos debates de nosso *metier* historiográfico). Desde a graduação estes encontros fomentaram diversas pautas de discussões sobre os temas do tempo presente em que diversas vezes me auxiliaram a elucidar questões pertinentes desta pesquisa.

Decorosa também é a gratidão a que tenho pelos meus irmãos de estrada, todos os que compõem o “Cães de Guerra Moto Clube”, por torcerem sempre por mim e darem tamanha guarida e motivação para meu crescimento pessoal, pois minha vitória é nossa vitória. Os cães triunfam sempre.

Agradeço também a todos os colegas do mestrado que cursaram disciplinas, fomentaram debates, compartilharam dúvidas e apontaram respostas e aos professores que estimularam nosso crescimento e engrandecimento no transcorrer deste tempo. Sendo assim não poderia deixar passar em branco o nome do meu orientador, Luciano Mendonça. A ele

pela generosidade em ceder o máximo de si, dividindo seu louvável conhecimento, seus preciosos documentos e valiosos livros.

São muitas pessoas, muitos agradecimentos que foram aqui feitos e talvez muitos outros que acabaram não sendo feitos por injustiça do esquecimento, mas de toda forma sou grato a todos os que me auxiliaram nesta pesquisa de todas as maneiras possíveis.

A vocês, mais uma vez, minhas honras.

Epígrafe

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade.

Neste momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência.”

(Walter Benjamin)

RESUMO

Em 15 de Março de 1979 o general João Baptista Figueiredo é anunciado novo presidente da República, assumindo o lugar de Ernesto Geisel. Já de cara, em seus discursos, o recente presidente militar anuncia que uma de suas principais tarefas será “fazer deste país uma democracia”. Começa assim o derradeiro governo militar, chamado e considerado por muitos de “período de redemocratização”, marcado por uma *suposta* abertura política e um afrouxamento do regime em vários aspectos. Acoplado ao ascendente número de estudos em torno da cidade como objeto de estudo da História e aos recém-completados 30 anos que marcam o fim da ditadura militar temos como objetivo para este estudo uma análise mais minuciosa deste obscuro período da nossa história e como a cidade paraibana de Campina Grande vivenciou esse processo entre os anos de 1979-1985. Analisando fontes tanto da imprensa local, relatos orais de memória e documentações oficiais, iremos problematizar e questionar esse dito processo de “redemocratização” e “abertura política” – enquanto projeto político e também de classe – mostrando a diversas particularidades e nuances de como se deu esse processo e como os sujeitos históricos se articularam e se mobilizaram em Campina Grande nesse interim tomando como ponto de partida questionamentos provenientes da História Social.

Palavras-chave: História Social, Ditadura militar, Opressão.

RÉSUMÉ

Le 15 Mars, 1979 Général João Baptista Figueiredo est annoncé le nouveau président, la prise en charge de Ernesto Geisel. Dès le départ, dans ses discours, le récent président militaire annonce que l'une de ses tâches principales sera de « faire de ce pays une démocratie. » alors commence le dernier gouvernement militaire, appelé et considéré par beaucoup « période de démocratisation », marquée par une ouverture politique supposée et un relâchement du régime à plusieurs égards. Couplé avec le nombre croissant d'études autour de la ville comme objet d'Histoire et les récemment terminés les 30 années qui marquent la fin de la dictature militaire que nous visons cette étude une analyse plus détaillée de cette période sombre de notre histoire et comment la ville de Campina Grande, Paraíba, a connu ce processus dans les années 1979-1985. L'analyse des sources de la presse locale, des rapports oraux de la mémoire et de la documentation officielle, nous allons discuter et remettre en question ce processus que l'on appelle la « démocratisation » et « ouverture politique » - en tant que projet politique et aussi classe - montrant différentes caractéristiques et les nuances de la façon dont était ce processus et la façon dont les sujets historiques ont été articulés et mobilisés à Campina Grande dans l'intervalle, en prenant comme une question de point de départ de l'Histoire Sociale.

Mots-clés: Histoire sociale, Dictature militaire, Oppression.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 13
CAPÍTULO I: “A DITA ANDA DURA, MESMO COM A DITADURA” - DE GEISEL A FIGUEIREDO, ENTRE PROJETOS E ASPIRAÇÕES PARA/DE UMA NAÇÃO.....	p. 40
1.1 – O arrefecimento do regime	p. 41
1.2 – Nos meandros da passagem de faixa: entre aspirações e ações	p. 50
1.3 – Reabertura à <i>campinense</i>	p. 60
1.4 – Reorganização civil em Campina Grande	p. 69
CAPÍTULO II: “AO REVÉS DA ABERTURA – CAMPINA GRANDE ENTRE UMA REDEMOCRATIZAÇÃO MINADA E UMA SOCIEDADE CASTIGADA”.....	p. 79
2.1 – As primeiras bombas explodem: a miséria se escancara	p. 80
2.2 – A miséria se escancara: as primeiras bombas explodem	p. 85
2.3 – Na contramão da abertura campinense	p. 90
CAPÍTULO III: OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE ABERTURA EM CAMPINA GRANDE	p. 107
3.1 – Oposições, articulações, mobilizações e reivindicações ou a ditadura encurralada.....	p. 108
3.2 – As Diretas Já ou o festim dos corvos	p. 127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 133
REFERÊNCIAS	p. 136

SÚMARIO ICONOGRÁFICO

Imagem 1	p.61
Imagem 2	p.72
Imagem 3	p.74
Imagem 4	p.82
Imagem 5	p.83
Imagem 6	p.84
Imagem 7	p.91
Imagem 8	p.111
Imagem 9	p.114
Imagem 10	p.129

INTRODUÇÃO

Com os 50 anos do golpe militar completados recentemente – em 2014 – e os 30 anos que marcam seu fim – em 2015 –, muitas questões, novas e antigas, voltaram à efervescência dos debates. Eventos têm ocorrido Brasil afora, livros têm sido escritos, revisões sobre o tema a partir dos mais variados pontos de vista têm sido feitas¹, novos dados e documentações têm sido revelados, além da própria renovação constante do arcabouço teórico-metodológico da historiografia, que vem nos permitindo novas leituras e olhares para fontes até então inexploradas ou obscurecidas.

É possível dizermos que há uma gama relativamente grande de trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema em questão sob diversas abordagens e pontos de vistas. As produções sobre esta temática vão desde análises da conjuntura econômica dos governos militares, passando por olhares voltados para a produção e manifestação cultural da época; das medidas e relações políticas e partidárias; dos conflitos sociais e participação de setores da sociedade civil, tanto na resistência como na coadunação com o projeto militar; das práticas de violência e opressão policial tanto nas cidades quanto nos campos; do papel dos órgãos midiáticos durante o regime etc.. Há uma série de abordagens feitas por diversas áreas de saber, como a Sociologia, Direito, Economia, História, Jornalismo, Ciências Políticas, dentre outras áreas das ciências humanas. A nós, obviamente, competirá falarmos a partir do nosso lugar de ofício, a História.

A historiografia brasileira só veio começar a abordar de forma mais visível nos anos 1990, já após o fim da ditadura². Com estas novas obras, além das já existentes, temos um ampliado leque de possibilidades de análise deste período quando levamos em conta o grande número de fontes, além de enriquecimento teórico e as próprias questões do tempo presente

¹ Mais adiante, esmiuçaremos mais detalhadamente essas questões sobre nomenclaturas utilizadas, teorias adotadas e posições tomadas por vários autores e por nós nesta pesquisa.

² O fato de muitos destes estudos só terem sido empreendidos após o fim da ditadura, estão relacionados justamente à quase impossibilidade de se trabalhar e muito menos publicar obras ligadas à ditadura (a não que ser que fosse de caráter apologético, evidentemente). Além do caráter censurador, havia a grande dificuldade de acesso a fontes, mas ainda assim destacaram-se por suas pesquisas nomes como Moniz Bandeira e Jacob Gorender. As poucas pesquisas existentes ainda na Ditadura aconteciam muitas vezes no exterior por professores que saíam para fazer doutorado fora. Todavia, se faz importante ressaltar a existência de trabalhos de excelência produzidos ao calor do momento por não brasileiros ainda durante a ditadura. Já em 1981, por exemplo, temos uma obra reverenciada até os dias atuais por sua profundidade, qualidade e variedade documental. A referida obra é o livro “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe” resultado da tese de doutorado do cientista político e historiador uruguaio René Armand Dreifuss na Universidade de Glasgow, Escócia (produzida entre 1976 e 1980). Outra obra também produzida ainda no início da Ditadura é o livro do brasileiro estadunidense Thomas Skidmore intitulado “Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930 – 1964)” publicado ainda em 1967.

que demandam questões. Com a utilização de vários tipos combinados de fontes e a ampliação do arcabouço documental no campo da História no decorrer do século XX com as gerações dos *Annales* pudemos detectar cada vez mais detalhes que até então passavam despercebidos, observar acontecimentos de ângulos mais diversificados e enriquecer os trabalhos acadêmicos lhes atribuindo mais qualidade. Com essa transformação e inovação que atingiu todo o ramo historiográfico global, no contexto brasileiro contemporâneo isso tem caminhado ao lado do avanço da democratização e ampliação dos mecanismos de cidadania e que por sua vez propicia “a releitura dos acontecimentos referentes à ditadura militar, com identificação de novas fontes que minam a sustentação da história oficial” (FERREIRA, 2014, p.149). Além disso, é dever da História superar o longo tempo que se passou sem debater certas questões sobre esse período e o tempo que certas fontes documentais permaneceram eclipsadas com o objetivo principal de tentar buscar: “reparação, o fornecimento da verdade e construção da memória, a regularização da justiça e restabelecimento da igualdade perante a lei e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos” (ABRÃO, 2012, p.59 apud FERREIRA, 2014, p. 149).

. Carlos Fico (FICO, 2004, p.40-41) nos trás um mapeamento realizado pelo Grupo de Estudos sobre Ditadura Militar da UFRJ que nos diz que

[...] entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior. O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas.

Sem sombra de dúvidas podemos dizer que estes estudos se multiplicaram após 2004 – período em que foi realizado este levantamento. Algumas destas produções têm assumido uma das vertentes do revisionismo ao tentar reavaliar e reler os acontecimentos ocorridos no decorrer dos 21 anos de ditadura. Algumas destas interpretações muitas vezes acabam por

amenizar os impactos reais que a ditadura proporcionou (quando não negando muitos deles)³. Por ser uma memória ainda recente na sociedade brasileira, há ainda um confronto destas memórias, e a escrita do historiador encontra-se muitas vezes em meio a este turbilhão. Em primeiro nível esses embates são atravessados por lutas por uma hegemonia na contemporaneidade e com projeções futuras no que Koselleck (2006) chama de horizontes de expectativa.⁴

Desde pelo menos o final dos anos 1980 e início dos 1990, vem sendo produzida uma literatura revisionista sobre o golpe de 1964, cujo marco inicial é o trabalho de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas?* (1993), “em que a autora defende a ideia de que a radicalização política da esquerda inviabilizou a combinação daquela democracia com reformas sociais, opondo ‘democracia’ a ‘reformas’” (MELO, 2009, p.09). Essa mesma perspectiva teórica e interpretativa vem sendo seguida por historiadores como Jorge Ferreira e Daniel Aarão, que explicam o golpe em decorrência da falta de apego pela democracia por parte de todo o espectro político, da direita à esquerda. Tais teses ganharam força quando dos debates acadêmicos em torno dos quarenta anos do golpe, onde tais ideias tiveram grande repercussão na imprensa.

Para Jorge Ferreira (2010), torna-se evidente uma culpabilização da esquerda para o momento do golpe, onde estes não conseguiam manter diálogo político por seu demasiado radicalismo e pela atuação revolucionária de Brizola e por lideranças sindicais, camponesas, estudantis, dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxista-leninistas, políticos nacionalistas, assim como a direita latifundiária e tradicional udenista (TAVARES, 2004, p.35). Segundo o autor, o clima de tensão política da esquerda x direita só fomentava o clima de antidemocracia que culminara no golpe:

A radicalização política, por sua vez, fragilizava ainda mais o governo. Em setembro, Leonel Brizola, falando em nome das esquerdas, defendeu o fechamento do Congresso Nacional e pediu que o Exército restaurasse os poderes presidenciais de Goulart. Lacerda, mais uma vez, denunciou o perigo de golpe comunista prestes a acontecer. (2010, p.358)

³ Com isto não estamos querendo dizer que todo e qualquer ato de revisar um tema e lança novos olhares é, *a priori*, algo ruim e problemático. Não se trata de demonizar todos os que revisam o tema, mas de apontar certo estrato deste bloco na historiografia que têm cometido equívocos que julgamos de caráter grave. O ato de revisar um tema é algo saudável e frutífero à medida que se descobrem novas fontes, novos métodos e teorias que possam corroborar com a pesquisa histórica.

⁴ No sentido desta discussão temos o livro organizado por Demian Melo intitulado “*A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*” que traz uma coletânea de textos sobre variados temas sob o prisma do marxismo. A obra traz um grande contribuição para esta discussão e aponta fragilidades em muitas das teses defendidas pelos revisionistas da atualidade.

Não há para o referido autor sequer uma pretensa igualdade de culpas. A direita, no final das contas, quem conseguiu alcançar algum equilíbrio – como fica evidente no texto acima com a evocação de Lacerda quase que como um paladino da democracia.

Segundo o mesmo autor – apoiando-se fontes oficiais do Serviço de Repressão ao Contrabando constadas na obra do historiador Flávio Tavares (1999) – a radicalidade da esquerda era extremada, contado com núcleos fortemente armados, treinados e, inclusive, financiados por Cuba (2010, p.359). Para além desta declaração constada em um documento oficial (portanto questionável e passível de crítica documental), que outros indícios empíricos desta afirmação foram/são atestados? Se essa esquerda estava tão preparada para um combate com armamentos, munição, treinamento e financiamento, por que esta mesma esquerda não utilizou nada disto nos primeiros momentos do golpe? Eles já não estavam de prontidão para darem seu próprio golpe, supostamente? E onde estavam os seus supostos apoiadores externos que não deram sequer uma palavra em momento tão crucial ou mandaram algum reforço direto? Onde está a documentação comprobatória que prove a existência desses núcleos de guerrilhas armada antes de 1964? Perguntas como estas podem acabar pondo em xeque, algumas destas afirmações sobre o dito perigo iminente da extrema esquerda em marcha mediante esse “golpe preventivo”.

Esta é, quiçá, outra tese emergente dessa onda do revisionismo de 2004 defendida até mesmo por Leandro Konder – expoente da teoria marxista no Brasil –, que também apontava o golpismo como algo historicamente manifesto da esquerda brasileira e que havia sido justamente nisto que residira a motivação da direita em ter orquestrado seu golpe como contramedida, como **contra golpe** (KONDER, 2004).

Há, entretanto, nestas teorias, um pressuposto equivocado de que o Estado é um ator neutro nos processos políticos, situando-se para além das disputas da sociedade. Além disso, acaba-se por tomar a democracia como um modelo ideal, que atende a todos os interesses se todos seguirem suas regras (MATTOS, 2014). Quando na verdade o que vemos é uma disputa mais ou menos intensa em torno de determinados projetos com fins políticos, assim também como estritamente classistas em defesa de determinadas ideologias e setores sociais.

Outro revisionista que tem trazido interpretações problemáticas mais recentemente é Marco Antonio Villa. A abrangência de sua obra é geralmente de leitores não especializados, sendo mais recepcionada pelo grande público não acadêmico⁵. Desde completados os 40 anos

⁵ Apesar de ser visto de soslaio no meio acadêmico, Villa é historiador de formação, doutor em História Social pela USP e é professor na Universidade Federal de São Carlos (São Paulo). Após ter se aninhado na grande mídia o vemos juntando-se a rádio Jovem Pan como comentarista, à Veja (até 2016), escrevendo para O Globo

do golpe (em 2004), Villa já causava grande burburinho com textos e publicações sobre suas polêmicas leituras acerca do regime, assim como os momentos que precedem o golpe. Mais recentemente, completados os 50 anos do golpe ele volta com mais força ainda através da publicação, desta vez, de um livro sobre a ditadura intitulado “Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita”. Neste livro do historiador vemos compilada boa parte destas teses do revisionismo pós 2004, entretanto com boas doses de exagero e radicalismo em sua abordagem. Primeiramente o autor abole o recorte de 21 anos de ditadura, afirmando que

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período de 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos de 1979-1985, com a aprovação da Lei da Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. (VILLA, 2014, p.09)

Desconsiderar o momento que precede o AI-5, assim como o período Figueiredo com todas suas séries de violações aos direitos civis, humanos e políticos de vários cidadãos que aconteceram entre 1964 e 1968 ou entre 1979-1985, beira quase o absurdo em tempos em que já se produziu tanto sobre o período e tantos documentos. Atitudes como está chegam a ser desrespeitosas com milhares de vidas que foram atingidas pelo arbítrio e truculência do regime e acabam por gerar uma amenização que faz *tabula rasa*⁶ perante tantas calamidades, todas devidamente documentadas e comprovadas no seio historiográfico. Nenhuma destas justificativas apresentadas pelo autor anula a existência da violência de Estado praticada em ambos os momentos – e sobre o período Figueiredo, em particular é que trataremos com mais detalhes neste trabalho. Mais sentido talvez fizesse pensar tal recorte na direção de um alargamento. Alexandra Barahona Brito⁷ (2013) já indica que a transição à Nova República – e por tabela o fim da Ditadura – não aconteceu do dia para a noite. Os efeitos de um regime que teria durado 21 anos sob direção da caserna perdurariam com visibilidade até 1989. Todavia, o mais sensato em termos historiográficos seria pelo menos conservar esta periodicidade (1964-1985) e não reduzi-la.

na coluna opinião atualmente, tendo participações correntes no Jornal Cultura, além de manter o seu blog pessoal, angariando bastante popularidade para além dos muros das universidades – o que particularmente se torna mais preocupante ainda. Sendo assim, não podemos simplesmente o descartar do hall de historiadores que contribuíram de uma forma ou de outra para a historiografia da ditadura militar e que, sem dúvidas, impactou de alguma forma com seus escritos sobre o tema em debate.

⁶ Como diz TOLEDO, 2004, p.35.

⁷ A autoria traz um recorte que se inicia em 1964 e vai até 1989.

Para além desta conturbada datação, o historiador também aponta para o intento golpista tanto da direita quanto da esquerda. Seguindo esta linha de raciocínio o autor parte para as especulações imaginárias apontando a existência de 8 grupos armados da esquerda já desde 1962 e organizados com recursos provindos de Cuba (VILLA, 2014, p.28-29), todavia Villa não traz fonte alguma, registro ou prova documental para comprovar a existência destes grupos. Além disto, o autor desconsidera completamente a participação do governo dos EUA na maquinação do golpe, jogando no lixo toda a tese elaborada por Dreifuss em uma mera nota de rodapé das seguintes três linhas: “No conjunto dos acontecimentos a participação do governo americano foi desprezível, diversamente do que reza a lenda. Os atores políticos se moveram pela dinâmica interna e não como ‘marionetes do imperialismo’” (IBIDEM, p.38). Como se a tese central de Dreifuss tivesse se limitado à resumir o complexo movimento do golpe a mero ventriloquismo ianque.

Nesta esteira de revisões historiográficas, temos também obras do historiador Daniel Aarão Reis Filho. Algumas das teorias deste historiador entram em sintonia com a de outros citados até aqui, como o fim da ditadura em 1979 – defendida por Marco Antonio Villa –, quando, segundo Reis Filho (2014, p.15-16) “deixou de existir o estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a Lei da Anistia, ensejando o retorno dos exilados”. Além disso, apesar de não desconsiderar o período Castelo Branco – como faz Villa – o autor, caracteriza o período por eufemismos, referindo-se inclusive aos anos que precedem o AI-5 como “ditadura envergonhada” (REIS FILHO, 2014, p.15) (termo criado pelo jornalista Elio Gaspari e que possui suas pertinências como veremos adiante). Assim como os demais autores acima, Aarão também acredita no perigo iminente da esquerda em que “antes de 1964 o Brasil viveu uma ameaça revolucionária, uma ameaça que chamo reformista-revolucionária. Foi um processo que mobilização de massas aqui no Brasil até então inédito na república brasileira que ameaçava os fundamentos da ordem” (JOFFILY & SCHLATTER, 2011, p. 247).

Segundo esses tipos de leitura, de acordo com Luciano Mendonça de Lima (2016, p.95), a responsabilidade não mais é imputada aos legítimos golpistas, mas “a culpabilização de todos, esquerda e direita, dominantes e dominados, espécie de versão tupiniquim da teoria dos dois demônios”. Isso acaba por descaracterizar a imagem de uma ditadura baseada pelo extremo uso coercitivo dando vazão à imagem de “um regime legitimado socialmente e com ares de consagração popular” (IBIDEM, p.95).

Seguindo nesta mesma leitura trazida por Mendonça podemos apontar para outro problema de conceituação feito não só por Daniel Aarão, mas boa parte dos atuais

historiadores do revisionismo em apontar a natureza do regime como *civil-militar*. Ao se afastar da ideia de um sentido de classe, estes autores acabam apontando para a ideia de um consenso social em que o peso do apoio da sociedade é fundamental para “para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo” (REIS FILHO, 2010, p.182). Para corroborar com essa tese, Reis Filho (IBIDEM, p. 174) traz 3 exemplos que ele julga expressivos para demonstrar “apoios extensos e consistentes”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, antes do golpe, e as Marchas da Vitória, logo após o golpe, mobilizando milhões de cidadãos; os altos índices de popularidade do presidente Garrastazu Médici (aferida por uma pesquisa do IBOPE, que indicava 82% de aprovação no início dos anos 1970); e, por último, as “expressivas votações obtidas pela Arena”.

Como bem nos lembra Marcelo Badaró (2014) em suas considerações acerca destas teses sustentadas por Aarão Reis Filho, apesar das demonstrações de apoio oriundas das marchas supracitadas, é importante identificar os setores que se viam representados nestes movimentos e pelo regime em si (e nas suas distintas etapas), sem incorrer em generalização. Referente ao segundo ponto há de se levar em consideração que, apesar de servirem como medidores em certa medida, dados como índices de popularidade podem ser sonogados ou que, em um período conhecido por ser o mais ríspido do regime, algumas pessoas poderiam se sentir completamente inseguras de responder a um estranho que a perguntasse na rua se ela apoiava ou achava o atual governo Médici um bom governo – muitos diriam que sim por medo.⁸ Por fim, a questão das “expressivas votações” obtidas pela Arena é de difícil compreensão, afinal, o partido é derrotado com frequência, além de nunca ter conseguido “(com exceção de uma pequena margem – 50,5% - favorável nas eleições proporcionais de 1966) ultrapassar o percentual de votantes na oposição somado ao de votos nulos e brancos” (MATTOS, 2014) e, a partir de 1974, ser ultrapassado pelo MDB em vários pleitos, sobretudo nas eleições de 1978.

Utilizamos-nos de alguns trechos citados do quinto e último livro da coleção sobre ditadura militar de Elio Gaspari. A riqueza de detalhes e a gama repleta de documentos que o jornalista teve acesso e trouxe a sua obra são reconhecidamente louváveis e têm suas devidas importâncias; para nós são as informações e fontes que muitas vezes são trazidas pelo autor que nos importa e as utilizamos para os fins deste trabalho. Todavia, com relação às

⁸ Além do mais vale ressaltar que o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) – o qual Daniel Aarão Reis Filho utiliza como fonte – já foi alvo de diversas investigações e CPIs no decorrer da história por acusações de diversas fraudes, o que diminui mais ainda a credibilidade dos dados.

perspectivas defendidas em sua obra geral sobre o tema, possuímos nossas divergências. Desde a maneira que Gaspari trata com eufemismo o período pré-AI-5 como “envergonhada” ou ao último governo do regime como “ditadura acabada”; a culpabilização da esquerda no golpe de 1964; a forma elogiosa que trata da transição feita pelo alto, assim como das figuras de Golbery Silva e Couto e Ernesto Geisel (CALIL, 2014, p.125-126).

Como em alguns casos são observáveis, além da falta de comprovações empíricas ou factuais, as interpretações que muitos destes autores oferecem possuem fragilidades. “A rigor, são ideias falaciosas que passam a ter significados políticos e ideológicos claros e precisos no debate historiográfico; a rigor, endossam uma visão conservadora e reacionária do golpe de 1964.” (TOLEDO, 2004, p.36). Algumas dessas suposições podem ser prontamente problematizadas e postas em xeque.⁹

A primeira consideração seria justamente à incógnita, mesmo após mais de 50 anos do golpe, em torno desse projeto golpista da esquerda ou do presidente João Goulart. Nem mesmo após a apreensão de vários arquivos de organizações de esquerda ou do presidente Jango nos primeiros instantes do golpe pôde-se constatar documento algum que constasse sequer com um esboço de projeto para tomada de poder ou de realização de um golpe, fosse por meios políticos ou revolucionários. Uma questão chave que Toledo (2004, p.37) nos traz sobre a ameaça de Goulart é:

Em outubro de 1963, pressionado pela alta hierarquia militar, Goulart solicitou ao Congresso a aprovação de um decreto que impunha ao país estado de sítio. A grave “comoção interna” – que justificava o pedido – se referia a uma insultuosa e agressiva entrevista de Carlos Lacerda a um jornal norte-americano onde pregou abertamente o golpe de Estado e atacou os ministros militares. Referia-se também às frequentes greves operárias e atos de insubordinação dos subalternos das Forças Armadas. Direita e esquerda, desconfiando das intenções de Goulart, negaram apoio à proposta. Duas observações: Goulart, valendo-se de dispositivo constitucional, que previa a decretação da medida de força, enviou a proposta à aprovação do Congresso. Não tendo sido bem-sucedido, voltou atrás, retirando o pedido. Um chefe de Estado, determinado a dar um golpe – e apoiado pelos comandantes militares –, aceitaria passivamente a negativa do Congresso sem reagir de forma enérgica?

⁹ Em um ainda atual e bastante relevante artigo de 2004, em ocasião dos 40 anos do golpe, Caio Navarro de Toledo levanta inúmeras questões para confrontar essas teorias revisionistas que esboçamos aqui e outras tratadas em seu texto. Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo.** *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

Ainda tratando-se do golpismo janguista vale refletir algumas questões: se o presidente sabia que no dia 31 estava em marcha um plano de derrubá-lo do poder, não estaria já ele de prontidão para neutralizar Mourão Filho e suas tropas que se locomoviam de Minas Gerais ao Rio de Janeiro e pôr em ação seu golpe contando com o apoio de sua alta cúpula de legalistas militares? Se o famigerado “grupo dos 11” de Brizola – que não era armado e era diminuto – estava tão articulado, onde estava ao lado de Jango para serem escudeiros de seu “plano maquiavélico”? A defesa de proposta de uma reforma constitucional feita por Prestes para viabilizar a possibilidade de uma reeleição¹⁰, se mostra sinal de golpismo? Toledo (2004, p.41) nos lembra que para tal proposta se concretizar, antes ela passaria pelo Congresso Nacional para aprovação, exigindo aprovação da maioria de deputados federais e posteriormente de senadores; ou seja, um processo totalmente legal e dentro dos limites democráticos. Para tanto lembremos que isto logrou êxito décadas depois durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e, como bem sabemos, não se configurou como golpe de estado.

Evidentemente, não contestamos aqui que setores nacionalistas e de esquerda (UNE, Ligas Camponesas, CGT, PCB/Prestes, Brizola, movimento dos praças militares, etc.) e o presidente João Goulart têm suas parcelas de culpa no agravamento do acirramento político no momento pré-golpe gerando mais radicalização. Em parte, a esquerda foi incapaz de construir alianças políticas com blocos progressistas e não golpistas, além de ter exagerado em uma retórica revolucionária e com palavras de ordem marcadas por radicalismo, colaborando mais na unificação e mobilização da direita civil e militar que passou a enxergá-los mais ainda como ameaça (TOLEDO, 2004, p.43).

É importante um adendo, como bem lembra Marcelo Badaró (2014): as propostas das reformas de base de Jango e ainda o apoio da esquerda na realização destas, não se caracteriza como um “projeto de comunização do país”. A reforma agrária, por exemplo, era uma experiência histórica realizada por governo de várias partes do mundo, muitos orientados pelo liberalismo e/ou o conservadorismo. Da mesma forma a reforma universitária demonstrava na verdade uma necessidade de uma educação superior defasada mesmo se comparada aos países próximos da América Latina. Além do mais, o próprio PCB – grande representante político da esquerda nacional – vinha seguindo as diretrizes levantadas após a terceira-internacionalista em que considerava a aceitação do jogo democrático e de uma aliança com a burguesia nacional como uma etapa necessária no processo de revolução no país. O que nos leva,

¹⁰ Obviamente estratégica em prol de angariar mais tempo para realizar as reformas de base ou conseguir estabilizar o clima político e realizar coalizões, neste sentido.

outrossim, à questão da forte antipropaganda anticomunista que taxava qualquer projeto de teor mais progressista como projeto socialista com intuito de provocar medo nos leitores durante este período – tendo êxito principalmente com as classes médias.

Portanto, preferimos entender o regime ditatorial como um só, que passou por diversas fases que se iniciam no próprio golpe de Estado, e não com o AI-5, mas que neste ato adicional atingiu o ápice do processo de implementação da ditadura. Assim como não acabou em 1979, pois a revogação do AI-5 esteve acompanhada de uma série de expedientes legais para manter o as prerrogativas ditatoriais do poder militar – como a Lei de Segurança Nacional que ainda vigorava (MELO, 2009).

Para além destas interpretações oriundas do revisionismo que tratamos rapidamente até aqui – e as problematizamos –, há também novos estudos e revisões, com novas fontes, novas abordagens e que nos ajudaram nesta pesquisa. É notável assim uma reascensão de vários estudos pautados em uma história social de base marxista a partir de teses clássicas produzidas entre os anos 1960 e 1980 e têm se tornado efervescentes na conjuntura atual, assim como relevantes para as discussões da historiografia atual.

Para isso, faremos rápida menção a alguns autores que colaboraram com a temática sob o prisma do materialismo histórico e acresceram com vasto conteúdo sobre a ditadura militar no Brasil e, por conseguinte, servindo de arcabouço para esta pesquisa em alguns momentos¹¹.

Em ordem temática – iniciando-se pelo momento de pré-golpe até o fim da ditadura no processo de transição – talvez devêssemos começar pela menção à René Armand Dreifuss em seu livro-tese “1964: A conquista do Estado”, tendo como referencial teórico as leituras do materialista italiano Antônio Gramsci e que, como bem pontua Luciano Mendonça de Lima (2016, p.92-93), chega algumas conclusões basilares em sua obra, dentre as quais destacaríamos por etapas: a transformação do capitalismo brasileiro pós 2ª Guerra, cada vez mais em consonância com as diretrizes político-econômicas hegemônicas pelos EUA; a expansão de um setor da burguesia industrial local associada ao grande capital transnacional a partir do governo JK; uma crise de hegemonia que resultara em choques entre classes burguesas e classes populares; o setor transnacional e associado realizando ampla campanha política ideológica utilizando-se de antipropaganda de natureza política e ideológica contra movimentos populares e o presidente João Goulart através da grande imprensa e da figura de

¹¹ Evidentemente, de forma pontual, citamos trabalhos de autores de outras vertentes historiográficas e que também deram igualmente suas contribuições para esta história da ditadura com alguma interpretação e principalmente com fontes e informações que os mesmo tiveram acesso.

destaque de dois órgãos, o IPES e o IBAD; e, por fim, a infiltração inicial de grandes membros destes órgãos nos aparatos governamentais do então instaurado regime militar em prol de uma política econômica de favorecimento tanto ao capital nacional como transnacional, se gestando no Brasil então uma ditadura empresarial-militar.

Seguindo boa parte deste escopo interpretativo de matriz marxista temos também autores como: Dênis de Moraes e seu estudo sobre as esquerdas no golpe de 1964 (inclusive, sua obra de mesmo título é posfaciada pelo próprio Dreifuss)¹²; Maria Helena Moreira Alves em seu estudo sobre a ditadura, escrito ainda nos últimos momentos da mesma¹³; Fabiano Godinho Faria em seu estudo sobre o golpe e as tensões do período Jango assim como a organização e militância do PCB à época¹⁴; a socióloga Maria José de Resende que se dedica ao período da ditadura por inteiro e sobretudo dá atenção especial ao chamado momento de transição¹⁵; José Paulo Netto, que apesar de ser de Serviço Social, escreveu um bom livro síntese sobre história da ditadura¹⁶; João Quartim de Moraes, que além de ter feito um clássico estudo das esquerdas militares, também escreveu outros textos sobre o golpe e a natureza de classe do Estado Militar¹⁷; Gilberto Calil em seus textos sobre a atuação do integralismo em articulação golpista e de apoio ao golpe, assim como também seu texto sobre o revisionismo (tendo em foco a obra de Elio Gaspari)¹⁸; sobre a política econômica, o “milagre” e a economia durante o período de transição em um contexto mais geral destacaríamos Adriano Codato, Nilson Araújo de Sousa, Carlos Giannazi e os economistas Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp¹⁹ – embora alguns dos citados anteriormente

¹² Cf. MORAES, Denis de. A esquerda e o golpe de 64. 3ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

¹³ Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁴ Cf. FARIA, Fabiano Godinho. Os militares e a crise de 1964: crise orgânica e golpe de classe. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

¹⁵ REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984). Londrina: EDUEL, 2013.

¹⁶ Cf. NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2015.

¹⁷ Cf. MORAES, João Quartim. A natureza de classe do estado brasileiro In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, João Quartim. O colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

¹⁸ CALIL, Gilberto Grassi. Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. In: Segle XX. Revista catalana d'història nº07. Catalunya, 2014, p. 99-126.

¹⁹ Cf. CODATO, Adriano. Intelectuais de Estado e a gestão da política econômica no regime ditatorial brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUZA, Nilson Araújo de. A economia da ditadura e da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

GIANNAZI, Carlos. A doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969-1973). São Paulo: Cortez, 2013.

tratam bem de quesitos econômicos também, como é o caso de Maria Helena Moreira Alves – ; Mariana Joffily sobre o DOI-SP e a Operação Bandeirantes²⁰; Vanessa Mattos e sua dissertação sobre os esquadrões da morte²¹; Alexandre Tavares do Nascimento Lira em sua tese trabalha ditadura e educação de forma detalhada²²; sobre os combates travados entre a ditadura e a resistência armada se faz importante Jacob Gorender em sua obra Combate nas Trevas²³; Ricardo Antunes e seu clássico livro “A rebeldia do trabalho” sobre as organizações sindicais e greves organizadas durante a ditadura (sobretudo após meados da década de 1970)²⁴; sobre o período da transição o qual trabalhamos, além dos demais textos citados que abarcam os 21 anos de ditadura, há ainda ótimos textos de Anderson Deo, David Maciel e Alexandra Barahona sobre o processo e seus meandros²⁵.

E é neste contexto descrito que se enquadra a presente pesquisa. Partimos, portanto, de questões e premissas oriundas dessa História Crítica em que elevamos o sentido de classe como essencial para compreender os processos históricos que envolvem o tema da ditadura militar, destacando perguntas como: de que forma estas classes interagiam, disputavam e reivindicavam posições? Quais classes foram mais beneficiadas? Quais foram mais atingidas? E quais se opuseram e resistiram? A partir destas premissas que dão o sentido de classe ao

PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Luciana de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

²⁰ JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo, EDUSP, 2013.

²¹ MATTOS, Vanessa. O Estado contra o povo: a atuação dos esquadrões da morte em São Paulo (1968-1972). Dissertação de mestrado em História. São Pão: PUC, 2011.

²² Cf. LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. A legislação na educação durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

Apesar de não estar inserido nessa vertente de origem marxista valer a pena conferir o livro de Rodrigo Patto Sá sobre as universidades no contexto da ditadura. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²³ Cf. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas: as esquerdas brasileiras – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

Vale também conferir o clássico “Brasil nunca mais” que trata tanto dos métodos de tortura e crueldades cometidas pelos militares, às organizações de esquerda: Cf. ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

²⁴ Cf. ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. Campinas: EDUNICAMP, 1988.

²⁵ Cf. MACIEL, David. A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, David. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

DEO, Anderson. Uma transição à *long terme*: institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRITO, Alexandra Barahona de. “Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil. IN: PINTO, Antônio Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do sul e América latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

golpe de 1964 e a ditadura – como bem observa Marcelo Badaró Mattos (2015) – iremos proceder estes estudos.

Por considerarmos o papel decisivo das classes nos processos históricos, logo abolimos categorias generalizantes que consideramos não dar conta da complexidade que as permeia no objeto em questão. Portanto, consideramos termos como “civil-militar” e o uso de “esquerda(s)” e “direita(s)” para analisar facções políticas como muito limitantes e abrangentes, dando vazão, inclusive, para ambiguidades e interpretações. Ao apresentar a ditadura como resultado de um “consenso” da sociedade civil brasileira denota um trato homogeneizante que exclui exatamente os vários outros extratos sociais que se opuseram e fizeram frente ao regime de exceção. Outras categorias como “povo” e “sociedade” também incorrem no risco de não dar a devida importância à ação protagonizada por empresários, trabalhadores, setores intermediários, saindo de cena, assim, as classes sociais e seus conflitos (MATTOS, 2015). Para tentarmos responder aos questionamentos levantados pela pesquisa, é imprescindível atentarmos para as relações de força presentes na sociedade campinense e suas classes e para tanto não trataremos a sociedade ou as classes que a habitam nem como parte de uma mera estrutura superficial que serve a uma base econômica homogeneizante, sem destacar o singular e o diverso que habitam esse “todo”. A classe não pode ser vista assim como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1997, p.09). É importante observarmos como certos indivíduos ou grupos vieram a ocupar determinados papéis sociais e como montaram suas estruturas de poder através de uma organização social específica (IBIDEM, p.11).

Tomamos assim o golpe de 1964 como um movimento orquestrado por uma elite orgânica empresarial em articulação com os militares da alta cúpula das forças armadas e cooperação dos EUA, como bem expôs Dreiffus (1981), através das articulações entre governo estadunidense, as campanhas e ações políticas do complexo IPES/IBAD junto à movimentação de generais e seus subalternos na conquista de apoio de setores da classe média e do clero. Da mesma forma, não tomamos os 21 anos de ditadura como um regime **civil**-militar. Apesar do consentimento desta elite empresarial por serem os beneficiários diretos durante o período, acreditamos que o termo pode acabar por generalizar ao dizer que a sociedade civil (passando uma ideia de um todo) como apoiadora do regime, considerar isto, a nosso ver, seria deixar de lado a maioria esmagadora das vezes em que o partido da oposição, o MDB, venceu o partido da caserna, a ARENA; seria esquecer-se da militância antirregime

de tantos trabalhadores, religiosos, estudantes e demais classes em vários momentos no decorrer dos 21 anos.

Claro que os militares não agiram em total ordem e de forma uníssona. Na verdade havia uma heterogeneidade de intenções agindo simultaneamente. Enquanto, por exemplo, o I Exército estava totalmente disposto à execução do golpe (que inclusive foi afoitamente desencadeado pelo gen. Mourão Filho a partir de Juiz de Fora, Minas Gerais); o III Exército, no Sul, era fiel a Brizola e de quebra à Jango; o II Exército ainda pairava uma nebulosa de indecisão que deixava a incógnita sobre o general Amaury Krueel estar do lado de Jango (seu amigo pessoal) ou se aliar à dita “revolução” sob a prerrogativa de que o presidente deixasse de lado a linha das reformas de base.²⁶

Todavia, é importante ressaltarmos que, se no movimento do golpe foi essencial à cooperação de grandes setores da burguesia brasileira e o apoio de parte da classe média aos militares – ilustrado, por exemplo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 19 de março – desencadeando o movimento iniciado no dia 1 de abril, no decorrer dos 21 anos de ditadura, os militares foram provando o contrário. Boa parte da classe média – inicialmente apoiadora do golpe – é caçada e intimidada²⁷ e núcleos da elite burguesa empresarial crenes em tomar posse da máquina estatal que acabam ficando de fora dos grandes cargos administrativos do Estado. Passado o governo do general Castelo Branco, os militares foram tomando paulatinamente as rédeas da administração além de ir cada vez mais caindo no desagrado dos demais civis²⁸. Apesar de a plutocracia brasileira ter perdido parte do lugar inicialmente concebido, foi um dos setores mais amparados e protegidos em detrimento do descaso social que os demais brasileiros viviam, em um surto de crescente desigualdade social, má distribuição de renda e sua concentração galopante.

Para além dos autores e obra citados anteriormente que direcionaram seus olhares de forma mais macroanalítica – tomando o Brasil como recorte de análise –, temos também os autores que buscaram observar as particularidades intrínsecas à redução de escala. Na Paraíba alguns historiadores têm se detido a estudar o período antecedente ao golpe e a ditadura em seus 21 anos ou momentos específicos desta época. Temos os textos Luciano Mendonça e Roberta Gerciane sobre os arquivos militares da cidade de Campina Grande e os

²⁶ Em ordem de correspondência: I Exército (com sede no Rio de Janeiro), II Exército (com sede em São Paulo), III Exército (com sede no Rio Grande do Sul), IV Exército (com sede em Pernambuco).

²⁷ Até chegar ao ponto de migrarem para a oposição e lutarem contra a ditadura nas diversas frentes de embate (cultural, política, armada, etc).

²⁸ Como veremos no decorrer da pesquisa, vários grupos que apoiaram o golpe no princípio, no decorrer foram mudando de posição em maior ou menor grau.

documentos da ditadura²⁹ assim como o texto de Lúcia de Fátima Guerra sobre essa documentação no estado da Paraíba³⁰; Maria do Socorro Rangel nos retrata a questão das Ligas Camponesas da Paraíba e suas lutas nos anos anteriores ao golpe³¹; Monique Cittadino em seu texto sobre os impactos do golpe no estado e a ruptura do populismo godinista³²; Dmitri da Silva Bichara, com sua dissertação sobre a ARENA até 1969³³; Thiago Trindade Marques trata, em sua dissertação, da política desenvolvimentista da ditadura e sua incorporação no projeto político campinense entre os anos de 1963 e 1969³⁴; Wertevan Silva Fernandes trata das relações clientelistas na Paraíba durante o Regime Militar³⁵; Luciana Estevam e sua dissertação sobre o esquadrão da morte Mão Branca, assim como meu trabalho monográfico e um artigo de Carlos Magno dos Santos Souto sobre o mesmo esquadrão e que culminará, em breve, em sua tese de doutorado em andamento na UFPE³⁶; ainda temos Josenildo Marques da Silva em sua dissertação sobre o período do governo de Wilson Braga na Paraíba (1982-1986)³⁷; temos também o livro da tese de doutorado de Damião de Lima sobre a ditadura e o fim do sonho regional desenvolvimentista para Campina Grande³⁸; temos uma série de textos produzidos por Paulo Giovani desde o momento do golpe, mas

²⁹ Cf. LIMA, Luciano Mendonça de & ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. **Arquivos militares e a pesquisa histórica: uma experiência de pesquisa**. IN PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamarç Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). História e Sociedade: saberes em diálogo. Campina Grande: EDUFCG, João Pessoa: A União, 2014.

³⁰ Cf. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Documentação e acesso aos arquivos da repressão na Paraíba**. IN PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamarç Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). História e Sociedade: saberes em diálogo. Campina Grande: EDUFCG, João Pessoa: A União, 2014.

³¹ Cf. RANGEL, Maria do Socorro. **Territórios de confronto: uma história de luta pela terra nas ligas camponesas**. In: LARA, Silva & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). Direitos e justiças no Brasil. Campinas: EDUNICAMP, 2006.

³² Cf. CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe no estado da Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: EDUFPB/IDEIA, 1998.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: EDUSC, 2006.

³³ SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969)**. Dissertação de mestrado em História. PPGH-UFPB: João Pessoa, 2016.

³⁴ Cf. MARQUES, Thiago Trindade. **Do desenvolvimento ao alinhamento à conduta militar: as peripécias da política campinense (1963-69)**. Dissertação de mestrado em História. João Pessoa: UFPB, 2012.

³⁵ Cf. FERNANDES, Wertevan Silva. **A força do clientelismo**. João Pessoa: EDUFPB, 2006.

³⁶ Cf. LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. **“A bonança na matança”: o sentimento de conforto causado pelo esquadrão da morte, Mão Branca, entre os cidadãos campinenses em 1980**. Monografia. Campina Grande: UFCG, 2015.

SILVA, Luciana Estevam da. **Cidade e Violência: Campina Grande na década de 1980 e as representações do “Mão Branca” nos jornais**. Dissertação de mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2010.

SOUTO, Carlos Magno dos Santos. **A Mão que mata: considerações sobre o grupo de extermínio Mão Branca na cidade de Campina Grande – PB (1980-1982)**. XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.

³⁷ Cf. SILVA, Josenildo Marques da. **As duas faces: a construção da imagem pública de Wilson Braga em jornais paraibanos (1980-1986)**. Dissertação de mestrado em História. Campina Grande, 2014.

³⁸ LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: EDUFPB, 2012.

principalmente com ênfase no momento de distensão e transição³⁹ e, por fim, estudos sobre o movimento estudantil do golpe até o governo Geisel com os trabalhos de Érica Lins Ramos⁴⁰, Rosicleide Henrique da Silva⁴¹ e Talita Hanna Cabral⁴²

Estes foram alguns dos trabalhos que compõem o quadro de produções historiográficas sobre a ditadura militar e algumas rápidas considerações sobre as mesmas. Certamente muitos outros estudiosos do tema ficaram de fora, todavia não era nosso objetivo focar em uma extensa revisão historiográfica, mas apenas fazê-la de modo a justificar nossas perspectivas teóricas epistemológicas, as escolhas de determinadas nomenclaturas, assim como esclarecer o porquê de não usarmos outras e a razão de discordarmos delas.

Para além dessa diversificação historiográfica, passamos a contar com aberturas de documentos até então inacessíveis para pesquisadores. Assim sendo,

a partir de 1995, “no começo do governo Fernando Henrique Cardoso pudemos contar com a Lei nº 9.140, conhecida como Lei dos Desaparecidos em que foi criada também uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), subordinada ao Ministério da Justiça do Brasil⁴³ (NAPOLITANO, 2014, p.327).

A partir da promulgação dessa lei, teve-se a chance de reavaliar processos da anistia para a correção de eventuais injustiças ou omissões e tornar casos totalmente públicos, contando, inclusive, com o lançamento de um livro em 2007 intitulado “Direito à memória e à verdade”. Entretanto, o acesso a essa documentação de natureza sigilosa era liberado apenas à

³⁹Cf. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)”. *Prima Facie*. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Jan./jun., 2009.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba**. In: OLIVEIRA, Tiado Bernardon de (Org.). *Trabalho e trabalhadores no nordeste: análises e perspectivas de pesquisa históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação**. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (ORGs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: EDUEPB, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino; NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral; SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Estado e sociedade civil na Paraíba na época da transição para a democracia (1974-1985)**. IN XIII Encontro Estadual de História. Nº13, 2012. Guarabira. *Anais eletrônicos*. Guarabira: ANPUH, 2012.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)**. *Saeculum*. Revista de História. Nº31. João Pessoa, Jul/Dez, 2014.

⁴⁰ RAMOS, Érica Lins. **Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande – PB (1964-1968)**. Dissertação de mestrado de História. PPGH-UFPB: João Pessoa, 2013.

⁴¹ SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande – PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)**. Dissertação de mestrado em História. PPGH-UFPB: João Pessoa, 2014.

⁴² NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: o movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. Dissertação de mestrado em História. PPGH-UFPB: João Pessoa, 2015.

⁴³ É importante lembrarmos que ainda antes mesmo do próprio Estado, já havia os grupos de familiares que se mobilizavam na tentativa de descobrir o paradeiro de entes desaparecidos e de militar em defesa de muitos que haviam sido torturados, presos e violentados pela ditadura.

peças devida e rigorosamente credenciadas mediante apresentação, por escrito, dos objetivos da pesquisa de forma que a intimidade, vida privada ou honra pessoal não fossem afetadas, o que dificultava bastante o acesso de historiadores ainda a essas fontes valiosas. Em 2002, durante a transição de governos, em surdina, FHC assinou o decreto 4.553 (vigoroso 45 dias depois, já no governo Lula); este, aumentava os prazos de classificação dos documentos sigilosos, os quais ficaram dispostos da seguinte maneira: documentos reservados foram de 5 para 10 anos de inacessibilidade; confidenciais foram de 10 para 20; secretos foram de 20 para 30 anos e os ultrassecretos de 30 anos para 50 ou *ad infinitum*. Todavia, em 2003 o Decreto 4553 é revogado. Boa parte da memória hegemônica sobre a Ditadura foi sendo rompida e problematizada. Alexandra Barahona (2013, p.242) de Brito aponta o governo Fernando Henrique por sua morosidade em relação ao processo de justiça, apesar dos feitos acima, mas que foram diminutos e escassos, principalmente ao levar-se em conta a história do próprio ex-presidente enquanto crítico e opositor ao regime militar à época deste.

Em novembro de 2005 um decreto determina o recolhimento de três fundos documentais de extrema importância: arquivos do SNI (Sistema Nacional de Informações), do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Geral de Informações, além de outros fundos menores recolhidos ao Arquivo Nacional (FICO, 2012, p.55-56). O projeto Memórias Reveladas, do Governo Federal, passou a trazer à tona acontecimentos, casos e documentações que comprovavam os abusos e a violência imposta pelos militares. Em maio de 2012, durante o governo Dilma Rousseff, é instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A comissão tem como objetivo esclarecer o paradeiro de desaparecidos e a quem cabe a responsabilidade desses desaparecimentos, de torturas, assassinatos ou prisões indevidas entre os períodos de 1946 e 1988 – embora o foco principal venha sendo o período da ditadura militar. Através da Comissão da Verdade, que tem criado divisões a níveis estaduais que contam, por sua vez, com os municípios, tem adquirido uma enorme quantidade de documentações. Desde documentos oficiais exclusivos e até então inéditos, como também relatos pessoais de vítimas ou pessoas que vivenciaram a época.

Muitos dos documentos estarão legalmente acessíveis de acordo com o decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012, art.28, em que os prazos máximos de classificação são os seguintes: grau ultrassecreto de vinte e cinco anos; grau secreto de quinze anos e grau reservado com cinco anos. Todavia, segundo o parágrafo IV do art. 47, é possível prorrogar por uma única vez, e por período determinado não superior a vinte e cinco anos, o prazo de sigilo de informação classificada no grau ultrassecreto, enquanto seu acesso ou divulgação puder

ocasionar ameaça externa à soberania nacional, à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do país, limitado ao máximo de cinquenta anos o prazo total da classificação. Ou seja, alguns destes documentos que tiveram sua divulgação prorrogada ainda podem conter valiosas informações que podem contribuir para solucionar questões ainda insolúveis⁴⁴ - mas, de acordo com Alexandra Barahona (2013, p.252), se o teor do documento envolver qualquer tipo de violação dos direitos humanos o mesmo decreto garante que este “não poderá ser classificado como ‘ultrassecreta’ e não poderá ser submetida ao período de sigilo mais prolongado possível” tendo que ser acessada de imediato mediante solicitação. Há de se mencionar aqueles documentos que foram supostamente destruídos de forma descuidada e inocente – segundo a Marinha, Exército e Aeronáutica – ou sorrateira e ilegal pelas Forças Armadas para destruir possíveis provas que pudessem ser utilizadas contra estas instituições, sendo até hoje muito mal justificada essa destruição documental de larga escala como aponta Lucas Figueiredo (2014) em seu livro intitulado “Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura”. No mesmo livro o autor também levanta conjecturas que merecem atenção como: será mesmo que estes documentos foram queimados? Ou não teriam sido ocultados por questões óbvias de segurança daqueles militares que ainda estão vivos?

Dito isto, apesar desse crescente acesso a novas fontes documentais e de possibilidades de abordagens, sabemos que ainda existem lacunas e que a temática está longe de se esgotar. E é justamente por abordar isto que podemos reparar como claramente alguns períodos têm mais visibilidade que outros. Grandes temas do período como o movimento inicial do golpe, o milagre econômico, os anos de chumbo, as guerrilhas armadas de esquerda, oposição cultural da música, teatro ou cinema, entre outros temas são mais comumente

⁴⁴ Além deste problema, podemos também destacar outra questão no tocante à contabilização um tanto rasa dos mortos no período, não contando com inúmeras vítimas de esquadrões da morte por todo o Brasil – formados por militares ou policiais civis – e excluindo também algumas vítimas do campo (principalmente aqueles mortos nos primeiros anos do regime no nordeste por fazerem parte das Ligas Camponesas, por exemplo) ou vários dos 8350 indígenas que foram assassinados Brasil adentro e “o número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas” (BRASIL, 2014, p.205). Estes e mais outros vários casos de pessoas que estão desaparecidas até os dias de hoje e não entraram na contabilidade. Além da CNV ter deixado alguns destes números de fora, muitas vezes a comissão não contou com a colaboração das forças armadas em abrir alguns arquivos do período. O governo federal (na figura do ministério da casa civil) poderia ter intervindo e pressionado as forças armadas para facilitar o trabalho da comissão, torná-los passíveis de punição caso rejeitassem a requisição e não acatar estes atos como fez. O trabalho da CNV não pode se tomar por acabado nem por suficiente, todavia a sua existência marcou um grande avanço para as pesquisas e para a revelação de documentações, trazendo à luz casos jamais investigados e apurados, além de reviver novos debates de caráter denunciativo – tanto a nível nacional como a níveis estaduais e municipais ou até mesmo institucionais, como têm feito várias universidades públicas, a exemplo da UFCG.

abordados. Por outro lado, se torna perceptível uma quantidade menor de estudos acerca do último governo militar, sob a presidência do general João Batista Figueiredo (1979-1985), inclusive reconhecido muitas vezes apenas por ser um governo bastante democrático quando comparado aos demais. Mas nossas questões apontam para o sentido oposto às afirmações como estas que permeiam do senso comum à academia – como vimos anteriormente com referência à abordagem de Daniel Aarão Reis Filho e outros mais. Como chamar de democrático um governo que ilegaliza partidos (como o caso dos partidos comunistas)? Como chamar de democrático um governo que continuava vigiando e prendendo pessoas por se oporem pacificamente a este? Como chamar de democrático um governo que ainda limitava as eleições políticas, privando os votos? Estas e outras questões surgidas nos caminhos desta pesquisa nos fazem assumir uma posição que vai de encontro a estas assertivas problemáticas da história da ditadura militar brasileira.

Tendo em vista que muitos dos estudos e produções acadêmicas acerca do tema tentam deslocar um olhar mais macroanalítico para entender como o regime ditatorial aconteceu em nível nacional, notamos que ainda há certas lacunas em torno de produções que tomem a cidade como espaço de análise, notadamente não apontando para um problema no aumento-redução de escala, mas, sobretudo de compreender a diversidade existente na unidade⁴⁵. Além disso, é uma forma de colaborar com a historiografia local da ditadura militar, descentralizando o tema geralmente trabalhado no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, deixando de lado as particularidades e peculiaridades de como ocorreu o momento em determinadas regiões do país; esta é afinal uma forma efetiva para enfrentar grandes polêmicas que estão no centro do debate hoje, delimitando previamente os espaços de abordagem (LIMA, 2016, p.97)

⁴⁵ Para isso, Antônio Clarindo nos lembra da importância e a efervescência dos estudos sobre cidades nas ciências humanas e, principalmente, na História, que no Brasil “nunca uma palavra foi tão escrita quanto esta nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI”. (SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. Introdução. IN SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. & FERNANDES, Paula Rejane. *Cidades e experiências modernas*. – Campina Grande, EDUEFG, 2010, p.07).

Para tanto já contamos com vasta produção local sobre a história campinense a partir de várias perspectivas, recortes temporais e temas diferentes. Cf: ARANHA, Gervácio Batista. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político econômicas e práticas culturais (1880 – 1925)**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001.

ANDRADE, Juciene Batista Felix. **Mitologias do progresso na construção de uma grande Campina (1920-1940)**. Tese de doutorado em História. Recife: UFPE, 2014.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950)**. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB, 2007.

SOUZA, Fábio Gutenberg R.B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920 – 1945)**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001.

SOUZA, Antônio Clarindo B. de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2002.

CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.

para localizar de forma mais precisa e com a devida acentuação os acontecimentos e documentos que sedimentam a escrita. Para isso se faz importante em alguns momentos a redução de escala para os âmbitos locais no sentido de podermos distinguir elementos mais íntimos nos meandros do tear da história, procurando compreender como diversos processos e acontecimentos se enquadram em meio ao conjunto do tecido histórico. É neste sentido que lançaremos um novo olhar para essa temática ao tentar observar como o chamado período de “reabertura à democracia” ou “redemocratização” do Estado brasileiro – com João Baptista Figueiredo (1979 – 1985) – ocorreu em âmbito local na cidade de Campina Grande (PB) e como esse processo se refletiu na sociedade campinense.⁴⁶

Para tanto recorreremos ao auxílio de várias fontes documentais que nos ajudarão com a obtenção de respostas e soluções para as perguntas a serem indagadas neste trabalho, pois são as fontes que guiam o fazer historiográfico, fomentam os questionamentos e dão o norte de nosso *métier*. Portanto é preciso a perícia, o conhecimento e a técnica no trato com estas documentações para não transformar, como sugere LeGoff (1994), em algo incólume e absoluta prova histórica, portador de uma Verdade intransponível, mas sim como algo passível de ser analisado de forma crítica e criteriosa.

Graças à inserção de novos tipos de fontes e a ampliação do arcabouço documental no campo da História promovida pelos *Annales* pudemos trazer cada vez mais detalhes, observar acontecimentos de ângulos mais diversificados e enriquecer os trabalhos acadêmicos lhes atribuindo mais qualidade (BURKE, 1992). Com essa transformação e inovação que atingiu todo o ramo historiográfico global, no contexto brasileiro contemporâneo isso tem caminhado ao lado do avanço da democratização e ampliação dos mecanismos de cidadania e que por sua vez propicia “a releitura dos acontecimentos referentes à ditadura militar, com identificação de novas fontes que minam a sustentação da história oficial” (FERREIRA, 2014, p.149). Além disso, é dever da História superar o longo tempo que se passou sem debater certas questões sobre esse período e o tempo que certas fontes documentais permaneceram eclipsadas com o objetivo principal de tentar buscar: “reparação, o fornecimento da verdade e construção da memória, a regularização da justiça e restabelecimento da igualdade perante a

⁴⁶ Este é, sobretudo, o ponto central do ineditismo deste trabalho se comparado com os demais citados anteriormente que tratam da História local (seja da Paraíba ou da cidade de Campina Grande em específico). Até então nenhum historiador se deteve a estudar a cidade de Campina Grande durante o período Figueiredo (1979-1985) no intento de tentar identificar as contradições dentro de seu governo de reabertura e como se manifestaram aqui os efeitos de suas medidas e demonstrar como a sociedade política exalava opressão e truculência. Os devidos objetivos e fins desta obra ainda serão mais bem esmiuçados no decorrer desta introdução.

lei e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos” (ABRÃO, 2012, p.59 apud FERREIRA, 2014, p. 149).

Assim sendo, podemos elencar o papel da memória e, por conseguinte, da memória transmitida oralmente e de sua relação com a História enquanto possível documento, passando-se a perceber o quão vital poderiam ser estes relatos para a escrita da história. Todavia, Halbwachs já muito antes, em nome da Sociologia, já nos falava do quanto a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém, passando assim a se tornar passível de manipulação, alteração ou até mesmo ocultação (HALBWACHS, 2004). E foi justamente a partir disso que muitos historiadores se sentiram mobilizados a reconhecer a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade, não como um meio de desqualificar estes relatos, mas sim de tratar tudo isso como fonte adicional para o espectro da pesquisa (FERREIRA, 2002, p.221).

A abordagem da ditadura vista enquanto algo ainda “inacabado” se dá pelo fato de que esta página da nossa história ainda está longe de se encerrar; vários novos documentos são descobertos com o tempo (e muitos ainda estão por se tornarem públicos), novas pessoas são entrevistadas sobre suas vivências e participações durante o período, isto sem falar de pessoas desaparecidas ou mortas que não tiveram seus paradeiros esclarecidos ou seus algozes sequer julgados graças à Lei de Anistia de 1979.

Surgindo durante os anos 1950 após a invenção do gravador de áudio surge mais uma valiosa fonte histórica – o relato oral de memória – e só na década de 1970 que vem ser introduzido no Brasil e através do trabalho do CPDOC, tendo sido criada apenas em 1994 a Associação Brasileira de História Oral.

Segundo a historiadora Sônia Maria de Freitas (2006, p.18) a História Oral consiste em “um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativa da experiência humana”. Os registros orais serão para nós uma fonte, um documento, o qual iremos lançar perguntas e fazermos as devidas análises para a pesquisa e por isso não devemos encarar os relatos como sendo o passado em si (ALBERTI, 2005, p.29).

Podemos, de acordo com Sônia (2006, p. 19-23), dividir a História Oral em três diferentes gêneros⁴⁷: tradição oral, história de vida e história temática.

A “tradição oral” é todo o testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra, mas que, todavia, não é algo presente apenas em sociedades tribais e/ou iletradas –

⁴⁷ Já a Verena Alberti divide em apenas dois tipos: a história de vida e a história temática.

como alguns podem vir a pensar –, essa tradição está tanto em sociedades urbanas quanto rurais; é tudo aquilo que uma sociedade considera importante e que deve ser transmitido (IBIDEM, p. 19-20). Como exemplo, podemos citar as cantigas de roda, a culinária, brincadeiras e histórias infantis.

A “história de vida” pode ser considerada uma espécie de autobiografia feita pelo indivíduo e sobre o próprio indivíduo em que lhe é dada liberdade para falar de suas vivências experiências e sua história (IBIDEM, p.21). Costuma ser bastante longa pelo caráter livre e sem eixo central com uma temática focada como veremos a seguir.

Na “história temática” – a qual utilizaremos – a entrevista é guiada, como o nome sugere, por um tema central. Geralmente sobre uma experiência ou fase específica da vida de um sujeito – neste caso, sobre determinada vivência no período da Ditadura. Ela tem mais uma característica de depoimento por não abranger necessariamente a totalidade da existência do informante (IBIDEM, p. 21).

Sobre as entrevistas há algumas ressalvas a se fazer. Primeiro: trabalhar com relatos orais de memória não é uma questão orientada por critérios quantitativos, mas sim qualitativos (ALBERTI, 2005, p.31). Assim sendo não adianta sair entrevistando várias pessoas de forma aleatória, provocando – inclusive – uma saturação na pesquisa com vários depoimentos repetidos ou muito semelhantes um ao outro; esse é um trabalho criterioso e exige atenção nas escolhas das pessoas, contando com aqueles que realmente tem algo útil a relatar depoimentos significativos para sua pesquisa. Segundo: sempre leve em conta que seu entrevistado pode estar falando algo que não corresponde necessariamente a um certo acontecimento e isso pode se dar por vários motivos que vão desde falha da memória ou omissão por motivos pessoais (gerados por possíveis traumas).

Diante do que já foi exposto, podemos constatar que se faz indispensável esse resgate da memória, seja coletivo ou individual, de sujeitos que viveram o período em questão. Para isso iremos nos valer de relatos orais de memória através da análise de depoimentos cedidos à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das entidades da UFCG, contemplando diversas falas de pessoas que foram direta ou indiretamente afetadas pelo regime em Campina Grande à época ou desempenharam algum papel em algum cargo público.

Todavia, os relatos orais de memória não serão suficientes para sanar nossas dúvidas e os objetivos de nossa pesquisa. Para confrontar e/ou corroborar com algumas fontes orais, iremos também contar com fontes impressas.

Na “2ª Geração dos Annales”, Fernand Braudel (2005) já nos alerta a importância das crônicas e jornais, responsáveis por noticiar tanto grandes acontecimentos que estão na ordem

do dia como os medíocres acidentes da vida ordinária – se comparados aos ditos grandes acontecimentos históricos – e permitindo fazermos leituras acerca de um cotidiano, seja na esfera do político, do social, do cultural, do institucional, do religioso ou do literário. Aqui os jornais assumem uma das mais comuns fontes de acesso a informações desse período em vários aspectos, assim como ela representa ao mesmo tempo as ausências de informações.

Contudo, os noticiários jornalísticos, como as demais fontes, não falam por si nem se instituem enquanto verdade, a produção de qualquer jornal, ou até mesmo de qualquer outro veículo de comunicação, está intimamente ligada com as conjunturas política, econômica, social e cultural em que estão inseridos em articulações com o tempo e o espaço no qual a fonte se insere (LUCA, 2010), sendo assim passíveis de interpretações e questionamentos, pois muitas vezes incorrem no risco de apresentarem opiniões particulares com tendências ideológicas definidas em um campo circunscrito, ilustrando interesses próprios ou de uma instituição, sem falar também no fato de que o “não dito” pode ser passível, também, de interpretação – principalmente em um estudo como este que leva em conta o caráter censurador exercido pelo Estado militar. O próprio Gramsci (1978, p.179) já nos alerta para o caráter ideológico dos jornais quando afirma que para manter a fidelidade de leitores e assinantes de determinados setores da sociedade, é preciso moldar ideologicamente aquilo que é produzido para ser impresso a fim de satisfazer determinadas necessidades intelectuais e políticas. É assim importante analisar a imprensa enquanto meio de comunicação apenas como mero dispositivo de “informação” e “mensagens” – e não como meio de produção, sobretudo – sem identificar estes lastros ideológicos pode resultar em graves penalidades dentro de uma perspectiva materialista histórica (WILLIAMS, 2011, p.70). Segundo Raymond Williams (2011, p.83) “o que está ‘sendo visto’ no que parece ser uma forma natural é em parte, ou em grande parte, o que ‘é feito para ser visto’”.

É importante sempre atentarmos a uma primeira questão: “qual o posicionamento político daquele jornal?”. Com quem se alinhava o projeto político editorial de tais jornais? Com o governo militar? Que setores da sociedade? Com a plutocracia? Industriários? De que forma isto influenciava suas matérias e sua relação com o Estado de exceção? Por outro lado também havia a chamada “imprensa alternativa” com jornais geralmente clandestinos⁴⁸ que eram impressos em gráficas de porão, em casas em estúdios pequenos e improvisados que geralmente eram ligados a grupos de resistência ou partidos. Estes eram avessos ao regime e geralmente circulavam clandestinamente.

⁴⁸ A exemplo disso podemos citar o Voz Operária, O Movimento, Pasquim, Opinião, Em Tempo, Versus, Mulherio, Lampião da Esquina, entre outros vários.

Nesse caso, recorreremos aos dois maiores veículos do jornalismo impresso de Campina Grande entre os anos de 1979 e 1985: O Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba e também outros jornais da grande imprensa nacional (Jornal do Brasil, O Globo, Estado de São Paulo, entre outros). Além dos textos publicados, há outra coisa bastante importante de se observar nos jornais da época: sua iconografia. Nisso chamamos atenção para fotografias e charges.

Muitas vezes os jornais se valiam das charges como um artifício de crítica sub-reptícia justamente pelo tom satírico e quase imperceptível do mesmo e que algumas vezes passaram despercebidas pela censura. As charges podem ser vistas assim como forma discreta de resistência, crítica e oposição à ditadura militar em que

[...] a compreensão da imagem, da charge como documento, fragmento de uma realidade histórico-social, desconstruída através da análise do discurso iconológico, elucida importantes embates histórico-sociais. Permite compreender o alcance dessa forma de expressão junto ao social e ao mesmo tempo perceber o “perigo” temido e observado pelos censores do regime. (GOMES & SILVA, 2011, p.1192)

Mas se por um lado a charge tinha esse caráter crítico e denunciativo, por outro ela poderia servir para afirmar estereótipos e/ou afirmações ideológicas dos grupos dominantes que os controla.

Quanto à leitura de uma mensagem fotográfica, é essencial considerar tal fonte como totalmente provida de intenção, seja por parte do fotógrafo ou de quem o encomendou tal fotografia, negando “aquelas perspectivas que a tomam como ‘mero veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado de realidade político-social na qual se insere” (CEPELATO & PRADO, 1980, p. 19).

Para Roland Barthes, uma imagem fotográfica contém uma mensagem e por consequência, uma sociologia na medida em que, “trata-se de estudar grupos humanos, de lhes definir motivações, atitudes, e de tentar ligar o comportamento deles à sociedade total de que fazem parte” (BARTHES, 1978, p.303). Deste modo, entendemos que a fotografia porta em si, além de uma estética, uma ideologia partilhada (ou não) pela cultura que a acessa. A partir desta concepção que entrelaça os emissores (editores) e os receptores (leitores) das fotografias, poderemos pensar as formas com as quais as fotografias eram dispostas, como os textos estavam articulados em discursos e mais: como isso era recepcionado pelos leitores. Por isso, a mensagem fotográfica em sua essência contém uma conotação importante de verossimilhança “constituído quer por uma simbólica universal, quer por uma retórica de época, numa palavra, por uma reserva de estereótipos (esquemas, cores, grafismos, gestos, expressões, grupos de elementos)” (BARTHES, 1978, p.305). Ou seja, a conotação presente

na fotografia se dá pela forma como a imagem é recepcionada e lida – que por sua vez, faz parte do universo cultural e simbólico da sociedade.

Por fim, também contaremos com algumas das chamadas “fontes oficiais”, como processos criminais ou prontuários, por exemplo. Esse tipo de documentação contempla, principalmente, arquivos do Poder Executivo, em que se encontram os documentos de polícia, correspondências de ofício e de requerimentos entre autoridades. Aqui são os de caráter policial que nos importam mais; “são os acervos, de maneira geral, relativos à ação repressora do Estado, em que contravenções as mais diversas são enquadradas, com indivíduos capturados, julgados e presos” (BACELLAR, 2010, p.31).

Como já havíamos explanado anteriormente, atualmente o acesso a essa categoria de fonte tem se tornado cada vez mais acessível, apesar de ainda termos uma longa jornada pela frente para tornarmos públicos os documentos secretos e ultrassecretos. Uma das maiores fontes desse tipo desses arquivos é o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DEOPS, que possui centrais em cada estado. Além disso, existem os processos criminais que podem estar nos arquivos policiais de cada cidade, mas geralmente desorganizados, em lotes de caixas mofadas e empoeiradas e às vezes destruído por traças e demais insetos⁴⁹ e que dão um trabalho redobrado para se organizar ou pelo menos encontrar os documentos desejados já que o Brasil carece de uma tradição arquivística de manutenção e organização destes lugares. Em outros casos o acesso a estes é dificultado pela própria corporação (polícia civil/militar ou exército).

No nosso caso em particular, em alguns, momentos estas fichas e prontuários destas instituições carecem de maiores informações enquanto algumas outras são mais detalhadas. Algumas constam apenas o ano do documento com ausência de dia e mês e em outros casos pouquíssimas informações além do nome do fichado. Nestes casos, todavia, fizemos o esforço em tentar tirar o maior número de respostas através do cruzamento de fontes que registravam o mesmo acontecimento.

⁴⁹ Todavia, no arquivo militar do II Batalhão da Polícia Militar de Campina Grande, na Paraíba, o professor Luciano Mendonça organizou, entre os anos de 2010 e 2012 um projeto de extensão com o intuito de organizar, higienizar, catalogar e digitalizar este arquivo. Foram trabalhados documentos que datavam desde 1931 a 1994. Para mais detalhes: Cf. LIMA, Luciano Mendonça de & ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. **Os arquivos militares e a pesquisa histórica: uma experiência de pesquisa.** IN PESSOA, Ângelo Emília da Silva et. al. História e Sociedade: Saberes em Diálogo. Campina Grande: EDUFCEG, João Pessoa: A União, 2014.

Graças ao avanço tecnológico e o progresso das redes informacionais, hoje é possível ter acesso a boa parte desses documentos via on-line por sites, inclusive, do próprio governo. São inúmeros sites que podem ser achados com facilidade⁵⁰.

Esse tipo de fonte é bastante útil para descrever certos acontecimentos ou detalhes específicos sobre alguém ou um caso (informações que vão desde nomes, endereços, ocupação, idade e outros detalhes), todavia, tratando-se de documentação oriunda do regime militar serão comuns descrições questionáveis e taxativas, comumente enquadrando pessoas em categorias nocivas à “segurança nacional” como é o exemplo mor da temível ameaça vermelha dos “comunistas”. Os arquivos oficiais nos permitem assim um entendimento mais aprofundado do funcionamento da máquina pública e de suas ações (BACELLAR, 2010, p. 44), fornecendo dados descritivos e detalhados que sempre podem ser úteis – por exemplo – para nos ajudar a traçar o perfil administrativo de governos e instituições, revelar dados sobre o contexto histórico da época e os critérios possivelmente adotados por quem os produziu, além de outra série de questionamentos feitos pelo historiador.

Portanto, no tocante às fontes oficiais utilizadas por nós, constarão várias fichas do DOPS e DEOPS-PB, assim como o processo criminal por completo do caso Mão Branca de Campina Grande.

Após um extenso apanhado destas fontes, traçamos alguns objetivos para este trabalho. Em um primeiro momento pretendemos problematizar própria a ideia de “redemocratização” entre 1979 e 1985, apontando as possíveis contradições na definição desse período, tomando como partida as principais aspirações, tanto por parte da sociedade política (Estado) como da sociedade civil⁵¹. Outra questão importante é analisar como esse movimento de “redemocratização” se refletiu de forma real na cidade de Campina Grande - PB nos mais variados âmbitos (sociais, políticos e culturais). E por fim, identificar as formas de violência empreendidas pelo regime militar em Campina Grande durante o período Figueiredo e de que maneira se davam, assim como as resistências a essa violência e opressão.

O presente trabalho será dividido em três capítulos centrais.

⁵⁰ Como por exemplo:

- <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>
- <http://www.documentosrevelados.com.br/>
- <http://arquivosdaditadura.com.br/arquivo/resultado-de-busca?keys=all>
- <http://www.cnv.gov.br/>
- <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

⁵¹ Tomamos por empréstimo aqui estes conceitos de “sociedade política e sociedade civil” de Antonio Gramsci. O primeiro correspondente “à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 1978, p.11); o segundo conceito refere-se ao “conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’” (ibidem, p.10).

No 1º capítulo, trataremos da transição do governo Geisel para o governo Figueiredo, desde o processo em si, as aspirações de seu governo, primeiras medidas e tomadas de decisão além das formas que este governo interagiu com a sociedade civil. Para isso iremos fazer uma reflexão partindo do contexto mais geral do país e reduzindo a escala espacial para tentar entender alguns destes reflexos a nível local em Campina Grande, além de elencar certos personagens que surgem nesses meandros.

No 2º capítulo, iremos retratar as contrapartidas desta “abertura à democracia” permeada por boicotes, injustiças sociais, atentados e repressão acontecidos por todo o Brasil e, sobretudo, em Campina Grande. Outro ponto a ser analisado será o de algumas importantes tomadas de posição da sociedade civil e várias entidades com relação ao governo ditatorial e como eles se encaixaram em oposição, resistência e seus papéis a nível nacional e local, elaborando suas diversas estratégias de combate à ditadura.

No 3º capítulo, iremos abordar com mais profundidade a organização dos grupos de resistência figurados nos movimentos sociais de Campina Grande, suas pautas reivindicatórias e os episódios de resistência e combate ao regime militar. Em um segundo momento traremos a culminância dessa efervescência social com as Diretas Já e suas implicações.

CAPÍTULO I: “A DITA ANDA DURA, MESMO COM A DITADURA” - DE GEISEL A FIGUEIREDO, ENTRE PROJETOS E ASPIRAÇÕES PARA/DE UMA NAÇÃO

“Você que inventou a tristeza

Ora, tenha a fineza

De desinventar”

Chico Buarque de Hollanda⁵²

Antes de falarmos do período governado pelo general Figueiredo e como o processo de “reabertura” ou “redemocratização” se deu na cidade de Campina Grande, é importante voltarmos um pouco atrás, ainda no governo do general Ernesto Geisel, pois foi com este que se deu início ao processo que encaminharia a ditadura militar para o seu fim.

O período que precedera o governo de Geisel e a política de distensão havia sido duramente marcado pela violência em seu nível mais brutal e extremo, pela censura rígida e arbitrária e pela aniquilação de direitos através dos tenebrosos Atos Institucionais. Várias pessoas ficaram “desaparecidas” (mortas, enterradas em lugares até hoje desconhecidos, ou em muitos casos mantidas em cárcere, sem visita de parentes ou amigos); mais pessoas ainda foram dura e friamente torturadas; houve os que foram silenciados e nem mesmo o “eu lírico” poderia falar por estes em seus romances, poemas, músicas ou em jornais; outros milhares perderam direitos políticos e muitos se exilaram temendo entrar no grupo dos torturados ou pior: dos desaparecidos.

A esquerda tinha perdido a guerra no campo armado, deixava de ser uma ameaça real, entretanto ainda uma ameaça ideológica. O mundo começara a se horrorizar com o monstro que se transformava o Brasil governado pelos generais. Entidades como a ONU e a Corte Internacional dos Direitos Humanos passava a chamar a atenção do governo brasileiro sobre as calamidades realizadas pelas mãos do Estado, assim como vários governos estrangeiros preocupados com a situação. No Brasil o clima também ia mudando, muitos iam vendo a

⁵² HOLLANDA, Chico Buarque de. **Apesar de você**. Interprete: Chico Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: PHILLIPS. 1978. 1 LP

violência que o regime empreendia e grandes parcelas passaram a ver o regime com olhares de desconfiança.

É sobre esse clima de desconfiança com o regime e de enfrentamento que iremos tratar mais adiante, assim como sua natureza – que certamente diferirá da natureza da luta armada. Assim trataremos também dos meandros políticos que balizaram a mudança do regime nessa etapa guiada por Ernesto Geisel e concluída por João Batista Figueiredo. Tudo isso lançando um olhar de como ocorreu no plano nacional e logo em seguida fazendo uma inflexão para o âmbito local.

1.1 – O arrefecimento do regime

Primeiro é importante situarmos este momento transitório dentro do regime não como algo vindo do acaso ou sequer do remorso militar pelo exagero que havia atingido seu ápice com Médici até 1972, atendendo às pressões da Corte Internacional dos Direitos Humanos ou da ONU. Não foi para fazer a *mea culpa* pelas vítimas que foram massacradas ou tiveram seus direitos cerceados, mas sim um projeto de um regime que sabia que não duraria para sempre, ao realizar, de forma estratégica, uma transição bastante lenta e supervisionada que visasse eliminar riscos futuros tanto para o Brasil (o comunismo) quanto para as forças armadas em si (uma possível represália, por exemplo). Em segundo lugar devemos entender um pouco mais a profundidade desta mudança que iremos analisar no decorrer deste estudo e observar os motivos que desencadearam este processo de “arrefecimento”.

Inicialmente, devemos destacar o esgotamento do “milagre econômico”, como sendo este já o primeiro grande motivo para certa desestabilização do regime. Com o fator externo da crise do petróleo gerou-se um debandar de financiamentos estrangeiros para a economia brasileira que se somou também a acirrada disputa pelo excedente econômico – fruto do milagre econômico – entre as diversas frações burguesas do capital nacional, o aumento paulatino do índice inflacionário, além das críticas ao centralismo econômico do governo já praticas desde 1964 e naquele instante maximizadas (MACIEL, 2014, p.270; SOUZA, 2014, p.347-348).

O outro grande motivo é oriundo da própria ordem interna da caserna. Em 1974 temos a volta do modelo dito *moderado*, identificados também como *Castelistas* – devido à anterior proximidade com o general ex-presidente Castelo Branco – na figura de dois generais de peso: o próprio Ernesto Geisel e aquele que seria seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, tornando-se elaboradores do projeto distensor. A perspectiva desse grupo era basicamente de realizar um saneamento principalmente no meio político, afastando todos aqueles “elementos considerados ‘subversivos’ e ‘corruptos’ – identificados com as lideranças

populistas, com a esquerda em geral e com os movimentos sociais – e devolvessem o poder aos políticos civis” (MACIEL, 2014, p.270-271)

Já na posse de seu cargo como presidente que o general de quatro estrelas Ernesto Geisel declara que seu governo será marcado por uma “distensão lenta, segura e gradual”⁵³. De fato, o processo anunciado por ele seria paulatino e efetuado a duras penas. Quando iniciou seu mandato, Geisel já quase não tivera mais que travar combates com a oposição armada que se formara no final da década de 1960. Seus antecessores, os generais Costa e Silva e Garrastazu Médici, haviam deixado em frangalhos praticamente todos os grupos que confrontaram o regime. Quase nada havia sobrado para montar resistência armada; na verdade a resistência à ditadura agora era diferente, assim como seu modo de ação também mudara. Se antes o combate era travado nas trevas e os combatentes eram relativamente poucos, agora a base de oposição multiplicara-se em quantidade e sua estratégia passou a se pautar em agir apenas no plano da legalidade. Seria agora um combate travado às claras.

Grande parte da sociedade civil que havia dado caloroso apoio ao golpe em 1964 estava mudando de lado à medida que a gestão de Geisel ia passando, fazendo o regime se tornar cada vez mais impopular. Após as incontáveis violações aos Direitos Humanos, abusos de poder das forças armadas com violência exacerbada, censura rígida e banal, perseguição e castração de vários direitos civis (inclusive de personalidades religiosas) – estes procedimentos que nada mais eram do que o pilar que sustentava o regime ditatorial –, ainda para não mencionar também o início do esgotamento do milagre econômico, vamos observando o nível de popularidade do regime entrando em baixa paulatinamente. Sinalizando tudo isso, politicamente a ARENA se via cada vez mais fragilizado e perdendo lugar para o MDB.

Várias entidades civis inicialmente favoráveis ao golpe (ABI, CNBB e OAB, por exemplo), com o passar do tempo começaram a pressionar o governo cobrando aceleração do processo de “redemocratização”. A OAB (Ordem de Advogados do Brasil), com sua polêmica ambivalência inicial, contando com largos setores de apoio ao golpe, foi com o passar dos anos cada vez mais entre oposição e suporte. Muitos advogados e juristas continuaram, naturalmente, a prestar seus serviços ao governo, redigindo os atos de exceção, defendendo-os, assumindo postos do executivo e ocupando posições de prestígio até no Ministério de Justiça (CARVALHO, 2015, p.189).

⁵³ **Presidente Geisel anuncia distensão gradual e segura.** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, p.01, 30/08/1974.

Setores ligados aos Direitos Humanos passaram a realizar grandes denúncias contra a sanguinolência da ditadura sob a liderança de Raymundo Faoro e a figura de Dalmo Dallari, presidente da Comissão de Justiça e Paz⁵⁴. Além disso, as denúncias relatavam dos vários casos de advogados que tiveram suas carreiras comprometidas e foram presos ou perseguidos. Os principais motivos que levaram a Ordem, ainda nos anos 1960, a confrontar o regime estão relacionados a dois importantes fatores: primeiro, liga-se à criação de uma legislação paralela extraordinária criada pelos militares, conflitando com as leis legitimadas pela Constituição e atrapalhando o trabalho de muitos advogados e em segundo lugar havia a perseguição a muitos dos advogados que defendiam alvos da repressão (NUNES, 2003, p.43).

O ano de 1974 marque talvez uma visceral cisão entre a instituição e a caserna principalmente após a V Conferência Anual da Ordem que teve como pauta central de discussão os Direitos Humanos. Como constata Thomas Skidmore (1988, p.76), nos processos das convenções nacionais da instituição que ocorriam semestralmente podemos notar a mudança do tom de enfoque temático desalinhado agora com o governo militar: em 1974 trata-se sobre Direitos Humanos, em 1978 sobre Estado de Direito, 1980 sobre liberdade e 1982 sobre justiça social. Daí em diante a OAB passou a combater de forma mais direta o regime, tornando-se um dos defensores da legalidade constitucional e civil.

A imprensa, que inicialmente teve papel preponderante no golpe⁵⁵, já agia de forma contundente desde os constantes boicotes ao governo de João Goulart. Todavia, muitos jornais foram gravemente afetados inicialmente e alguns tornados ilegais⁵⁶ logo nos primeiros momentos do regime. Em 1967 entrava em vigor a Lei da Imprensa, que previa a apreensão de jornais que iam contra a moral e os bons costumes pregados pelo regime, além de multas contra jornalistas e veículos de comunicação, principalmente no que se referia à “injúria, calúnia e difamação”.⁵⁷ Em 1970, temos a censura prévia que passava a vigorar; com isso para que fossem publicadas, as matérias deveriam ser antes lidas por um censor (maioria das vezes formado em Jornalismo) apontado pelas forças armadas e encarregado de decidir o que ficava ou não nas páginas do jornal. Além disso, agia entre os jornalistas a própria

⁵⁴ Idealizada pela Igreja Católica Apostólica Romana a partir do Concílio Vaticano II, sendo fundada oficialmente no Brasil em outubro de 1968, após o retorno de bispos brasileiros da Conferência de Medellín. Além de uma ação social voltada aos mais pobres, no Brasil, acabou também passando a acolher e ajudar presos políticos, ex torturados, famílias de “desaparecidos” e pessoas perseguidas pelo regime, dando suporte até mesmo jurídico.

⁵⁵ Lembrando que em 1964 o presidente da ABI aceitou o papel de interventor no Sindicato dos Jornalistas em troca de favores e privilégios.

⁵⁶ Como é o caso dos jornais Última Hora, Correio da Manhã e toda a imprensa alternativa ou “nanica”, sobretudo qualquer jornal que tivesse uma posição mais orientada à esquerda (ou julgada como tal).

⁵⁷ Diga-se de passagem, esta lei só foi extinta recentemente, em 2009.

autocensura que os limitava de escreverem quaisquer coisas que pudessem atingir o regime ou passar alguma imagem negativa dele ou seus feitos. Certas palavras ou até nomes de pessoas era terminantemente banidas do vocabulário jornalístico (KUSHNIR, 2000, p. 101-105, 108-110). Por exemplo, era vetado todo o texto que se referisse ao ano de 1964 como golpe, que deveria ser visto como o ano da **Revolução** redentora do país que o salvara da ameaça comunista; matérias com teor de crítica ou denúncia referente aos problemas sociais do país era totalmente proibidas; referências a quaisquer nomes de pensadores socialistas (começando pelo próprio Marx) e até nome de pessoas que eram referência por suas posições contra a ditadura – como era o caso do Dom Paulo Evaristo Arns que sequer poderia ter seu nome citado nos jornais. Até 1972 a Associação Brasileira de Imprensa era presidida por simpatizantes da ditadura; o último deles era um defensor assíduo e intelectual do golpe e do regime – Adonias Filho. Foi após a sua saída da presidência que a posição da imprensa foi passando a mudar totalmente. À exceção de alguns poucos que permaneceram ferrenhos defensores da ditadura, como caso do jornalismo feito pelos jornais de Roberto Marinho (tanto televisionados como impressos) e o Grupo Folha da Manhã. A imprensa – representada pela ABI – passava assim a se unir em prol do fim da censura e ir de encontro ao regime. Apenas em junho de 1978 pode-se dizer que houve o fim da censura prévia, “quando os jornais Tribuna da Imprensa, O São Paulo (da Arquidiocese de São Paulo) e Movimento foram finalmente liberados deste ritual” (REIMÃO, 2011, p.27). Havia, portanto uma latente ambiguidade na atuação da imprensa brasileira durante o regime. A “grande imprensa” enquanto apoiadora de vários projetos políticos, econômicos e, em algumas instâncias, até moralizantes, se via como grande beneficiária e beneficiadora do regime, mas em contrapartida, em alguns momentos, também sofria com os prejuízos de ter matérias censuradas e partes do jornal quase que completamente em branco, o que afetava diretamente a meta de lucros das empresas. Para esta, o regime tornava-se muitas vezes uma faca de dois gumes.

Um dos casos mais polêmicos envolvendo o jornalismo no período Geisel foi “suicídio” forjado de Vladimir Herzog. Vlado (seu nome original de nascença iugoslava) era jornalista, professor e dramaturgo. Em 1975, à época de sua morte trabalhava como diretor de jornalismo na TV Cultura. Preso no dia 24 de outubro de 1975 no DOI-CODI de São Paulo, onde teria aparecido espontaneamente para esclarecer alguns questionamentos relacionados à sua suposta ligação e atuação dentro do PCB; ele negou, foi torturado e então pegaram outro colega de profissão dele que estava preso, o Rodolfo Oswald Konder, e o obrigaram a assinar um documento no qual ele afirmaria ter aliciado Herzog a entrar no PCB. No dia

seguinte é dada a notícia de que o Vlado teria se suicidado por enforcamento. A versão dos militares – que constituía um padrão comum aos outros vários casos de mortos e desaparecidos – contava que ele havia utilizado o cinto do macacão e cadarços para se enforcar em uma altura inferior a seu tamanho, mas muitos sabiam que essa versão era contraditória por si só já que os presos não podiam usar nenhum cinto ou cadarço no cárcere. Como a alegação foi extremamente duvidosa e logo posta em cheque por tamanha estapafúrdia, houve uma crescente de indignação em todo o Brasil. Em seu enterro estiveram presentes figuras emblemáticas da igreja católica como Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, assim como a participação do pastor protestante presbiteriano Paulo Whirgt e do rabino Henry Sobel, que inclusive se recusou a enterrar Herzog na área dos suicidas do cemitério judeu em resistência ao regime, pois o mesmo não acreditava na versão de suicídio que fora dada pelos militares. Seu culto ecumênico ocorrera na igreja da Sé, atraindo cerca de 8 mil pessoas. A ABI se viu mobilizada e passou a atacar de forma contundente a violência e arbitrariedade do regime.⁵⁸

Outra instituição de papel decisivo foi a igreja católica – tanto no golpe em 1964 quanto na oposição ainda nos anos 1960, prolongando-se até o fim da ditadura. Obviamente não foi toda a instituição com os seus vários segmentos que voltaram contra; uma parte do alto clero brasileiro ainda permanecia fiel aos generais, mas maioria dos membros da base católica e alguns de seus segmentos se destacaram. Dentre eles, havia os dominicanos, deliberadamente contra as privações antidemocráticas advindas com a temerosa “revolução” executada pelos militares, por exemplo⁵⁹. Podemos elencar duas figuras significantes da igreja e que desempenharam um papel importante durante toda a ditadura: Dom Hélder Câmara (à época bispo de Olinda e Recife) e Dom Paulo Evaristo Arns (inicialmente bispo e em 1970 torna-se arcebispo de São Paulo e cardeal, por fim). O primeiro foi um dos fundadores da Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que teve grande relevância no combate à repressão; o segundo foi fundador e líder da Comissão Justiça e Paz e idealizador de um dos maiores livros de denúncia da época: *Brasil Nunca Mais*. Ambos se aliaram na luta contra as injustiças que ocorriam no país – tanto as de caráter repressivo, como as de caráter social e

⁵⁸ Várias informações sobre o caso Herzog e seus efeitos conferir o Relatório da Comissão da Verdade Vol.2 (2014).

⁵⁹ Muitos deles sofreram na pele as chagas desse período. Um dos exemplos emblemáticos e que acabou sendo transformado em livro (publicado em 1982) e num filme em 2007 é “Batismo de Sangue”: a história dos freis Beto, Ivo, Fernando e Tito que foram cruelmente torturados até quase morrerem nos porões do DOPS de São Paulo no início dos anos 1970. Frei Tito, apesar de ter sofrido aos danos físicos das torturas que sofreu por Fleury e companhia, não resistiu aos traumas psicológicos deixados por esta macabra experiência e em 1974, no convento Sainte-Marie de La Tourette (França), comete suicídio por enforcamento numa árvore próxima ao convento.

econômico. Convém notarmos que, após o Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João Paulo XXIII, a postura da Igreja Católica Romana passava a debater fortemente questões como direitos humanos, dignidade da pessoa humana e justiça social, além de elaborar uma compreensão teológica de autoridade mais comunitária e menos hierárquica, fomentando assim o sentimento de indignação desta instituição na conjuntura geral que vivia o Brasil atrelado ao sentimento comunitário e carismático manifestado através da Teologia da Libertação (POTTER, 2011, p.17; FERREIRA, 2014, p.150).

No Brasil, segundo Jaqueline Leandro Ferreira (2014, p.154), a TdL se desenvolveu de forma mais acentuada que em outros países da América latina. O motivo disto relaciona-se às peculiaridades históricas da primeira metade da década de 1960, já que neste cenário tornava-se crescente a presença de uma esquerda católica desenvolvendo um pensamento que mesclava os mandamentos da cristandade com premissas marxistas, o que corroborou com a consolidação de vários importantes grupos de jovens como a JUC (Juventude Universitária Católica) – posteriormente originando a Ação Popular (AP) juntamente a Ação Católica Brasileira (ACB) – a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e outros grupos menores nascidos no seio da Igreja Católica. No Nordeste, a presença da Teologia da Libertação estimulará a profusão das Comunidades Eclesiásticas de Base “como uma nova forma de estrutura da igreja e enquanto instrumento para criar novos métodos de evangelização que começou a ser gradualmente enfatizado pelos dois ‘Encontros Nacionais’ realizados em Vitória (ES) em 1975 e 1976” (CAVA, 1988, p.242).

Segundo Ralph Dela Cava (1988, p.245-246) importante destacarmos a importante figura de três instituições sancionadas pela igreja, as quais dariam mobilidade para segmentos sociais da igreja mais críticos ao regime para investirem ferozmente contra o governo militar principalmente devido à natureza imprudente de sua política econômica que colocava tantas pessoas na miséria. Estes organismos seriam o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), estabelecido em 1972 para a proteção e preservação de direitos indígenas também de caráter evangelizador; o Encontro Nacional Intereclesial, fundado em 1974 para compartilhar experiências entre as CEBs e, por fim, a Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975 e visava a defesa dos trabalhadores rurais⁶⁰

Esse período acaba marcando uma profícua cisão da igreja católica no momento pós concílio: surge uma corrente mais à esquerda liderada por Dom Hélder e outra mais à direita

⁶⁰ Esta última acabou sendo uma das mais populares no Nordeste e sobretudo na Paraíba como veremos.

ligada a Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vincente Scherer. Essas querelas internas chegaram inclusive a causar afastamentos de alguns membros como foi o caso do frei Leonardo Boff, que sofreu processo doutrinário, foi penalizado, e por fim desligado da instituição.

Um dos movimentos que retornava à ativa nesse momento de distensão era o movimento estudantil. Dividido entre apoiadores e opositores ao golpe de 1964, com o passar do tempo durante o regime, boa parte do movimento estudantil foi assumindo uma posição cada vez mais oposicionista. Após ter sido criminalizada, a UNE começa a reaparecer juntamente aos D.As e DCEs em todo o Brasil. Reprimidos e postos na ilegalidade desde o início do regime, após o golpe, os órgãos estudantis se viram acuados após milhares de alunos jubilados, prisões e proibições *in loco* nas próprias universidades⁶¹. Com o movimento secundarista não foi diferente: muitos estudantes que participaram de grêmios estudantil na adolescência foram fichados e quase sempre proibidos de ingressarem no ensino superior público devido a “histórico conturbado” que oferecesse risco, pautado nas leis de segurança nacional. Contudo, nos últimos anos do governo Geisel o movimento estudantil começa a se reestruturar e reassumir o palco de reivindicações e juntamente aos demais atores sociais passam a entrar em cena⁶². O mesmo começou a se aplicar paulatinamente aos professores (tanto do ensino básico, como do ensino superior). Muitas associações ou “clubes” de professores vão surgir na transição de governos como forma de organização sindical.

Nessa esteira de reorganização sindical, podemos destacar o ano de 1978 como o ano da volta do sindicalismo fabril-industrial com força total⁶³. A partir dos acontecimentos desenrolados no estado de São Paulo, no ABC paulista, operários da Scania desencadearam uma onda de protestos e iniciou um movimento grevista gerado pela precariedade das situações de salário e trabalho, com um salário desajustado e necessitando reposição em 39%⁶⁴, com atrasos de pagamento, pela melhoria do sistema promocional, pela intensidade extenuante de trabalho e constante pressão das chefias (ANTUNES, 1988, p.15). O que parecia ser apenas indignação de uma única montadora acabou se expandindo para as demais montadoras e se tornando uma greve geral espontânea e unida. Maria Helena (1984, p.247) diz:

⁶¹ Cf. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁶² Culminando, em 1979, em Salvador (BA), o famoso “Congresso Reconstrução”, já no governo Figueiredo, para reestruturar e voltar a atuar a entidade estudantil.

⁶³ Digam-se de passagem, principalmente os sindicatos mais progressistas, de esquerda. Algumas organizações “pelegas” (chamadas assim por se submeterem ao regime e o patronato) ainda funcionavam e inclusive recebiam cursos patrocinados por estadunidenses.

⁶⁴ ALVES (1988) também aponta este número, entretanto GASPARI (2016) coloca 34,1%.

Com a greve dos metalúrgicos de 1978, o movimento trabalhista surgiu como força de primeiro plano na cena política. Pelos padrões brasileiros, os metalúrgicos estavam entre os trabalhadores melhor pagos no país, em 1978. Por outro lado, o salário horário de um operário da indústria automobilística equivalia a 60 *cents* (americanos), contra \$8,65 nos Estados Unidos e no Canadá.

No final de 1978, Margareth Keck (2010, p.238) afirma haverem três tendências sindicais dividiam visibilidade dentro do sindicalismo “combativo”. A primeira, conhecida como “oposições sindicais”, de sindicalistas vindos das bases, favorecendo a organização de comissões fabris no intento de agir fora da estrutura oficial dos sindicatos. A segunda tendência buscava uma organização em busca de conquistar posições de liderança dentro do movimento sindical, especialmente em federações e confederações incentivando a criação do grupo “Unidade Sindical” para coordenar as reivindicações e atividades dos âmbitos estaduais às nacionais. Por último, os chamados “autênticos, que trabalhavam dentro da estrutura sindical, apoiavam as organizações de fábrica e a participação das bases priorizando a independência dos sindicatos em relação ao Estado e empregadores. Estes desmereciam a atenção dada às federações e confederações por ter pouca representatividade.

É com base nesta última tendência que surge a liderança de Luís Inácio “Lula” da Silva, como intermediador sindical e, muitas vezes, o negociador que lida diretamente com o patronato.

Para Keck (1998, p.393) esse “novo sindicalismo” vai trazer cisão total com o modelo de sindicalismo varguista, tutelado pelo Estado e sendo marcado por algumas características fundamentais:

Em primeiro lugar, havia uma ênfase crescente na organização de base e um contato maior entre liderança sindical e base. Em segundo lugar, havia uma reivindicação para uma revisão substancial da legislação trabalhista existente, para criar sindicatos que fossem autônomos do Estado; isso implicava o reconhecimento do direito de greve e do direito à negociação com os empregadores sem mediação governamental. Em terceiro lugar, havia uma maior disposição para a militância, como fazer greves, por exemplo, mesmo com a certeza de repressão por parte do governo.

No campo, os sindicatos aumentavam em quantidade de forma abrupta em grande medida graças ao apoio e colaboração das organizações da Igreja Católica em prol da defesa dos trabalhadores camponeses (ALVES, 1984, p.243).

Os Estados Unidos também estava mudando de posição. As diversas denúncias feitas durante a década de 1960 contra os abusos dos direitos humanos percorreram mundo afora, causando escândalo. Enquanto Richard Nixon – que havia governado de 1969 a 1974 – dava amplo apoio às ditaduras na América Latina, mas em 1978, tínhamos Jimmy Carter chefiando

a Casa Branca e com isso as coisas mudavam. Carter se popularizou em seu governo por seu caráter pacificador e conciliador, conseguindo mediar um acordo de paz entre um país árabe (Egito) e Israel. Em 1978 é assinado o acordo de Camp David que selaria o fim do conflito entre Egito e Israel que perdurara desde a Guerra dos Seis Dias com ajuda de seu agenciamento. Além disso, o democrata teve influência no processo de abertura democrática de países da América Latina que estavam sob o julgo de ditaduras. Os interesses governamentais também entraram em choque: os yankees fizeram pressão contra o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha. Além disso, os militares não gostaram nem um pouco quando os norte americanos, por decisão do congresso, em 1977, exigiram um relatório da situação dos direitos humanos no Brasil. Foram vistos de forma crítica como intervencionistas e em ríspida resposta cancelaram prontamente a cooperação militar com os EUA, assinada em 1952. Carter chega a visitar o país no fim do mandato de Geisel, no dia 29 de março de 1978. Dada a relativa tensão que já pairava entra a relação de ambos os países, Jimmy tentou ser brando e mal tocou em um dos principais temas que muitos esperavam que ele fosse falar: as violações aos direitos humanos. Ele preferiu um discurso brando e conciliador, dizendo que “o Brasil não poderia ser esquecido”⁶⁵ e dizendo que reconhecia o uso pacífico do átomo⁶⁶. Sem ser contundente e com sutileza, falou apenas de forma rasa sobre “estarmos todos na defesa da liberdade e do Estado de Direito”⁶⁷. O presidente estadunidense ainda se encontrou com o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, para conversarem durante algumas horas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, mas é visível que ele preferiu uma passagem amena que não afrontasse o gênio intempestivo de um general desconfiado e acabar tornando as coisas piores. Deveria haver, e com razão, certo temor de que um programa nuclear incentivasse uma corrida nuclear regional por toda a vizinhança latino americana em plena Guerra Fria. Jimmy Carter olhava o Brasil com resguarde.

Os últimos retardatários a mudarem de lado foi parte do empresariado. Grande parte da plutocracia brasileira se vendo órfã dos milagres de Delfim Netto, passaram a se queixar da falta de interlocutor para agenciar intercâmbios com o governo e tirar das mãos do governo alta taxa de concentração de crédito e fazer parte dos investimentos. Os empresários

Vieram aos poucos. Primeiro, os industriais do setor de bens de capital. Depois, cautelosamente, chegaram outros. Banqueiros, poucos. Empreiteiros, nunca. Defendiam mais livre-iniciativa (deles) do que a liberdade (dos outros). (GASPARI, 2016, p.30)

⁶⁵ **Para EUA, Brasil não pode ser esquecido.** Estadão de São Paulo. São Paulo, p.06, 30/03/1978.

⁶⁶ **Carter reconhece uso pacífico do átomo.** Estadão de São Paulo. São Paulo, p.07, 30/03/1978.

⁶⁷ **Estamos todos na defesa da liberdade e do Estado de Direito.** O Globo. Rio de Janeiro, p.01, 30/03/1978.

Esse descontentamento tornou-se força motriz que levou ao afastamento desse empresariado ligado a vários setores do capital nacional, que passaram a criar antipatia com o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND) por considerá-lo demasiado estatizante em sua intervenção econômica. Acusava-se de uma concorrência desleal do setor público perante a iniciativa privada, gerando receio de que o país rumasse para um “capitalismo de Estado” ou até uma economia de caráter comunista (MACIEL, 2014, p.277). A partir disso, em quantidades cada vez maiores vemos os plutocratas brasileiros se aproximando do MDB e suas lideranças – inclusive formando posteriormente sólidas alianças quando não, lançando suas próprias candidaturas.

Esse foi um breve contexto do que foi a organização de grupos e entidades civis no combate ao regime militar e todas as mazelas que ele trouxera no decorrer dos anos, fossem de caráter político, econômico, social ou cultural. No próximo tópico iremos tratar de como se deu o movimento de alternância do governo Geisel para Figueiredo e os planos, aspirações e concretudes que vieram juntos.

1.2 – Nos meandros da passagem de faixa: entre aspirações e ações.

O processo de escolha e sucessão da presidência costumava ser um jogo de cartas mais ou menos dadas. Afinal, esse era o modelo cesarista adotado pelos militares. Quiçá, o próprio Geisel tinha sido diretamente indicado por Médici sem mais delongas e impedimentos. Todavia, o processo de transição para o que seria o último dos cinco governos do regime militar contou com alguns núcleos de discordância.

Segundo Elio Gaspari (2016, p.22), Ernesto Geisel nutria simpatia por Figueiredo desde o início de seu governo e já o via como potencial candidato a assumir seu posto na presidência, apesar de também haver cogitado nomes de alguns civis como os governadores Paulo Egydio Martins, de São Paulo e Aureliano Chaves, de Minas Gerais⁶⁸. Com o passar do tempo a ideia foi amadurecendo mais e mais, até se tornar sabida por vários militares nas forças armadas.

Nisso, o general e ministro do Exército Sylvio Frota, um linha dura e coadjuvante da abertura que combatia com fervor inebriante o comunismo, começa a se autoprojetar à candidatura da presidência pelo partido dos militares – mesmo contra os desejos de Geisel. Muitos dentro da própria cúpula militar o viam como um retrocesso para a distensão. Ele

⁶⁸ O que o fez rapidamente desistir desta ideia está ligado ao constante fracasso político do ARENA iniciado em 1974, quando vai perdendo espaço para o MDB – portanto optar por civis indicava inviabilidade e risco.

insistiu mesmo assim. O resultado? Sua exoneração em 1977 por tamanha insistência em ir de encontro ao presidente⁶⁹.

Outro pretense personagem que articulava uma possível sucessão de Geisel era o Chefe do gabinete militar, Hugo Abreu, que comandou o caso da demissão de Frota. Acabou deixando o cargo em 1978 por discordar da indicação de João Batista Figueiredo.⁷⁰ Passando a adotar posição anti governista, Hugo deu apoio a outro nome que surgia dentro da própria Arena mesmo sendo civil. Este era o senador José de Magalhães Pinto passando a percorrer o país em prol de sua campanha e iniciando, nesse mesmo período, um movimento para a formação da Frente Nacional de Redemocratização, que reuniria setores civis e militares dissidentes. A candidatura de Magalhães Pinto, todavia, ficou isolada em seu próprio partido, não conseguindo a adesão das forças oposicionistas.

João Baptista Figueiredo, por outro lado era, a nível ministerial, a pessoa com mais tempo de serviço acumulado no gabinete presidencial. Em seu vasto tempo à frente do SNI como chefe deste órgão, até o ano de 1976, ele havia acumulado grande tempo de experiência e contato direto com os generais presidentes, além de controle do vital sistema de inteligência. Portanto, se torna visível que sua atuação desde os anos iniciais do regime no serviço de inteligência eram mais trabalhos de gabinete e protocolares que o afastava quase por completo da vivência dos quartéis. Empecilhos para sua posse existiam, mas não foram considerados fatores preocupantes. O sexagenário possuía alguns problemas de saúde que volta e meia o atarantavam, como seu problema de coluna que já havia resultado em cirurgia devido à sua paixão pelo hipismo; era cardiopata e, inclusive, ainda enfartaria no futuro durante a gestão. Outro ponto era o fato de Figueiredo ser general três estrelas⁷¹, quando todos os outros presidentes possuíam quatro estrelas, mas essa pequena diferença de patente não serviu de pretexto para Geisel o tirar do topo de sua lista.

Apesar do período de transformação que se passava, o pensamento das forças armadas ainda era um bloco monolítico com relação a uma série de coisas. A nomenclatura do

⁶⁹ Frota saiu com rancor e se sentindo apunhalado e traído por sua própria corporação. Entre os anos de 1978 e 1981 escreve seu livro de memórias. Cf. FROTA, Sylvio. Ideais Traídos. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁷⁰ Para isto Hugo destaca não unanimidade em torno do nome de Figueiredo para a sucessão presidencial (o que seria essencial), além de uma queda hierárquica, já que o general Figueiredo possuía 3 estrelas e não 4. Portanto, Hugo irá indicar nomes como o do Gen. Reynaldo, Gen. Samuel, Gen. Euler, Gen. Bethlem, o Ministro Ney Braga e o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves – enfatizando que a escolha de um civil para o cargo da presidência teria muito boa aceitação entre as forças armadas. Para ver o documento completo datilografado e digitalizado: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-candidatos-segundo-hugo-abreu#pagina-4>

⁷¹ Existem três patentes de general em ordem de importância de acordo com a quantidade de estrelas (começando a partir de 2 estrelas): General de Brigada (2 estrelas), General de Divisão (3 estrelas) e General de Exército (4 estrelas).

movimento de 1964 permanecia para eles uma “Revolução”, e se, porventura, chamado de golpe era prontamente considerada uma atitude contestadora e, por conseguinte, subversiva. Qualquer divergência ou crítica com qualquer atitude do regime a partir de 30 de abril era um ultraje à revolução e um ato, também, de subversão. A oposição aceitável era aquela se prostrava em reverência. O MDB ainda dera para Geisel certa preocupação. O que o partido tinha de oposição aceitável, também tinha de oposição “ferrenha e desregrada” vinda de ex-membros do PCB que haviam se refugiado no partido para travar uma luta política contra o partido da caserna, o ARENA. Entretanto, isso era problema que seria passado adiante para a alçada de João Figueiredo. Nesse contexto político o regime dava claramente distinções entre o que era uma “oposição consentida”, “oposição de contestação” ou “subversiva” com base nos próprios instrumentos previsto pela legalidade, como a Lei de Segurança Nacional, apontando indiretamente para o caminho que a abertura deveria trilhar (MACIEL, 2014, p.275).

Ernesto Geisel havia lidado com o radicalismo exacerbado de Frota, mas não deu cabo dos demais radicais avessos ao rumo que a “revolução” tomava. A saída de Frota só serviu para tirar a pedra do sapado do presidente que não queria ninguém se opondo a sua peremptória escolha de sucessão – afinal, dentro dos dogmas militares isso beirava a insubordinação e insurreição. No mais, todos os outros “Frotas”, adeptos da permanência do regime em uma linha dura, continuaram pelos quartéis e gabinetes articulando “tenebrosas transações”. A distensão foi assim um caminho tortuoso e cheio de ambiguidades. Enquanto alguns sintomas da abertura eram sentidos aqui e ali, uma contramedida surgia ou algo que se opusesse. As mudanças mais significativas foram deixadas para o final de sua presidência, entregando o porvir nas mãos daquele que seria o responsável por gerar a reabertura e encaminhar o regime para um fim que aparentava não chegar nunca.

Apesar de se dizer um governante que não gostava de tortura e sanguinolência, nada fez para dar cabo dos centros de tortura dos DOI – provavelmente por achar que eles ainda tinham algum dever a cumprir. O governo Geisel foi conhecido por ter um dos maiores números de “desaparecidos” além de ter marcado os massacres contra membros do PCB e PCdoB⁷². Tentou também reverter o quadro eletivo, recorrendo a artifícios que permitissem a

⁷² Basta lembrarmos-nos do fatídico massacre da lapa em 16 de dezembro de 1976, onde membros e dirigentes do PCdoB foram mortos numa reunião.

maioria do pleito composta por arenistas através do “Pacote de abril” e a profusão de senadores biônicos para assegurar o controle da ARENA no congresso nacional.⁷³

Outro exemplo, foi o grande trunfo da imprensa com o fim da cesura prévia, em 8 de junho de 1978, que foi parcialmente suspensa. Por outro lado o fim do governo Geisel foi marcado por uma série de explosões à bomba em sedes de jornais – principalmente os de oposição que teciam críticas mais severas ao regime – realizados por militares descontentes com o processo de reabertura.

O tão desejado fim do AI-5 finalmente foi promulgado através da emenda constitucional nº 11, no dia 13 de outubro de 1978, cujo artigo 3º revogava todos os atos institucionais e complementares que fossem contrários à Constituição Federal⁷⁴. De acordo com o artigo 4º, a emenda entraria em vigor apenas a partir do dia 1 de janeiro de 1979. Acompanhada da emenda que dava fim aos atos institucionais, vinha junto a Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que abrandava a Lei de Segurança Nacional se comparada às suas versões anteriores⁷⁵. O tempero que a Guerra Fria deixava seu gosto amargo em vários dos 55 artigos da lei de segurança de forma visível⁷⁶ - principalmente os artigos do capítulo II, concernentes aos crimes e penas. O abrandamento não fora substancial, mas produzira no mínimo um efeito placebo calmante. Como veremos adiante, o artigo 42, por exemplo, ainda preservava boa parte da rigidez do regime e delimitava os limites da “distensão lenta gradual e segura” de Geisel:

Art. 42 - Fazer propaganda subversiva:

I - utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - realizando greve proibida;

⁷³ Apesar de terem conseguido uma maioria esmagadora de candidatos eleitos (muitos de forma indireta), ainda assim os candidatos do MDB conseguiram mais votos diretos.

⁷⁴ “Art. 3º - São revogados os Atos institucionais e complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com bases neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial.”

⁷⁵ O Brasil teve diversas versões da Lei de Segurança Nacional. Sua primeira é de 1935, surgindo com Vargas. Suas alterações mais drásticas e severas vieram através de dois decretos-lei: o decreto-lei 314, de 13 de março de 1967 que transformava em legislação a doutrina de Segurança Nacional, que se tornara fundamento do Estado após o Golpe Militar de 1964 e o decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969.

⁷⁶ Para ver detalhadamente cada um dos 55 artigos, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620impressao.htm

V - injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Como podemos observar, o conceito vago e vertiginoso de subversão ainda colocava vários indivíduos na mira dos militares por motivos questionáveis e imprecisos.

A trancos e barrancos, as expectativas dos brasileiros para o ano de 1979 eram otimistas. O último passo agora rumo à transferência de poderes seria a eleição (indireta) para decidir quem receberia a faixa de presidente. Como sabemos, o preferido de Geisel para assumir o seu cargo era João Baptista Figueiredo, mas do outro lado havia o general Euler Bentes que tentava se articular para disputar com ele. Diferente de Frota, Euler não queria bater de frente com Geisel para forçá-lo a mudar de ideia no apoio à candidatura; ele sabia que não havia o que ser feito quanto à preferência por Figueiredo. Sendo assim, ele tentou conquistar apoio do MDB para lançar sua candidatura pelo partido da oposição. A cúpula do MDB, todavia, se mostrou arisca já que Ulysses Guimarães não simpatizava com a ideia de um candidato militar para o partido. Convencê-lo seria apenas o primeiro desafio; ele ainda precisava de apoio no núcleo militar suficiente para gerar uma cisão nos votos da ARENA pertencentes a Figueiredo. Euler acaba conseguindo ingressar no MDB, concorrendo à presidência como oposição ao partido da caserna e num último esforço para conseguir dividir os votos dentro das forças armadas e ganhar mais apoio, o general Hugo Abreu – que apoiava e colaborava com Euler na campanha – redigiu uma carta que foi enviada para 120 oficiais, contendo ácidas críticas, denúncias de corrupção contra o governo, apontando nomes de empresas e envolvimento ilícitos de militares com algumas delas e ainda sua indignação com a espionagem telefônica do SNI que não deixava escapar nem generais (como era o caso dele). O resultado final foi: a prisão de Hugo Abreu por 20 dias, suas cartas não tiveram o efeito desejado e, no dia 15 de outubro, o resultado da votação é: 355 votos para João Batista Figueiredo e 226 para Euler Bentes (GASPARI, p.106-108).

No dia 15 de março de 1979 ocorre a última passagem de faixa presidencial da ditadura militar. Geisel iria para a reserva e aproveitaria a aposentadoria numa bela casa que construirá em Teresópolis, longe dos acontecimentos bombásticos e explosivos que estavam porvir.

O discurso de posse do novo presidente se imbuí de odes à democracia. O mote central é uníssono: não descansarei até estar plenamente assegurado - sem sobressaltos - o gozo de

todos os direitos do homem e do cidadão inscritos na Constituição.⁷⁷ "Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação"⁷⁸. "Reafirmo: é meu propósito inabalável (...) fazer deste País uma democracia."⁷⁹ Já em um ritmo de certa positividade criada pelos últimos rastros de Geisel citados anteriormente, a fala de Figueiredo acrescia os ânimos e fazia muitos enxergarem um feixe de luz no fim de um sombrio túnel – principalmente quando boa parte da América latina se via agonizando com governos ditatoriais no Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia, em que seus líderes não tinham o mínimo de interesse em abrir coisa alguma. Mas em meio a toda a possível animosidade gerada pelas frases de efeito, o novo presidente falava algo que certamente também deixaria muita gente de orelha em pé: “é para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento”.⁸⁰ A frase era um pouco ambígua, mas se Figueiredo prometera prender quem fosse contra seu processo, o fez de forma bastante parcial em vários momentos.⁸¹

Nos idos do ano de 1979 mais duas importantes revogações irão acalantar esperanças: enfim a tão discutida anistia e o fim da lei 477.

No dia 28 de agosto de 1979, é decretada a lei 6.683⁸². O primeiro artigo por si só já deixava claro a decisão dos militares resultada de inúmeras discussões: a anistia seria ampla e irrestrita, mas apenas para os próprios militares⁸³:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

⁷⁷ **Democracia – reafirma Figueiredo.** Folha de S.Paulo. São Paulo. 16 de março de 1979.

⁷⁸ IBIDEM.

⁷⁹ IBIDEM.

⁸⁰ **Figueiredo Eleito oferece a conciliação.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p.01, 16/10/1978.

⁸¹ E como veremos, não foram pouco as tentativas de refrear este processo com atos vindos das próprias forças armadas ou policiais.

⁸² Para ver a lei por completo, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

⁸³ Todos os civis que haviam sido enquadrados em atos de “terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal” como diz o parágrafo 2º do art. 1º ainda continuaram presos cumprindo pena. Por outro lado, seus torturadores continuavam desfrutando de total liberdade e proteção judicial.

Até aquela altura: 1.088 cidadãos e três ex-presidentes tiveram seus direitos políticos suspensos e/ou seus mandatos cassados; 3.215 civis haviam sido afastados do serviço público – inclusive ministros; 1.387 militares foram desativados por serem contrários ao projeto do regime; 125 pessoas banidas do país (fora milhares exilados, por precaução ou fugidos); 11.000 pessoas condenadas; outras dezenas de milhares encarceradas (GASPARI, 2016, p.83-84). Tudo isso num período de 14 anos. A lei gerava alguma polêmica. O debate já era feito nas esferas civis desde 1975 com o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), em São Paulo, e logo após o Comitê Brasileiro pela Anistia, suscitado pelo próprio MDB em parceria com outros militantes políticos clandestinos. Para alguns setores das forças armadas gerara celeuma. Os militares mais rígidos não viam com bons olhos desde o início da proposição, alegando que era um absurdo pôr em liberdade todos os terroristas, subversivos e comunistas. Seria jogar todo o trabalho principal pelo ralo. O próprio Figueiredo não gostava de ideia de anistiar os responsáveis por assalto a bancos, que tivessem sequestrado ou assassinado. Por outro lado, para os civis críticos ao regime era um absurdo que torturadores e assassinos das forças armadas e das forças policiais não fossem punidos por tamanhos crimes.

Outra boa notícia do hall de revogações foi o fim do decreto-lei nº477⁸⁴, criado em 26 de fevereiro de 1969 e extinto em agosto de 1979. Nela constava:

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

⁸⁴ Para ver a lei por completo, acessar: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis03/doc1_3.html

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Esta lei, acoplada à infiltração massiva dos órgãos militares de inteligência nas universidades, foi responsável por causar o afastamento de milhares de pessoas, dentre elas principalmente alunos e professores. Inclusive, como registra Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p.196), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) “foi das mais bem organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres”.

Como sabemos, o Serviço Nacional de Inteligência se estabeleceu logo cedo no regime e se fez cada dia mais eficiente. As forças armadas tiveram o zelo de montar uma rede exemplar de informação compartilhada. Os dados coletados eram diversos e pretendiam dar conta de todos os sujeitos ou entidades minimamente suspeitas e que pudessem representar alguma ameaça à “gloriosa revolução” iniciada em 1964. A partir disso, o SNI procurou expandir seu alcance a todos os âmbitos: o estudantil era um especialmente observado. Com a criação das Divisões de Segurança e Informações (DSIs) infiltrada nos ministérios civis, ela poderia alcançar assim todo o setor da educação assim que se instalou no MEC. O frenesi da vigilância não cessara. Em 1970 é estimulada “a expansão dos sistemas setoriais, com a criação de subdivisões das DSIs nas instituições subordinadas aos ministérios, ou seja, empresas públicas, autarquias e fundações” (MOTTA, 2014, p.194-195). Estas agências foram denominadas inicialmente de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis), passando, em 1975, a se denominar apenas ASI. Assim estava montado todo o aparato de vigilância constante dos militares. Muitos professores perderam seus cargos, muitos sequer puderam assumir seus concursos, outros foram presos e perseguidos por qualquer coisa considerada subversiva – se alguma crítica ao regime fosse feita em sala de aula, alguma denúncia aos problemas sociais vividos no país, ao se declarar marxista ou, pior, levar Marx para a sala de aula. Muitos alunos também foram atingidos, sendo jubilados, ficavam à deriva, sem seu estudo, fichado no DOPS, sem conseguir trabalho algum em

decorrência disso. As universidades acabavam sendo o maior foco de atenção, pois boa parte da oposição da ditadura era do meio intelectual e muitos eram jovens (basta recordar dos vários jovens estudantes que estiveram nas linhas de frente das guerrilhas).

Todavia, com o fim da lei 447, Figueiredo a substitui pela lei 6.680, muito mais branda, mas ainda vigilante e policiadora:

Art 1º O Corpo discente dos estabelecimentos de ensino superior será representado nos órgãos colegiados acadêmicos com direito a voz e voto.

Parágrafo único. A representação terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária.

Art 2º São órgãos da representação estudantil, com atribuições definidas nos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino superior:

a) o Diretório Central dos Estudantes da Universidade, da Federação de Escolas e de estabelecimentos isolados de ensino superior;

b) os Diretórios acadêmicos em unidades de ensino dos estabelecimentos mencionados na letra *a*

Parágrafo único. Aos Diretórios é vedada a participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados.

Art 3º Na forma dos estatutos e regimentos dos estabelecimentos de ensino, caberá ao Diretório indicar a representação estudantil.

Parágrafo único. Na forma desses documentos, os Diretórios serão mantidos por contribuições de seus associados e por doações a eles destinados, através dos estabelecimentos ao qual estejam vinculados.

Art 4º Serão estabelecidos nos estatutos e regimentos de cada instituição os processos de escolha dos membros dos Diretórios e demais dispositivos que regulem suas atividades.

Art 5º Ficam revogados os artigos 38 e 39 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, e o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura baixará normas que orientarão os regimentos disciplinares dos estabelecimentos de ensino superior.

Art 6º O Ministério da Educação e Cultura baixará, no prazo de cento e vinte dias, normas que regulamentarão as atividades da representação estudantil, nos termos da presente Lei.

Art 7º É assegurada a legitimidade da representação estudantil exercida nos moldes da legislação ora revogada, enquanto não forem constituídos os órgãos de representação de acordo com as normas previstas no artigo 6º desta Lei.

Art 8º Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente poderão ser constituídos grêmios estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistidos por membros do corpo docente.

Art 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

Após anos de proibições e privações, os discentes e docentes poderiam novamente se organizar em órgãos colegiados “com direito a voz e voto”, todavia sem direito a manifestar qualquer visão político-partidária. Como iremos ver mais adiante nos casos retratados em Campina Grande, estes órgãos colegiados viviam sob constante vigilância e seus membros eram notadamente reconhecidos como subversivos em potencial, mesmo em pleno período de

abertura. Para os estudantes a situação também aliviara, os grupos de movimentação estudantil vão voltando, mas também com restrições. Como sinal de primeiros resultados da revogação deste decreto-lei é observável a grande quantidade de greves volumosas em 1978 e 1979 desafiando o governo e colocando em evidência a própria crise (LIRA, 2012, p.312). Ainda assim era vetada qualquer participação ou representação à outra entidade fora dos muros da universidade, tornando a pauta de atuação desta restrita apenas à academia e, claro, evitando qualquer comprometimento “político-partidário”. Apesar dos avanços significativos, a *práxis* revelava outras facetas desse processo; a vigilância ainda mantinha seus olhos abertos – como veremos no próximo capítulo.

Em 22 de novembro de 1979, foi aprovada também a reforma do sistema político que acabava com o bipartidarismo – extinguindo os únicos partidos existentes: ARENA e MDB. O governo revertia então a decisão anterior, realizada por meio do AI-2, para realizar mais uma manobra política. Com a volta do pluripartidarismo o objetivo era evidente: o enfraquecimento da oposição com a sua pulverização em diversos partidos. O ARENA torna-se o PDS (Partido Democrático Social); o MDB torna-se PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ainda em 1970. Em 1980 são criados quatro novos partidos: o Partido Popular (PP), fundado por dissidentes da ARENA e moderados do MDB, sob liderança de Magalhães Pinto e Tancredo Neves; o Partido dos Trabalhadores (PT), criado por sindicalistas e setores de esquerda, tendo como liderança de destaque o Luís Inácio “Lula” da Silva; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estabelecido por Ivete Vargas; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), instituído por Leonel Brizola.

Depois de tomadas as mais expressivas medidas dessa reabertura, Figueiredo parece sentir uma ponta de remorso numa declaração em que reafirma seu compromisso com a democracia, mas com certo ar de contragosto e insatisfação:

E nessa direção firmemente tem-se encaminhado o projeto político do governo. [...] Os anistiados estão aí, embora muito querendo fazer do futuro uma inaceitável repetição do passado. Os partidos políticos aí estão, embora empenhados os opositoristas, seguidamente, em articulação por uma ação contra o Governo, a negar o espírito democrático que lhes inspirou criação. A imprensa livre aí está, embora nem sempre justa em suas críticas, parte dela a imputar ao Governo, constantemente, propósitos que desmentem até pela liberdade com que são proclamados.⁸⁵

⁸⁵ **Figueiredo lembra juramento que fez sobre democracia.** Diário da Borborema. Campina Grande. P.01, 18 de dezembro de 1981.

Após traçar esse panorama geral tanto do projeto de “distensão lenta, segura e gradual” iniciada por Geisel e continuada por Figueiredo, quanto as expectativas em torno desse processo – desde as projetadas pelo próprio regime, até as projeções das diversas classes – e por fim remetendo às mudanças que se deram em plano real e alguns de seus primeiros reflexos e indicativos, agora iremos tentar entender como estava Campina Grande ao compasso destas mudanças e transformações, os atores sociais e políticos que atuaram nesta cidade e a forma como a sociedade campinense em seus mais diversos estratos interagiu com este projeto de reabertura política.

1.3 – Reabertura à campinense

Se a escassez do projeto econômico do “milagre” estremeceu as bases até mesmo das mais sólidas regiões industriais e do país, Campina Grande sofria em dobro no início do mandato do general Figueiredo. Além do revés ocasionado pelo esgotamento econômico iniciado com Geisel, a cidade passava por sérios problemas de ordem local resultados de medidas tomadas durante a ditadura e que iriam desencadear uma série de problemas. Todavia, assim como fizemos ver no início do capítulo uma breve retrospectiva sobre o cenário nacional no contexto da ditadura e sua distensão, revolveremos aqui também um pouco da história campinense e como ela estava inserida no horizonte do regime.

Durante muito tempo Campina Grande carregou consigo uma alcunha de cidade desenvolvida, moderna e em constante progresso, parecendo até distante daqueles ares provincianos que poderiam lhes ser atribuídos. Pesquisas locais anteriores⁸⁶ nos revelam esse latente sentimento de grandeza e de engendramento nas engrenagens do desenvolvimento e progressão, configurando-se como uma importante cidade para o estado e redondezas – muitas vezes tida como mais relevante que a própria capital, João Pessoa, fomentando bairrismos até os dias de hoje.

⁸⁶ Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001. CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. Tese de doutorado em Sociologia. João Pessoa: UFPB, 2007. SOUSA, Fábio Gutenberg R.B. de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001. SOUZA, Antônio Clarindo B. de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado em História. Recife: UFPE, 2002. CAVALCANTI, Silêde Leila O. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2000.

Durante a ditadura militar não foi diferente, principalmente se levarmos em conta o ufanismo estimulado e professado pelos militares, em que a “glória do progresso” do Brasil era sempre proclamada e propagada principalmente através dos meios de comunicação, como jornais impressos, rádio e TV, apresentando um vocabulário peculiar, repleto de odes de otimismo com palavras como “transformação”, “construção”, “futuro”, “amor”, “união”, “solidariedade”, “trabalho”, “esperança”, “determinação” e “patriotismo” (FICO, 1997). Muitas destas palavras compunham várias propagandas apologéticas, com o intento de inculcar estas subjetividades nos sujeitos, motivá-los a construir uma nova nação junto aos militares. Em Campina Grande, assim como em várias outras cidades do Brasil, isso também se fazia presente, somando-se a um espírito teleológico que parecia criar para si um destino que aspirasse sempre a um inevitável e predeterminado triunfo.



Imagem 1: Campina Grande, agora e sempre, símbolo do desenvolvimento. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 11/10/1980, p.1 do 3º caderno.

Nesta página do Jornal da Paraíba celebrava-se o 116º aniversário de Campina Grande. Na imagem vemos uma celebração à data com palavras que evocam estes símbolos inculcados à cidade: uma Campina sempre **grande** e o constante **desenvolvimento**. Para, além disso, as imagens também passam a mensagem de uma cidade de trabalho, obreira, comercial, de

movimento. Os grandes prédios são valorizados, a região central com toda sua efervescência e o grande prédio da FIEP sinalizando para uma cidade também industrializada.

Com o golpe de 1964, todo o estado paraibano vai sendo apropriado por tradicionais elites oligárquicas que se fortalecem mais ainda e as consequências dessa exclusividade de benefícios acaba desembocando nos mais desafortunados, submetidos a uma gradual miserabilidade – sobretudo no Nordeste e mostrando seu reflexo em toda a Paraíba (FERNANDES, 2006, p.98). Com a progressiva ampliação do número de usinas, muitos foreiros e moradores de condição foram perdendo seus espaços e sendo expulsos das terras que moravam por concessão (RANGEL, 2006, p.456). Com isto, muitas famílias da zona rural paraibana vão se vendo forçadas a ir à procura de trabalhos assalariados na cidade ou mesmo trabalhos informais e liberais.

A partir disso, temos desde a década de 50 uma Campina Grande começando a tomar ares industriais, a cidade vai passando a ser um novo atrativo para aqueles que queriam tentar uma nova vida. Em 1949 é fundada a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) para dar suporte a este crescimento industrial ascendente e, posteriormente, agir em conjunto com a SUDENE – que chega em 1959 ao Nordeste, mas apenas em dezembro de 1960 à Paraíba – com projetos de incentivos fiscais que serviram de atrativo a investimentos vindos do sudeste do país. Como afirma Luciano Bezerra Agra Filho (2011), o crescimento era tamanho que, em 1959, Campina Grande tinha 111 estabelecimentos industriais, enquanto João Pessoa possuía 93 estabelecimentos. Durante este período empresas como a Wallig (eletrodomésticos), a Azaleia (calçados), BESA (calçados), PARC (calçados), FIBRASA (sisal), entre outras, se destacaram. Consequentemente temos um crescimento da população campinense, que se tornava cada vez mais urbana e atraía migrantes de cidade e estados próximos. Todavia, pouco se investia em melhorias na qualidade de vida da população carente da cidade (COSTA, 2013, p.54).

Entretanto, os investimentos provenientes da SUDENE para que ocorresse tal melhoria não foram suficientes e com o passar dos anos as empresas – principalmente as pequenas e médias – foram entrando em crise econômica. Na transição dos anos 1960 para os anos 1970 algumas empresas acabam tendo que fechar definitivamente suas portas em Campina Grande devido ao fator mencionado anteriormente; maior parte dos investimentos oriundos via SUDENE foram destinados à Bahia e Pernambuco. Segundo o historiador Damião de Lima (2012, p.197), entre 1974 e 1980 Campina Grande havia sido contemplada

apenas com 9 projetos via SUDENE, sendo 6 de ampliação e modernização de fábricas já existentes e apenas 3 para a implantação de novas indústrias. Somado a isso, os imigrantes continuavam a adentrar a cidade, ao passo em que a indústria não tinha capacidade para abarcar toda essa potencial força de trabalho – principalmente por sua decadência, representada pelas sucessivas falências e debandas. Muitos acabaram ficando desempregados com o fechamento dessas indústrias ou que chegaram a Campina e não conseguiram emprego, restando-lhes trabalhos informais e como alternativa de moradia, os barracos em favelas da periferia e cortiços e bicos em bairros como Liberdade e José Pinheiro. O geógrafo Leonardo Barboza da Costa (2013) nos traz uma tabela que ilustra como se encontrava a densidade demográfica de Campina Grande, demonstrando que da década de 1960 a década de 1980 há um vertiginoso adensamento na demografia urbana local em que: em 1960 a cidade possuía 126.274 habitantes e em 1980 houve um salto significativo para a casa dos 228.182, quase dobrando sua densidade urbana devido às chamativas oportunidades que surgiam com a vinda destas empresas (COSTA, 2013, p.57-58).

Boa parte desse setor marginalizado da sociedade campinense vivia a par das grandes discussões política, das esferas da “alta cultura campinense” e sentiam na pele as marcas da exclusão, da economia industrial em declínio, do desemprego, das más condições de vida e habitat – sem falar no agravamento do abismo social que separou por léguas os ricos dos pobres durante a ditadura, resultado do plano econômico de Delfim Neto e o milagre que nunca chegou para boa parte das famílias brasileiras. A historiadora Luciana Estevam (2010, p.31) destaca:

A Campina Grande de 1980, de acordo com os jornais desse período não parava de crescer, uma cidade que ao mesmo tempo em que mostrava seu “glamour”, escondia seu lado sombrio desse desenvolvimento, o aumento da violência, fato nada incomum para as cidades de maneira planejada ou não. [...] a “Rainha da Borborema” em poucos momentos de sua história vivenciou assombrosos indícios de violência.

Com isso, a década de 1970 vai sendo marcada pelo fechamento de várias indústrias na cidade, do aumento de desemprego somado ainda à incessante migração que, por consequência, ia amontoando pessoas desempregadas ou que trabalhassem em empregos informais com baixa remuneração, sendo obrigados a procurarem as periferias em busca de abrigo – estimulando e agravando um processo de favelização crescente na cidade. Para aqueles que não tinham acesso à boa parte desse propalado progresso restava o improviso, o reinventar.

Poucos também eram os que se inteiraram nos debates políticos, mas durante o governo Figueiredo alguns se integraram aos movimentos sindicais que ressurgiam e eram estimulados, inclusive por partidos como o PT⁸⁷. Boa parte deste setor marginalizado da sociedade campinense vivia à parte das esferas da “alta cultura campinense” e sentiam na pele as marcas da exclusão, da economia industrial em declínio, do desemprego, das más condições de vida e habitat. Todavia, o emergir de novos atores sociais deste seio vão reivindicar mudanças nesse quadro de mazelas.

Não houve por parte do estado uma preparação para esse quadro de crise. Devido a isso, outro problema enfrentado pela cidade é um surto de criminalidade. A partir de então, observaremos como andava o quadro de violência que havia se instaurado na “Rainha da Borborema”, a partir de matérias veiculadas em um dos principais jornais locais da época já em 1979, durante o mandato do prefeito Enivaldo Ribeiro.

O Jornal da Paraíba, ao lado do Diário da Borborema, não só era um dos principais veículos de informação da sociedade campinense, eram também portadores de um projeto político e ideológico que representava anseios e projeções de setores sociais, sugerindo, evocando e apontando caminhos de acordo com seus interesses e visões. Neles, pudemos encontrar, entre as páginas do caderno policial, uma série de notícias sobre o constante “abuso de bandidos na cidade”. A cidade se via em choque e amedrontada com a quantidade de criminosos em ação e a polícia aparentemente não conseguia dar conta de tantos casos e realizar tantas apreensões e investigações.⁸⁸ Era a elite, sobretudo, quem deveria sentir-se a

⁸⁷ Para ilustrar isso, há em 1980 a vinda de Luíz Inácio Lula da Silva no dia 10 de agosto à Campina Grande para divulgar o recém-criado Partido dos Trabalhadores, onde manifesta sua indignação à opressão ainda existente e velada pela ditadura. Matéria disponível em: "**Lula atribui 'a turma do Figueiredo' os atentados a bancas de revistas.**" Jornal “Diário da Borborema”. Campina Grande. p.04, dia 12 de Agosto de 1980.

⁸⁸ Em nosso estudo monográfico nos ativemos a fazer uma análise mais aprofundada na violência urbana em Campina Grande no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 com a abordagem de vários casos divulgados nos jornais locais. Cf. LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. **“A bonança na matança”: o sentimento de conforto causado pelo esquadrão da morte, Mão Branca, entre os cidadãos campinenses em 1980.** Monografia. Campina Grande: UFCG, 2015.

principal ameaçada por ter seus bens de alto valor em jogo: seus carros, suas joias, fortunas e casas em risco.

O próprio governador Tarcísio Burity faz apelo ao Ministério da Justiça – representado pela figura do Sr. Petrônio Portela – por ajuda para combater essa onda de “violência nunca vista na Paraíba”, pois o mesmo “já não sabia mais o que fazer e sequer possuía recursos materiais e humanos suficientes para dar conta dessa maré de crimes”.⁸⁹

A imprensa sinaliza as mazelas da cidade e as trazem à tona. Jornais locais apontam as “dezenas de pivetes” ou “delinquentes mirins” das favelas e sítios que vivem importunando a população pelas ruas pedindo dinheiro constantemente, furtando bolsas, roubando tecidos de lojas, entre outros crimes que acabam passando despercebidos pelos poderes públicos em que “o menor abandonado precisa mais do que nunca ser olhado com mais responsabilidade”.⁹⁰ O problema dos menores em situação de abandono era um problema latente na cidade e mesmo com o passar dos anos aparenta não resultar em medidas efetivas para sanar o problema e impedir que eles se tornem infratores⁹¹.

Já não fosse suficiente o contexto de decadência econômica e social com desastrosos reflexos de favelização, *boom* demográfico, fechamento de indústrias, taxas de desemprego desenfreado, menores desamparados nas ruas, pedintes, crescentes índices de violência, Campina Grande também passara por uma tenaz crise de hegemonia no campo político. “Sem grande representatividade e influência de suas elites políticas frente ao Governo do Estado, uma vez que seu último grande líder político a nível estadual e regional havia sido Argemiro de Figueiredo” (SANTOS, 2008, p.63). Na prefeitura, desde as cassações de Newton Rique e Ronaldo Cunha Lima nos anos 1960, houve, na cidade, um desestímulo à participação política já que “o grupo desenvolvimentista, responsável pelo salutar debate acerca dos destinos político e econômico do município, foi duramente atingido pelas medidas ‘discricionárias’ que sucederam o golpe militar” (LIMA, 2012, 195). Todavia, a posteriori, para o alívio deste setor desenvolvimentista, os militares também entraram em sintonia com essa perspectiva,

⁸⁹ **Burity pede ajuda para deter crimes.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.07. Dia 05 de Abril de 1979.

⁹⁰ **Problemas: do menor é dos mais graves.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.07, dia 01 de Julho de 1979.

⁹¹ Ainda em 1982 vemos matérias alarmando o perigo de muitos menores entre 11 e 15 anos estarem migrando para o crime. Cf. **Delinquência mirim aumenta em Campina.** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p. 06, 24 de setembro de 1982.

canalizando investimentos que teriam confluíam exatamente no sentido de tentar industrializar Campina Grande e dar-lhe um ar de modernidade.⁹²

Era Enivaldo Ribeiro quem administrava a prefeitura da cidade desde 1977, e que ficaria até 1983. Candidato do ARENA, fora eleito, mas com o tempo despertara antipatia de um setor da elite burguesa campinense mais letrada e intelectualizada. Nas palavras de Wagner dos Santos (2008, p.77)

Enivaldo representava, para estes seguimentos das elites locais a mesma imagem que Severino Cabral havia constituído, anos atrás, para si: a de um político “populista”, “bonachão”, de origem “simples” e “humilde” e ainda por cima ligado a estratos sociais que aqueles segmentos não viam com tão bons olhos. Mas, diferentemente de Cabral, Enivaldo parecia a boa das elites de Campina, descabido nas suas ações e condescendente nas atitudes perante seus subordinados e aliados políticos, o que demonstrava certa fraqueza política, para quem tinha, segundo o discurso dos letrados locais, como único objetivo a sua perpetuação nos aparelhos municipais de governo. Esta imagem que parte das elites locais havia construído para Enivaldo em grande medida foi subjetivada e elaborada também pelo mesmo. À medida que ele não dispensava a oportunidade para construir-se e constituir-se como “político humilde” e “amigo do povo”, que na maioria das vezes dispensava seus assessores para despachar diretamente com a população. O mesmo também não era muito afeito a pronunciamentos e propagandas de suas ações na imprensa local, preferindo comunicá-las diretamente a seu eleitorado, o que de certa forma atribuía para a “negatividade” de sua imagem perante os letrados e a mídia. Mas, para, além disto, aos olhos e nos discursos daqueles que ocupavam lugares de elites aburguesadas na cidade.

Apesar de Enivaldo não estar a par dos interesses de alguns setores desenvolvimentistas da burguesia, este não estava isento de ligações com uma burguesia de moldes mais provincianos. Em 1981 já tem seu lançamento de candidatura ao governo do estado frustrada⁹³ - acabara culpando a oposição governista de boicotar sua tentativa, portanto sequer iria se dar o trabalho de disputar uma disputa tão “desleal” contra Wilson Braga. Sua influência não conseguiu sequer ajudar na eleição de um sucessor copartidário do PDS e ao final de seu mandato a imprensa expunha ataques contundentes, publicando textos ácidos que apontavam culpabilidade na ineficiência de Enivaldo em não conseguir pleitear seu partido à vitória das vindouras eleições que ocorreriam em 1982, como podemos ver no enxerto a seguir:

Se o PDS perder o pleito municipal do dia 15 de novembro vindouro, o principal culpado será o prefeito Enivaldo Ribeiro, que durante os mais de cinco anos que está à frente da chefia do Executivo não conseguiu firmar uma liderança na cidade,

⁹² Neste ponto há uma certa discordância com a tese geral de Damião Lima. Para o autor o golpe militar marca um fim do sonho da política desenvolvimentista. Nós acreditamos que, apesar de uma pausa abrupta devido ao golpe, o projeto foi retomado e em dada medida executado pelo governo militar.

⁹³ Diário da Borborema. Campina Grande. P.01, 06 de dezembro de 1981.

perdendo, inclusive, o comando dentro do próprio partido. Foi o que comentou ontem um pedessista campinense, que não quis fazer protesto publicamente, por questão de conveniência partidária, mas que se constituiu em um dos segmentos do PDS local que estão insatisfeitos com o prefeito.

A insatisfação com o prefeito nas hostes pedessistas locais é enorme, pois a boca miúda o Sr. Enivaldo Ribeiro tem sido alvo de duras críticas dos governistas da cidade, que preveem uma derrota do PDS nas urnas no dia 15 de novembro exatamente por conta da falta de liderança do prefeito dentro do partido.⁹⁴

As previsões não poderiam ter sido mais preditivas: o PDS saiu de mãos abanando sem sequer conseguir indicar um substituto para Enivaldo na prefeitura. No cargo de governador, em que estava o professor Tarcísio Burity (1978-1982), representante da ARENA – e com o pluripartidarismo tornou-se membro do PDS – e tendo como seu sucessor no cargo o advogado Wilson Braga e homem de bastante influência ante os meios de comunicação locais⁹⁵ e conseguindo apoio. De acordo com Wetervan Silva Fernandes (2006, p.105)

A atuação política de Wilson Braga enquadrava-se nos moldes clientelísticos que [...] se caracteriza pela utilização da máquina técnico-burocrata do Estado e pela assimilação dos redutos dos coronéis interioranos, onde as chefias políticas locais, face ao agigantamento da máquina estatal, se transformaram em meras intermediárias entre o eleitorado e as instâncias municipal, estadual e federal.

Com a derrota do PDS em Campina, quem se sobressai vitorioso é um conhecido candidato de outrora: Ronaldo Cunha Lima, pelo PMDB. Conhecido por já ter sido vereador em 1959 e deputado estadual três anos depois pelo PTB⁹⁶, além de ter sido cassado em 1969, sendo impedido de administrar como prefeito de Campina Grande eleito nas eleições de 1968. Voltando do Rio de Janeiro – onde trabalhou durante anos advogando – após a anistia, Ronaldo se filia ao PMDB logo após a criação da legenda. Como Wagner Geminiano Santos (2008, p. 78) demonstra, é a partir daí que se faz emergir a *estratégia Cunha Lima* que se constituiu numa larga utilização dos meios de comunicação de massa para constantes apelos e discursos que lembravam da injustiça que o haviam acometido e o quão vitimado ele havia sido, posicionando-se claramente contra o regime desde o momento do golpe – tanto quanto membro da OAB, como ex-cassado. Ele queria fazer pelo “povo” e pela cidade aquilo que “tragicamente fora impedido de fazer”. Procurou mais proximidade com a elite que passou a olhar com bons olhos graças à sua política empreendedora pautada no “progresso da cidade” e conservadora, mantendo vínculos com esta elite econômica (SILVA, 2010, p.37). Outro ponto

⁹⁴ **Política.** Diário da Borborema. Campina Grande. P.01, 18 de setembro de 1982.

⁹⁵ No ramo empresarial, durante sua vida, Wilson Braga deteve controle de emissoras de rádios no estado como a Rádio Sanhauá de João Pessoa, Rádio cidade FM de Piancó e Rádio Educadora de Conceição.

⁹⁶ É interessante inclusive ressaltar a ambiguidade do papel político de Ronaldo: inicialmente combativo às oligarquias, torna-se inimigo mordaz delas. Com um ar de populismo acaba ganhando também bastante carisma, mas com o passar do tempo acaba criando uma dinastia de políticos na família Cunha Lima que passaram a ocupar o papel de oligarquia local.

que arrecadou bastante popularidade ao prefeito foi a criação de uma “indústria de eventos”, bem como a consolidação do “Maior São João do Mundo”, culminando com a construção do Parque do Povo, onde a festa é até hoje sediada. Ronaldo ainda conseguia adesão de boa parte da elite letrada da cidade por seu gosto pelos versos, sendo também um reconhecido poeta, escritor de vasta obra, versificava sobre temas que iam de amor ao regional em odes ao Nordeste brasileiro.

1.4 – Reorganização civil em Campina Grande

Com o processo de distensão e posteriormente de reabertura do regime, pudemos ver, além da remontagem das engrenagens da política da cidade, a volta de um ativismo social em vários âmbitos e classes diferentes. Em Campina Grande não foi diferente – todo esse processo também tivera reflexo direto no município.

Assim como vinha ocorrendo nas grandes cidades do resto do país, em Campina Grande e em toda a Paraíba a Ordem dos Advogados também se fez atuante. Vários membros da OAB-PB, seção Campina Grande, aderiram a uma postura combativa em defesa da restauração do Estado de Direito. Houve aqueles que reagiram através de críticas em pronunciamentos públicos como fez Ronaldo Cunha Lima – principalmente após sua anistia depois de 1979 ou também de forma mais combativa e direta como foi o caso de vários advogados que, desde o pré-golpe, já davam suporte às Ligas Camponesas em várias cidades da Paraíba. Um dos grandes destaques no momento de reabertura é a figura de Wanderley Caixe, que iria, inclusive, se candidatar a prefeito de João Pessoa em 1985 pelo PT dado a sua popularidade entre a militância rural como também urbana⁹⁷. Em Campina podemos dar destaque a duas figuras que atuaram com certa fervoridade: a advogada Tereza Braga e Geraldo Beltrão (que também eram vereadora e deputado, respectivamente) – agiram em conjunto com a base clerical na Comissão de Justiça e Paz no combate ao grupo de justiceiros intitulados de “Mão Branca” em 1980.

⁹⁷ Wanderley era ex-presos político, participou da luta armada em São Paulo e foi trazido por Dom José Maria Pires para coordenar a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese.

Aproveitando este ensejo, se faz importante dar tom ao papel basilar que teve a igreja católica campinense⁹⁸ na organização da oposição ao regime. Seguindo o ritmo engajado após o Concílio Vaticano II – realizado entre os anos de 1962 e 1965 –, é importante lembrarmos a crucialidade dos desdobramentos iniciais causados pela Teologia da Libertação não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Em um contexto marcado pelas fortes desigualdades sócias, a igreja passou a pensar o evangelho a partir de um enfoque que tomasse como ponto de partida a situação social de risco que se vivia principalmente aqui no cone sul, surgindo como resposta a “uma sociedade caracterizada pelas disparidades sociais, pela opressão, pelo cerceamento das liberdades individuais, violação dos direitos humanos, etc.” (FERREIRA, 2014, p.145).

Em Campina Grande, além da Teologia da Libertação, marcou também presença acentuada na igreja do município a forte influência do pensamento de Paulo Freire, tomando como expoente seu livro *A pedagogia do oprimido*, como aponta a historiadora Jaqueline Leandro Ferreira (2015). Movidos também por esta força motor da teoria freiriana, muitos clérigos campinenses foram impelidos a agir na cidade, organizando campanhas, apontando as calamidades, reforçando o caráter libertador da educação através da práxis libertadora e provocando a autoidentificação do sujeito enquanto agente histórico e crítico, capaz de tomar consciência de sua condição subalterna, utilizando assim o saber como ferramenta de libertação (FERREIRA, 2015, p.10).

Alguns padres tomaram a frente em muitos momentos de confronto ao regime e sua estrutura socioeconômicas excludente e marcada por injustiças (marcantes principalmente após esgotamento do milagre econômico e agravadas durante o governo de João Figueiredo). Entre os principais atuantes locais poderíamos destacar primeiramente a figura do bispo diocesano da cidade, Dom Manuel Pereira da Costa, amigo pessoal de Dom Helder Câmara, outra liderança católica do estado vizinho, Pernambuco, e que possuía vultosa liderança no quadro nacional. O bispo diocesano se fez presente em várias denúncias sobre as diversas violências do regime, fossem elas de cunho social, condenando a desigualdade ocasionada pela má distribuição de renda, o descaso do Estado com os desfavorecidos ou fossem a violência pura, os assassinatos, desaparecimento, prisões arbitrárias⁹⁹. Outro clérigo de

⁹⁸ Doravante, houve também diminutos e discretos manifestos da igreja protestante em alguns momentos, principalmente pela figura da Pastoral dos Grupos Evangélicos (LEITE, 1997, p.59).

⁹⁹ Ao passo que o bispo estava integrado no confronto à ditadura em vários âmbitos na transição da década de 1970 para 1980, contraditoriamente o bispo estava abençoando empreendimentos locais da ditadura, como na

atuação significativa foi o padre redentorista holandês Cristiano Joosten. Ele era considerado um dos membros católicos mais atuantes nas questões sociais, sendo uma espécie de “braço direito” do bispo Dom Manuel Pereira (FERREIRA, 2015, p.08).

A participação da igreja foi ativa, dando apoio à população carente, “gerando iniciativas como palestras e movimentos (missas, mobilizações sociais através de passeatas, campanhas de fraternidade, etc.)” (SILVA, 2010, p.58), tendo, inclusive, como exemplo de notoriedade o caso da ocupação do conjunto habitacional Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz, popularmente conhecido como Malvinas¹⁰⁰ em 1983, que contou com a presença da Diocese campinense através da Comissão de Justiça e Paz. Esta mesma comissão também denunciou avidamente os crimes cometidos pelo esquadrão da morte “Mão Branca” em Campina Grande em 1980¹⁰¹.

Além da igreja, outra instituição que se manifestou contra o regime de forma pública foi a maçonaria. Em carta enviada e publicada no caderno “opinião” do Jornal da Paraíba¹⁰², temos os dizeres do maçom J. Leite Sobrinho que reitera a firma posição política daquela instituição não só com relação à cidade de Campina Grande, mas falando em nome de todas as lojas no Brasil. Sobrinho enfatiza o caráter eminentemente político da sociedade maçônica que age não apenas pela fraternidade ao próximo, como “em benefício das populações perseguidas”. Para reforçar sua fala o maçom coloca na íntegra um texto que falava em nome da Confederação Maçônica Simbólica do Brasil:

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que congrega as Grandes Lojas Maçônicas dos 23 Estados Brasileiros, mantendo lealdade à seus princípios básicos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, reunidas em sessão extraordinária em Brasília, após dedito estudo sobre a situação sócio político e econômica do País, nas busca de meios determinantes para adequar sua ação a essa realidade nacional. PROCLAMADO: - Que o bem público não há de ser definido pelos eventuais detentores do Poder do Estado, mas próprio povo [sic], em maioria e em livres manifestação [sic]; - Que cada brasileiro tem hoje como objetivo, a reconquista de todos os direitos que a cidadania deve conferir à [sic] cada qual, para preservar a

inauguração da Wallig em 1967, acompanhado de militares na dada ocasião, onde o mesmo iria dar as bênçãos ao novo negócio da cidade.

¹⁰⁰ “Era um conjunto constituído com 3 mil casas com a intenção de resolver os déficits habitacionais de populações de baixa renda, mas que não foi entregue pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), por não terem concluído a segunda etapa (de saneamento de esgoto, água e energia elétrica), que ficou parada por dois anos. Havia 15 mil pessoas inscritas para serem escolhidas para ganhar a casa”. (LIMA, 2014, p.163)

¹⁰¹ No segundo capítulo trataremos com mais profundidade o caso da ocupação das Malvinas e algumas de suas implicações, assim como o caso Mão Branca.

¹⁰² SOBRINHO, J. Leite. **Maçonaria e Política**. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.7, 02 de novembro de 1982.

ordem pública, para formular, legitimamente as leis e a organização do Estado: - Que os partidos políticos existentes, não tendo sido instituídos livremente mas impostos, não oferecem alternativas programáticas ao povo, que se vê, por isso, violentado em seus anseios de construção de uma sociedade onde a justiça social e o bem comum se constituem objetivos permanentes. CONCLUE: somente através da “Convocação de uma ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE” se devolverá ao povo brasileiro o reordenamento ético jurídico do Estado, como forma legítima de solução aos problemas que afligem o país, comprometida com a vontade da nação.

Brasília, 23 de julho de 1982.

Como pudemos ver, o posicionamento da Confederação Maçônica era sólido em prol da liberdade civil e de manifestação, assim como a retomada de prioridades que visem o “povo” como alvo maior, assim como elencar o próprio “povo” como agente de mudança. Outro ponto da pauta dos maçons que entrava em consonância com boa parte do discurso de muitas destas entidades civis era a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Outro segmento que também fez linha de frente à oposição ao regime – e em vários momentos se integrou aos movimentos eclesiais de base – foi o ascendente movimento sindical. Como tratamos anteriormente neste capítulo, houve uma crescente mobilização dos trabalhadores iniciada em 1978 no ABC paulista, despontando na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por um dos principais personagens das greves deste período: Luís Inácio Lula da Silva. Até então o modelo sindical que dominava era um modelo que se caracterizava por sua falta de combatividade e práticas assistencialistas (ao invés de um papel contestador e reivindicador) – os vulgarmente chamados de “pelegos” (NUNES, NASCIMENTO & SANTOS, 2012, p.15).

Em 1980, impulsionado pela revogação do Ato Institucional Nº2, o PT ganha espaço e simpatia em vários cantos do Brasil, servindo de estímulo à reorganização sindical de trabalhadores. Na Paraíba não é diferente. No dia 08 de agosto de 1980, Luís Inácio “Lula” da Silva e sua comissão do partido vêm pela primeira vez ao estado paraibano. Sua vinda seria aferida não apenas pela imprensa paraibana como seria devidamente notada e registrada pelo Serviço de Informação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Em sua ficha de prontuário são constadas informações básicas como:

Em 04 de Ago 80, a Comissão Diretora Regional Provisória do Partido dos Trabalhadores de João Pessoa, comunicou a esta SSP-PB, que no dia 10 Ago 80 às 19:00 hs, estaria realizando um comício público no bairro Cruz das Armas, para

lançamento do Partido dos Trabalhadores neste Estado, tendo como presidente o Sr Luís Inácio da Silva (LULA), presidente nacional do Partido dos Trabalhadores.¹⁰³

Abaixo está o recorte da matéria do Jornal Diário da Borborema:

Lançamento do PT na Paraíba terá a participação de Lula

A comissão diretora regional provisória do Partido dos Trabalhadores na Paraíba, já definiu a programação que será cumprida para o lançamento oficial do partido, novamente com a presença do dirigente metalúrgico Luiz Inácio ("O Lula"). O programa será cumprido a partir do dia 8 próximo e prevê comícios na capital e em cidades do interior. Na íntegra, é este o roteiro:

DIA 08/08 (sexta-feira)
22 horas - Chegada de LULA e sua Comitiva
Local: API
24 horas - Saída da Comitiva para o Interior do Estado

Dia 09/08 (sábado)
10 horas - Comício em Cajazeiras
14 horas - Comício em Souza
20 horas - Comício em Patos

DIA 10/08 (domingo)
10 horas - Comitiva de lançamento junta-se à Caravana de militantes do P.T. de Campina Grande
Local: Sede do P.T. de Campina Grande
13 horas - Almoço da Comitiva
14 horas - Reunião com Sindicatistas e Grupos de Trabalhadores Organizados
Local: API
16 horas - Comício em Bayeux
20 horas - Comício em João Pessoa
Local: Cruz das Armas

Após o Comício, conversa de Lula com os Motoristas de João Pessoa, no local do Comício.



Lula na Paraíba no próximo dia 8

Em todas as cidades onde se dará o lançamento e nas cidades vizinhas está se desenvolvendo uma ampla campanha de divulgação.

E a partir de segunda-feira, haverá comícios relâmpagos no Centro e em todos os bairros de João Pessoa.

Já estão confirmadas as presenças de:

Lula
Manoel da Conceição
Wanderley Farias
Deputado Federal Antonio Carlos (MS)
Deputado Federal Freitas Dintz (MA), membros da Comissão Diretora Nacional do P.T.

Os Deputados Estaduais pelo P.T. de São Paulo: Aírton Soares, Irma Passoni e Eduardo Suplicy

A atriz Bete Mendes, do Núcleo de Artistas do P.T.

Para a reunião de Lula, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e Manoel da Conceição, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, Maranhão, com os Sindicatistas e Grupos de trabalhadores organizados, são feitos convites para os sindicalistas urbanos e rurais de toda a região. Pastoral Operária, grupos de operários de várias categorias e outras associações. O objetivo da reunião é discutir o papel do Sindicato na organização dos trabalhadores e a relação entre Sindicato e Partido Político.

Imagem 3: Lançamento do PT na Paraíba terá a participação de Lula. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, p.1, 3 de Agosto de 1980.

Como podemos observar na matéria, a comissão contava com figuras expressivas do partido naquela época. Para além do próprio Lula – enfatizado na fotografia da matéria jornalística em energético discurso –, estavam também alguns membros da Comissão Diretora Nacional do PT: o maranhense e sindicalista rural Manoel da Conceição, que voltara em 1979

¹⁰³ Prontuário nº07. Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Informação. Agosto de 1980. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

de seu autoexílio em Genebra desde 1976; o paraibano Wanderly Farias de Souza; o também economista, advogado e deputado federal Antônio Carlos de Oliveira do Mato Grosso do Sul, e o engenheiro civil e também deputado federal maranhense Domingos de Freitas Diniz. Além dos membros da direção, havia outros membros do partido como os deputados estaduais pelo estado de São Paulo: Airton Soares, Irma Passoni e Eduardo Suplicy. Por fim, tínhamos também a presença da atriz Bete Mendes, do Núcleo de Artistas do PT, ex-VAR-PALMARES e torturada em 1970 pelo militar Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A comitiva passaria inicialmente na capital, indo direto para o sertão e voltando no sentido litoral novamente fazendo reuniões e comícios. Após ter passado por Cajazeiras, Patos e Souza, no dia 10 de agosto é chegado o dia da vinda de Lula e sua comissão virem até Campina. Na cidade já o aguardavam uma caravana de militantes do partido recém-fundado e durante a tarde houve uma reunião na sede local do partido com sindicalistas da cidade e grupos de trabalho organizado.

A matéria já sinaliza uma estruturação sindical na cidade com certo nível de organização e engajamento. A vinda do PT se dá nessa direção, de consolidar mais ainda o movimento operário no estado paraibano, convidando sindicalistas urbanos e rurais de toda a região, convocando também a Pastoral Operária, além de operários de diversas categorias e associações no intuito de “discutir o papel do Sindicato na organização dos trabalhadores e a relação entre Sindicato e Partido Político”.¹⁰⁴

Todavia, a imagem que o recém-criado Partido dos Trabalhadores destilava na imprensa campinense era dupla: no Diário da Borborema, como vimos, as matérias possuíam um tom mais respeitoso e aparentemente neutro com relação ao partido, apesar de um projeto político alinhado com as elites econômicas da cidade¹⁰⁵.

No Jornal da Paraíba o PT era ridicularizado, satirizado e dado como pouco relevante no palco político local, revelando certos estereótipos políticos e morais da ideologia dominante. As suas matérias raramente contemplavam a participação do partido no quadro local, privilegiando e deixando espaço apenas para a disputa política entre PDS (partido que congregava vários ex-arenistas) e o PMDB. O Partido dos Trabalhadores não estava no

¹⁰⁴ Para uma análise mais aparada e detalhada sobre a fundação do PT e sua trajetória no Estado da Paraíba: Cf. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)**. Tese de doutorado em História. Recife, 2003.

¹⁰⁵ Vale lembrar, como nos mostra Danilo Rodrigues Souza (2016, p.150-152), que desde a cassação do mandato de pouco mais de um semestre de Rique, o Diário da Borborema já se mostra um tanto desgostoso com o regime militar, considerando uma injustiça o ato contra o inocente prefeito campinense, considerando, com o fim de sua carreira política, o fim da esperança e do sonho do desenvolvimentismo em Campina Grande. Esse certo descontentamento com o regime se faria presente durante o resto dos anos como veremos no decorrer do trabalho.

horizonte de transição democrática do editorial do jornal que ainda preservava um ranço contra partidos da esquerda como se podia notar em suas matérias.

Na charge abaixo, de Kenny, observamos a caricaturização de um suposto partidário petista nas páginas do Jornal da Paraíba: um marxista (com livro de Marx à mão), sujo, maltrapilho e malcheiroso (com moscas o sobrevoando).

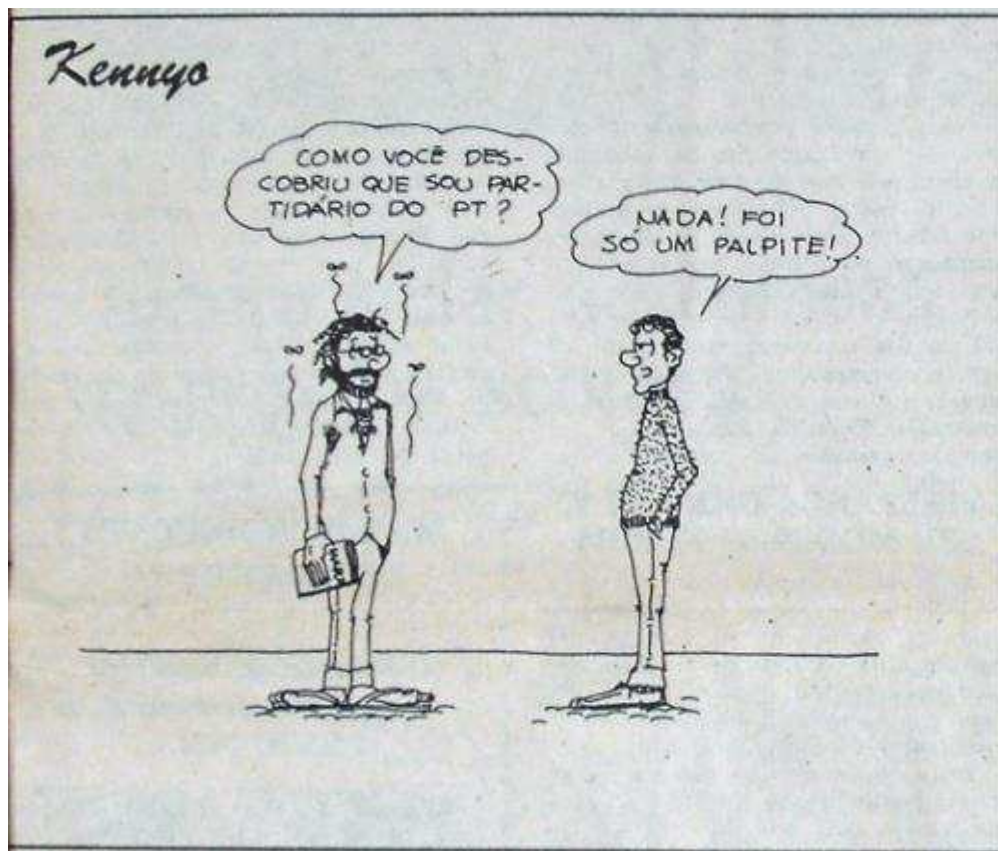


Imagem 3 – Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.07, 02 de novembro de 1982.

Além da visita de Lula, outra expressiva aparição foi a de Luís Carlos Prestes no teatro Severino Cabral para palestra sobre Reformulação Partidária organizada pelo movimento estudantil do campus de Campina Grande em maio de 1980. Na pequena matéria do Jornal da Paraíba, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro afirma que já estão prestes a se iniciar as mobilizações da campanha nacional pela legalidade do PCB e seu reconhecimento oficial. Segundo a mesma matéria, Prestes também teria feito críticas ao governo (não são ditas quais) e conclamado o máximo possível de pessoas a lutar para aumentar a “brecha” que o governo abrisse para a redemocratização¹⁰⁶.

¹⁰⁶ **Abertura do Governo é apenas uma “brecha”.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.01, 6 de maio de 1980.

Outra aparição de peso na cidade foi a de uma líder sindical metalúrgica boliviana, Domitília Castro, que deu uma palestra no auditório do Colégio Damas sobre o papel da mulher nas lutas e reivindicações sindicais em setembro de 1982¹⁰⁷. Na época a sindicalista encontrava-se exilada da Bolívia – que viveu um regime de duração próxima a do Brasil, indo de 1964-1982 – encontrava-se visitando várias cidades brasileiras para dar palestras e pronunciamentos sobre sindicalismo.

Muitos dos sindicatos locais se expressaram publicamente no intento de exigir direitos e justiça ou fazer críticas às medidas governamentais, como foi o caso de Paulo Torres, presidente do sindicato de metalúrgicos de Campina Grande em matéria do Jornal da Paraíba, no dia 24 de setembro de 1982¹⁰⁸. Paulo criticava a decisão de Delfim Netto em ter declarado que não iria auxiliar na reabertura da Wallig por considerar inviável e por não se ter investido em empreendimentos locais. Segundo o sindicalista a situação de desemprego agora se agravava “trazendo ainda mais o desespero para essa classe”.

No âmbito universitário, mesmo com a lei nº477 ainda vigorando, em outubro de 1978 surge em João Pessoa uma significativa associação que dá início à mudança do cenário sindical paraibano em oposição a esse modelo de sindicalismo esquivo e não combativo que vigorava até então: cria-se então a ADUFPB-JP (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – Seção João Pessoa). Em 1978 é fundada a seção campinense, contando com vasto quadro docente na integração da associação e, graças revogação do decreto-lei nº477, a partir de agosto de 1979, a universidade poderia agora respirar um pouco mais aliviada. Entre os anos de 1976 e 1980 era o professor Lynaldo Cavalcante quem estivera à frente do reitorado da UFPB. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2016, p.21), o reitor teve

[...] uma gestão caracterizada pela flexibilidade e tolerância ideológica, propenso à acomodação com a intelectualidade de esquerda, Lynaldo contratou muitos professores “suspeitos” aos olhos dos órgãos de segurança, que consideravam o novo reitor leniente em relação aos riscos à segurança nacional. Uma das demonstrações de insatisfação dos militares com o novo reitor aconteceu no início de 1977, quando a Seção de Informações do IV Exército mandou documento ao Serviço Nacional de Informações (SNI) reclamando que, desde o início de 1976, a UFPB vinha contratando vários professores com registros políticos comprometedores. E as dores de cabeça dos agentes repressivos pioraram nos anos seguintes, pois a universidade se tornou centro importante na área de ciências humanas e sociais exatamente em decorrência das contratações dos “subversivos”.

Apesar da descrição feita por Rodrigo Patto Sá, é importante lembrarmos que, acima de tudo, o reitor em questão era uma figura indicada diretamente pelo governo ditatorial

¹⁰⁷ **Metalúrgica fala da luta sindical.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, P.01, 24 de setembro de 1982.

¹⁰⁸ **Sindicato já esperava decisão de Delfim Netto.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, P.08, 24 de setembro de 1982.

através do ministério da educação – portanto homem de confiança do regime – e apesar de sua maior flexibilidade – se comparado ao reitor anterior – o mesmo ainda impunha certos limites à liberdade no meio acadêmico. Para tanto, o professor Wagner Braga em depoimento à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das entidades da UFCG Comissão, ilustra o caso de agosto de 1978 quando duas professoras são demitidas da instituição por justificativa de "terem uma vida promiscua"¹⁰⁹. Apesar dos militares mais rígidos não simpatizarem muito com sua falta de rigidez, Lynaldo permaneceu incólume às críticas públicas contra si talvez pelo desenfreado crescimento da UFPB sob sua gestão. A quantidade de alunos crescia sem parar, acompanhado do número de docentes e de pós graduações abertas, embora esse inchaço fosse observado por muitos como algo desmedido ou precipitado, visto que muitos cursos de pós-graduação aberto ainda eram imaturos e frágeis (IDEM, p. 22).

Em seguida temos a administração de Berilo Borba. Entre a sua gestão e a de Lynaldo temos o retorno de 12 professores que haviam sido exonerados através dos Atos Institucionais graças à lei de anistia e o clima de tensão que existia vai se dissipando mais aos poucos (IDEM, p.24). Os professores passam a se organizar sindicalmente e os alunos também resurgem com crescente vigor. Como vimos anteriormente com o renascimento do movimento estudantil representado em 1979, após o “Congresso Reconstrução” em Salvador (BA), para reestruturar e voltar a atuar a entidade estudantil. Os D.As, C.As e o DCE vão começando a se movimentar novamente, a agir de forma mais livre com o fim da lei 477 e se integram com boa parte dos outros movimentos sociais vistos até então, sempre marcando presença em passeatas, protestos e demais atos públicos.

Em depoimento cedido à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das entidades da UFCG¹¹⁰, o ex-reitor Berilo Borba afirma que durante seu período de reitoria não houve nenhum grande problema que tenha envolvido professores, alunos ou funcionários dos campi da UFPB em termos de censura ou opressão, até mesmo porque, segundo ele mesmo, sempre fez questão de resguardar a democracia no âmbito universitário e “tinha horror à repressão”. Em seu discurso de posse afirmou que sua disposição a favor de diálogo, de abertura e de ouvir todos os segmentos possíveis.

¹⁰⁹ Depoimento do professor aposentado Wagner Braga Batista à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 27/03/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSfKBZfn8A> Acessado em 20 de janeiro de 2017.

¹¹⁰ Depoimento do professor e ex-reitor da UFPB, Berilo Borba à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 18/07/2015, em João Pessoa. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=8wmiCkbt9E> Acessado em 17 de outubro de 2016.

De fato não tivemos históricos de alunos, professores ou funcionários desaparecidos, mortos ou torturados à época de sua gestão, mas certamente o regime se fez valer por outros meios para intimidar estes integrantes do meio universitário. Como veremos no decorrer do trabalho, os mecanismos da ditadura se remodelam e a truculência direta passa a ser abolida em prol de novas estratégias.

No próximo capítulo iremos analisar o que estava ao revés desse processo de reabertura trabalhado por nós neste preâmbulo geral. Tentaremos analisar alguns casos, tanto ocorridos em outras cidades do país, mas principalmente os ocorridos em Campina Grande, mostrando como os civis reagiram a partir de seus lugares de classe, profissão e atuação enquanto sujeitos históricos assim como mapear e compreender o *modus operandi* do regime na prática durante o período. Portanto, trataremos de vários destes homens e mulheres abordados até então, assim como os atos de terrorismo contra a abertura rumo à democracia, as violências, sejam veladas ou escancaradas, sentidas na pele ou não, empreendidas pelo regime.

CAPÍTULO II: “AO REVÉS DA ABERTURA – CAMPINA GRANDE ENTRE UMA “REDEMOCRATIZAÇÃO” MINADA E UMA SOCIEDADE CASTIGADA”

“É para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento.”

João Batista Figueiredo¹¹¹

A distensão iniciada por Ernesto Geisel e continuada pelo processo de abertura por João Baptista Figueiredo seguia a trancos e barrancos. Ao passo que algumas medidas davam um tom de mínima suavidade ao regime, outras medidas atitudes iam à contramão, mostrando as contradições deste processo.

O primeiro grande empecilho político para a “redemocratização” foi o polêmico “Pacote de Abril”. O Planalto preocupado com as eleições de 1978, principalmente para governador, as quais seriam diretas, segundo estipulava a Constituição em vigor. Uma emenda constitucional pareceu ser a saída para manter as eleições indiretas. Mas havia uma pedra no caminho: a Arena, o partido do governo, não tinha os 2/3 de votos necessários para emendar a Constituição. Sob o pretexto de que o MDB estava atrapalhando o projeto, o presidente Geisel, no dia 13 de abril de 1977, decretou o fechamento do Congresso, por meio do AI-5, e uma série de reformas constitucionais. A vitória da oposição nas eleições de 1974 – que elegeu 16 das 22 cadeiras senatoriais então em disputa – preocupava os militares. Por isso mesmo, uma das medidas do chamado "Pacote de Abril" foi a criação da eleição indireta para 1/3 dos senadores, logo denominados de "biônicos".

Mesmo assim o caminho que trilhavam as coisas aumentou o ânimo de muitos setores civis, pois era um projeto político que traria reflexos diretos no modo de vida de muitos brasileiros. Mas o que talvez estes gerais não contavam era o tipo de reação que estas medidas poderiam desencadear dentro da própria caserna. Os desdobramentos deste detalhe que pode ter passado despercebido acabaram custando caro a muitas pessoas que, independente do projeto político de “redemocratização”, ainda sentiria os efeitos nefastos que os lembrariam de que aquilo ainda era afinal de contas uma ditadura.

¹¹¹ **Figueiredo Eleito oferece a conciliação.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p.01, 16/10/1978.

2.1 – As primeiras bombas explodem: a miséria se escancara.

As “benesses” econômicas do milagre no período Costa e Silva e Médici acabaram sendo uma grande cartada do regime para abafar a truculência e sanguinolência que nomearia o mesmo período também de “anos de chumbo”. Aliados a uma propaganda forte e energética, números astronômicos indicavam o progresso e o avanço do país simbolizado no *ranking* mundial de países potências que fazia muitos acreditarem que o país ia absolutamente bem em todos os aspectos. Nas TVs, rádios e jornais tudo parecia ir bem: tínhamos um dos maiores PIB do mundo, havíamos conquistado o tricampeonato mundial em 1970 no México e o comunismo deixava de ser uma ameaça veemente à nação – os gritos dos torturados estavam perfeita e acusticamente bem abafados nos porões da ditadura. Posteriormente o jogo se inverte em sua lógica: várias importantes conquistas, frutos de pressão e mobilização civil (como as citadas no primeiro capítulo) acabaram de certa forma deixando em segundo plano o violento e arrebatador rumo que a economia brasileira trilhava e a forma brutal que ela atingia a quase todos os brasileiros, sobretudo aquela grande maioria que não havia sido agraciada com o dito milagre e ficaram reféns da concentração de renda que apenas ínfima porção da população detinha. Como Maria Helena Moreira Alves (1984, p.292), segundo dados do Boletim do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) coloca:

Em 1980, 12,5% da população economicamente ativa recebiam um salário equivalente à metade ou menos do salário mínimo legal; outros 20,8% recebiam entre meio e um salário mínimo; e 31,1% ganhavam entre um e dois salários mínimos. As classes médias eram constituídas pelos trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários mínimos (23,6%); entre cinco e dez (7,2%); e entre dez e 20 salários mínimos (3,2%). Apenas 1,6% dos assalariados brasileiros ganhavam mais que o equivalente a 20 salários mínimos em 1980.

O reflexo deste desastroso cenário econômico refletia em todo o modo de vida dos mais desfavorecidos. O próprio IBGE constatava em 1983 com base na pesquisa-estudo nacional de desenvolvimento¹¹² a precariedade do modo de vida brasileiro, onde era possível detectar 70% da população do país com um consumo diário de calorias inferior ao considerado necessário ao desenvolvimento humano, em que 40% dos óbitos infantis no país eram devidos a este estado de subnutrição. A má alimentação afetou de forma tão negativa essa grande fatia de brasileiros que até nas regiões mais desenvolvidas do país havia uma preocupação por parte das forças armadas, pois os mesmos estavam tendo que dispensar em

¹¹² **Fome, patologia nacional.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

torno de 45% dos jovens convocados para o serviço militar por sequer apresentarem condições mínimas de peso e estatura (ALVES, 1984, p.293).

Como podemos atentar, a violência também vinha em forma de injustiça, fome e descaso, e se isso ficava mais evidente ainda para quem era pobre, se este fosse nordestino ou da região norte o problema era dobrado. O nordeste enquanto uma das regiões mais diretamente afetadas por toda essa crise conjuntural acabou se tornando antro de miséria e penúria para os mais desafortunados. Se a média nacional para óbitos em nascimento de era 87,3 para cada 1000 nascidos (8,73%), na região nordeste isoladamente esse número subia para 130 pra cada 1000, o que simbolizava 13% dos recém-nascidos mortos no nascimento, um número extremamente alarmante¹¹³.

Se o consumo calórico mínimo necessário, de acordo com as Nações Unidas era de 3.000 calorias para um homem e de 2.200 calorias para uma mulher, no nordeste 79,5% da população sequer conseguia ingerir esta quantidade mínima diária, ultrapassando, mais uma vez, a média nacional que, como vimos mais acima, era de 70%¹¹⁴. Em contradição a tudo isso, a indústria da seca seguia beneficiando e favorecendo as elites da região.

A concentração de renda era outro legado problemático perpetrado pelos anos de regime. Em levantamento feito pelo assessor econômico do Ministério do Trabalho, Ramonaval Costa

Em 1960, os 60% mais pobres da população brasileira detinham 23,41% de toda a renda do país, enquanto os 5% mais ricos detinham 30,66%. Dez anos depois estes percentuais passaram a ser, respectivamente, 20,97% e 34,12%. Em 80, com base no censo feito pelo IBGE, constatou-se que a distribuição de renda, na mesma ordem, era de 19,33% e 35,19%.¹¹⁵

Os jornais campinenses exclamavam com veemência o grande problema da concentração de renda. Em matéria do Jornal da Paraíba, em março de 1983¹¹⁶, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), na figura do presidente da mesma, Eliseu Roberto de Andrade Alves, afirmara que o Brasil necessitava de mais cultivo para o mercado de alimentos interno e, portanto, uma maior população de agricultores, através de um processo moderno e eficiente para acabar com a crescente fome contando com apoio do

¹¹³ IDEM.

¹¹⁴ Isto É, 14 de agosto de 1983, p.40 APUD ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.293-294.

¹¹⁵ **Cada vez menor, a renda dos pobres constrói a penúria.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

¹¹⁶ **Fome: “A solução é distribuir rendas”.** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.02, 19 de Março de 1983.

Estado para ampliar o mercado de fertilizantes. Apesar do presidente da Embrapa não mencionar, outro fator que seria vital para este processo seria justamente o processo de reforma agrária, que permitiria que os pequenos produtores comercializassem diretamente com o consumidor, contribuindo de forma efetiva e direta com o abastecimento nacional de alimentos.¹¹⁷

Todavia, a chaga que corroborava com todo este estado de penúria, segundo Maria Helena Alves (1984, p.294), referia-se ao mau uso extensivo da terra e a concentração de sua posse. Desde o governo Geisel o governo já adotava uma postura de multiplicação de incentivos fiscais às safras agrícolas destinadas à exportação para gerar dólar, sucedendo-se no pagamento do serviço da dívida. Segundo a autora o quadro era o seguinte:

De 1970 a 79, enquanto aumentava a produção de soja (em média anual de 22,5%), cana-de-açúcar (6,3%), cacau (3,7%) e laranjas (12,6%) para exportação, a produção de alimentos básicos para o mercado interno foi relegada por falta de apoio governamental e pela utilização cada vez mais intensiva das terras para colheitas de exportação. Apesar da crescente demanda de alimentos básicos no mercado interno, a produção de feijão caiu 17,32%, e a de trigo, 9,92%, no mesmo período. [...] A destinação de milhões de hectares de terra para a produção de cana-de-açúcar, no quadro do programa do álcool, diminuiu ainda mais o espaço disponível para o cultivo de alimentos básicos. (IBIDEM, pag. 294)

Como efeito disto soma-se ainda aos efeitos da inflação galopante que era um problema grave já no início do governo Figueiredo, quando seu índice atinge um pico elevado em meados de agosto a outubro de 1980, como podemos constatar nas matérias de jornais campinenses que denunciam o grande aumento do preço de alimentos essenciais na mesa do brasileiro, como é caso do feijão, que passava a custar Cr\$140,00 o Kg¹¹⁸. Além disso, charges como esta abaixo (por Alonso), também denunciavam o estado de penúria que muitos cidadãos campinenses passavam com a crise econômica do país – como a charge a seguir em que o homem na janela pensa “vamos cachorrinho, seja atropelado!” para que o mesmo pudesse pegar sua carne para comer, outro alimento de preço cada vez mais elevado:

¹¹⁷ Além de diminuir o cavalariê rural da época que levou massivas quantidades de camponeses expulsos do campo para a cidade. Pessoas sem emprego e que muitas vezes tonavam-se pedintes, mendigos ou até passavam a viver na vida do crime.

¹¹⁸ "**Feijão some da mesa dos pobres: Cr\$140,00 quilo**". Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 17 de Outubro de 1980.



Figura 4: Preço da carne continua subindo. Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 14 de Agosto de 1980.

A população campinense já expressava sua angústia na seção de cartas de jornais, como o Jornal da Paraíba. Para o senhor João Pereira, morador da rua Acre, bairro da Liberdade, era preocupante que o valor da carne continuasse a subir tanto, “o que significa que muita gente vai deixar de ingeri-la” e que “a cada dia o povo está esmolando mais, a carne agora é artigo de luxo, apenas minoria consegue tê-la a mesa”.¹¹⁹

Ao passo dessa grande pressão inflacionária sobre os preços de alimentos, víamos o poder de compra do trabalhador cada vez mais reduzido. “Entre 1977 e 1980, o salário mínimo foi reajustado em 203%, mas os preços dos alimentos subiram 428%”, segundo matéria da Isto É¹²⁰.

O próprio ministro da saúde, Valdir Arcoverde, em entrevista exclusiva cedida à Folha de São Paulo¹²¹, reconhece que “o padrão de alimentação, habitação e saneamento, educação e serviço de saúde pública no país traz consequências patentes para os níveis de saúde da população.” O impacto destes problemas acarretava em uma série de problemas: redução da

¹¹⁹ À redação. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.07, 19 de outubro de 1982.

¹²⁰ Isto É, 14 de agosto de 1983, p.40 APUD ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.294.

¹²¹ Fome, patologia nacional. Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

perspectiva de vida, vulnerabilidade a doenças, mau desempenho no trabalho, além de problemas para suprir outras despesas básicas como habitação, transporte, saúde, lazer, etc.

E como bem retrata a charge de Kenyo, no Jornal da Paraíba, quem pagava por tudo isso era o “Zé Povo”, o trabalhador brasileiro, o mais pobre e desfavorecido que tinha que arcar com o ônus e a desgraça de uma economia que o violentava dia após dia. Na arte ilustrada vemos o visivelmente desnutrido e franzino “Zé Povo” achando que finalmente seria “beneficiado com algo” quando na verdade é recebido com a dura verdade – anunciada pelo ex-ministro Delfim Neto – de que ele teria que doar sangue (fazer uma transfusão) que alimentaria o grande monstro da inflação. Essas matérias jornalísticas, charges e opiniões dos leitores só nos revelam a gritante contradição da lógica econômica empregada pelo regime em uma política de austeridade contra os de baixo e de favorecimento aos poderosos.

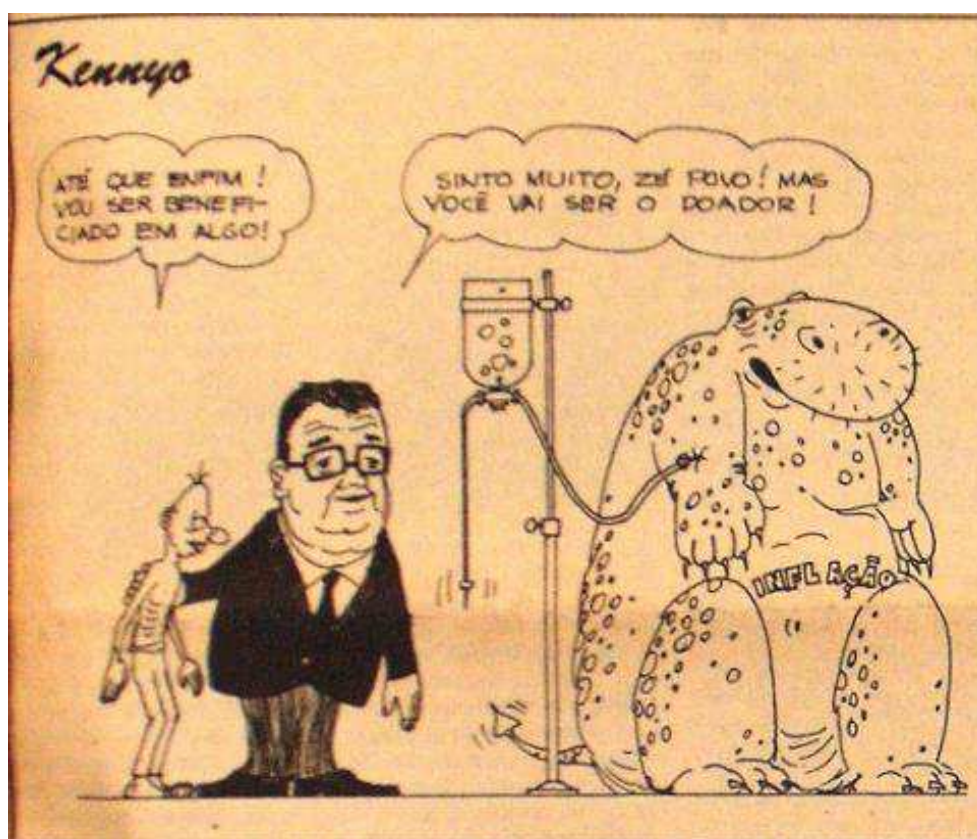


Imagem 5: Jornal da Paraíba, Campina Grande, p. 07, 01 de outubro de 1982.

Outra charge feita por Alonso – chargista do Diário da Borborema – denunciava de forma contundente a violência dessa política econômica contra os trabalhadores brasileiros que contavam com tão pouco para sobreviver na terra do falido “milagre econômico”. Vemos na ilustração um trabalhador com precárias vestes, com apenas um dente, machucados e com curativos. A charge acompanha uma crítica corrosiva ao ironizar o fato deste homem, com 35

anos, casado, com 5 filhos, morando em casa alugada, pegando 8 transportes diários, sofrendo 2 acidentes de trabalho por semana e ganhando um salário mínimo, ainda assim continuar vivo – o que seria de fato um verdadeiro “milagre”.



Imagem 6: Diário da Borborema, Campina Grande, p.4, 05 de novembro de 1982.

2.2 – A miséria se mostra: as primeiras bombas explodem.

Se por um lado a articulação entre as políticas de distensão e reabertura com Geisel e Figueiredo juntamente a parte da alta-cúpula das forças armadas estavam dispostas a realizar este processamento de forma resguardada, por outro lado vimos que existiam aqueles a quem as palavras “abertura” ou “distensão” os faziam espumar a boca – como vimos com o exemplo do general Sylvio Frota. Apesar de o general Ernesto Geisel ter se livrado do empecilho que era Frota para seus objetivos políticos, a caserna ainda estava infestada de militares descontentes com o rumo do regime e decidida à continuidade de um governo de austeridade e inconciliação. Para estes, o sangrento processo de “saneamento” dos temidos “anos de chumbo” ainda não haviam sido suficiente – apenas uma primeira etapa teria sido cumprida: o combate direto contra a guerrilha. Numa segunda etapa, mais longa e lenta, dar-se-ia uma escalada de saneamento ideológico. Além do mais, nossos vizinhos latino-americanos ainda eram governados por generais que não sinalizavam para nenhum tipo de abertura – vide: Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia. Para tanto, mesmo após a

anistia, os militares brasileiros com a ajuda de agentes argentinos e uruguaios continuavam a agir clandestinamente no país desde 1975 com a Operação Condor (PADRÓS, 2010).

Em contrariedade a todo esse processo, “integrantes da comunidade de informações começaram a organizar ações clandestinas que, embora de autoria anônima, traziam impressa a marca de violência dos órgãos repressivos” (JOFFILY, 2013, p.93). Sem ter mais os velhos inimigos já derrotados na primeira metade dos anos 1970, a linha dura se sentia ameaçada, pois a higienização absoluta a nível ideológico não havia se efetivado ainda como queriam e por ser sentir acuada ante a nova emergência de atores sociais que elencamos no decorrer deste trabalho. Para tanto, a alternativa era agir nas sombras. Eles não poderiam mais cometer deslizes em seus atos achando que vista grossa seria feita. O caso Herzog os provou o suficiente que a sociedade civil estava mais alerta e atuante. Com a mídia tendo mais liberdade, as denúncias poderiam se tornar um problema direto. Portanto, agora o modo de ação deveria ser meticuloso o bastante para que não fossem descobertos e punidos – fosse ainda durante o regime ou a posteriori com o retorno do Estado de Direito. Panfletos secretos circulavam pelos quartéis com protestos contra a abertura.

Iniciados já em 1976, no meio do governo Geisel, os ataques terroristas dos militares tornam-se cada vez mais comuns. No referido ano, 14 atentados acontecem e o grupo responsável por esses atos extremistas e radicais já mantinha esta prática de longa data – desde 1962, quando explodiram uma bomba no pavilhão de uma exposição comercial soviética no Rio de Janeiro, com participação de oficiais (GASPARI, 2016, p.183).

Na edição de 01 de outubro de 1978, o Jornal do Brasil afirma que só em apenas 6 meses durante o ano de 1978, haviam explodido 26 bombas em redações de pequenos jornais, diretórios estudantis, igrejas e residências, tendo como autoria entidades secretas como o GAC (Grupo Anti Comunista) e o MAC (Movimento Anti Comunista)¹²², Comando Delta ou Falange Pátria Nova. O jornal denuncia também a aparente vista grossa feita em vários destes casos e apontam como os principais alvos pessoas ligadas às lideranças sociais militantes, órgãos de imprensa, livrarias, bancas de jornal, universidade e instituições identificadas com a oposição (OAB, como veremos a seguir). Na mesma matéria vemos casos de sequestro do padre Joacir Grandi, responsável por um movimento de jovens da pequena Imbituba, próxima a Curitiba; da bomba explodida na igreja de São Francisco das Chagas em Belo Horizonte;

¹²² **Extrema direita assume em Minas a culpa.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. P.18, 01 de outubro de 1978.

outra bomba detonada na casa do advogado Geraldo Magela, também na capital mineira; do professor universitário Paulo de Oliveira Gomes, de Apucarana (norte do Paraná), sequestrado e torturado por três dias; a professora e jornalista Juracilda Veiga, após receber cartas ameaçadoras do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) é sequestrada e mantida três dias em cativeiro.

Ainda nesta edição do Jornal do Brasil, vemos outra matéria do bispo responsável pela Pastoral da Juventude da Regional Nordeste II, no Pernambuco, Dom Marcelo Pinheiro Carvalheira e o bispo auxiliar de João Pessoa denunciando a perseguição tanto à membros eclesiais como a fieis que atuam junto em pastorais como a de jovens. Nas palavras do bispo pernambucano

Não é de hoje que a Igreja do Nordeste e, principalmente a Arquidiocese de Olinda e Recife, se vê acusada e perseguida. Essa é a política do regime implantado em nosso país desde 1964. Principalmente no Nordeste, a maioria do nosso povo sofre na pele as graves consequências de um modelo econômico-político e social injusto, desumano e, portanto, antievangélico.¹²³

Nem mesmo o diácono e coordenador regional Domenico Corcione ficou livre de acusações. Ele vinha sendo acusado por reorganizar o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Ele relata também o caso do estudante Edval Nunes da Silva, “Cajá”, que depois de sequestrado e torturado, foi encarcerado em presídio comum por prisão preventiva, mesmo sendo réu primário e possuindo trabalho e residência certos.

Quiçá, nas universidades, como relata Rodrigo Patto Sá Motta (2014), há vários casos nos campi de todo o Brasil de agentes que perseguiram, ameaçavam alunos (principalmente aqueles ligados a movimentos estudantis e sociais) ou proibiam certas atividades como exibição de filmes, encenações teatrais ou atrações musicais, além de tentar boicotar eleições para DCE's ou DI's¹²⁴ em plena reabertura.

Na mídia, ainda que se tenha reduzido drasticamente a censura aos meios de comunicação, ela não foi total e absoluta; “nem mesmo a Rede Globo, afinada com as diretrizes da ditadura militar, conseguiu ver suspensa a censura prévia de seus programas, como o *TV Mulher*” (FICO, 2010, p.193), sob as alegações de que as análises sobre sexualidade realizadas por Martha Suplicy eram indecentes para a moral da família brasileira.

¹²³ **Bispo vê perseguição.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. P.20, 01 de outubro de 1978.

¹²⁴ Na UFRN, por exemplo, foram proibidas exibições de filmes, houve interferência na escolha de dirigentes do DCE e coação ostensiva a líderes estudantis (MOTTA, 2014, p.202). Na UFC, no fim dos anos 1970, alunos de Engenharia Elétrica percebem a infiltração de um agente nas suas reuniões de chapa para a eleição do Diretório Acadêmico (IDEM, p.204).

Além disto, em agosto de 1983 o governo militar rompe as negociações para a rejeição da Lei Falcão, que proibia debates políticos e discussões de plataformas partidárias nos dois meses antes da eleição. Os militares tendo “em vista do importante papel que a televisão e o rádio podiam desempenhar no esclarecimento do eleitorado, decidiu-se que a Lei Falcão permaneceria em vigor” (ALVES, 1984, p.285).

A primeira onda de atentados do governo Figueiredo em 1979 teve pelo menos 12 atentados:

A sucursal de Belo Horizonte do semanário *Em Tempo* publicou uma lista com os nomes de torturadores, foi depredada pela terceira vez. No Rio de Janeiro, colocaram uma bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, o último diário a ter sua censura prévia suspensa. Foram atacados três diretórios acadêmicos, um teatro, uma livraria, uma reunião de sindicalistas e duas igrejas (GASPARI, 2016, p.185)

Como um efeito dominó, uma série de atentados foi se espalhando pelo país inclusive com novas variações, como as cartas bombas.

Todavia, para muitos na caserna, estes ataques sequer mereciam ser categorizados como atentados, muito menos terrorismo. O próprio oficial Coelho Netto sustentara que “atentado sem morte não é atentado” (IBIDEM, p.185). Ou quando eram, logo se taxava como armação dos terroristas da esquerda que, inconformados com a derrota, tentavam se vingar de forma covarde.

Enquanto os atentados a bomba fossem contra estruturas físicas, como livrarias, escritórios ou bancas havia mais uma intenção de ameaçar e intimidar, podendo ocasionalmente, claro, resultar em algum ferimento, mas os atentados começaram a se tornar mais radicais e alcançar um patamar mais perverso com o surgimento das cartas-bombas – estas, inevitavelmente mutilariam quem as abrisse, quando não matasse. Um dos casos mais alarmantes da época é o da carta bomba que vitimou a secretária do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – sede Rio de Janeiro –, a senhora de 59 anos, Lyda Monteiro da Silva, em 27 de agosto de 1980. Além do atentado à OAB, outra carta foi enviada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, destinada a um vereador; seu assessor a abriu e por causa da explosão teve seu braço amputado. Na sede do jornal ligado ao Partido Comunista do Brasil, *Tribuna da Luta Operária*, em que um artefato de pouca potência estourou durante a madrugada, provocando apenas estragos materiais. Outra carta-bomba havia sido enviada à ABI (Associação Brasileira de Imprensa), mas foi desativada por seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, haver sido avisado por telefonema de um suposto representante do CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

Enquanto tudo isso explodia, em visita ao Chile, Figueiredo afirma que o “Brasil tem firme compromisso com a democracia”¹²⁵. Esta é sua fala dada em um pronunciamento à imprensa chilena, no período em que o general visitava Pinochet. O presidente brasileiro fala que presa pela total democracia e liberdade dos sujeitos e é totalmente contra qualquer sistema fascista de governo.

Para além destes atentados a estes órgãos, houve o famoso atentado do Rio Centro, em 30 de Abril de 1981, que para a sorte de muitos foi frustrado graças ao imprevisto acidental que fez com que a bomba explodisse no colo de um sargento dentro de um carro, acompanhado de um capitão que se feriu gravemente, mas sobreviveu. A bomba poderia ter feito várias vítimas, caso o plano tivesse ocorrido como o planejado, já que no local estava acontecendo um show em comemoração ao 01 de Maio, com vários ícones da música brasileira e opositores convictos à ditadura como Gonzaguinha, Gilberto Gil, entre outros e contava com aproximadamente 18 mil pessoas. Como várias portas do lugar onde ocorria o show estavam estranhamente fechadas, sobrariam apenas duas portas para esses milhares de pessoas passarem desesperadas com as explosões e o possível escuro ocasionando um esperado pisoteamento de até centenas de pessoas, gerando feridos e mortos.

Depois das bombas do atentado no Riocentro, Golbery, que era então ministro da casa Civil do governo Figueiredo pede demissão devido ao episódio por saber da participação de militares comandados pela linha dura contrária à distensão, que, embora tenha fracassado o atentado, pôs em risco a vida de milhares de civis além de representar retrocesso em relação à abertura política que tentou implementar desde Geisel.

Em 1982 há o caso da prisão de 84 membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que estavam, segundo as escassas informações obtidas pela imprensa, em uma reunião para debater as bases de organização do partido ou que eles estariam participando do 7º Congresso Nacional do Partido Comunista. O motivo da prisão seria justificado pela Lei de Segurança Nacional, artigo 40, que pune a tentativa de reorganização de partido político extinto por força da lei (com pena de 1 a 5 anos de cadeia). Além da prisão dos partidários que estavam presentes na reunião, apreenderam também documentos que estariam na editora “Novos Rumos”, instalada no 12º andar e que editava o jornal de esquerda “Voz da Unidade”.¹²⁶ Enquanto para alguns a liberdade de imprensa já era um fato consumado, para outros não

¹²⁵ **Figueiredo tem firme compromisso com a democracia.** Diário da Borborema. Campina Grande, p.01, 05 de outubro de 1980.

¹²⁶ **Polícia Federal prende 84 membros do PC.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.01, 14 de setembro de 1982.

passava de uma farsa, principalmente àqueles ligados à imprensa alternativa de esquerda (vulgarmente chamada de “imprensa nanica”) que tinha constantemente suas sedes depredadas, materiais apreendidos e circulação dificultada. O fim da censura em jornais só se efetivou para a grande imprensa.

Mesmo em pleno Janeiro de 1985, em São Paulo, há pouquíssimo tempo para o fim formal da ditadura, temos a prisão de três membros do Partido Revolucionário Comunista (PRC) por terem apenas colado cartazes contra as eleições indiretas para presidência da república.¹²⁷

Por todo o Brasil, vários foram os atentados terroristas de extrema oposição a qualquer abertura democrática e feitos de forma covarde e até assassina. Em Campina Grande, veremos que, apesar de uma cidade pequena comparada a estes grandes centros, também tivera seus acontecimentos e sua democracia minada.

2.3 - Na contramão da abertura campinense

Em matéria do Diário da Borborema no dia 08 de agosto de 1980¹²⁸ vemos os donos de bancas de jornal de Campina Grande totalmente amedrontados pelos casos de bancas sendo explodidas em vários lugares do Brasil por venderem “jornais alternativos” e que essa febre já havia chegado a Recife. Eles temiam que essa onda de terror logo chegasse a Campina Grande. Não poderiam estar mais corretos.

No dia 09 de Agosto de 1980 seu Marcelo se prepara para ir a mais um dia de labuta. Ao chegar, enfim, a seu estabelecimento – a **“Banca Abertura”** – se depara com um bilhete contendo sérias ameaças e exigindo que, para o bem dele, mudasse o nome de sua banca de revistas e que parasse de vender jornais como "Pasquim", "O Reporter", "Hora do Povo", "Voz da Unidade", "Movimento" e "Coojornal"¹²⁹. Estes impressos, que eram chamados de “imprensa alternativa”, eram conhecidos na época por serem escritos por (e direcionados a) membros de associações sindicais trabalhadoras, integrantes de movimentos da esquerda e que faziam críticas mais diretas e ácidas ao regime militar, ao sistema capitalista e as calamidades que ocorriam desde o interior das fábricas às violências praticadas nas ruas, principalmente por militares. Devido a isso, vimos que muitas bancas do Brasil inteiro

¹²⁷ “Polícia prende 3 dissidentes do PCdoB”. Jornal da Paraíba. Campina Grande. P.01. 03 de Janeiro de 1985.

¹²⁸ “Bancas de revistas temem explosões também em Campina Grande”. Diário da Borborema. Campina Grande, p.0, 08 de Agosto de 1980.

¹²⁹ “Banca de Jornal recebe ameaças”. Jornal “Diário da Borborema”. Campina Grande. P.01, dia 08 de Agosto de 1980.

acabaram sendo alvos de explosões. É estimado que foram explodidas ou incendiadas mais cem bancas de jornal em uma dezena de cidades (GASPARI, 2016, p.187). Além dos danos materiais que por si só abalaram as vendas destes jornais, muitos donos de banca se sentiram intimidados e pararam de vender certos títulos, fazendo cair drasticamente a tiragem da imprensa alvejada pelos militares.

A banca “Abertura” não chegou a ser explodida. Seu Marcelo, o proprietário, acabou cedendo às ameaças por medo de perder seu estabelecimento. A autoria deste caso por mais que tenha sido oficialmente desconhecida, já era alvo de suspeitas de muitos. Durante a ocasião da visita que fez no dia 10 de Agosto à Campina Grande para divulgar o recém criado Partido dos Trabalhadores, Lula culpa com veemência que “a turma do Figueiredo é a verdadeira culpada por estes atentados às bancas no Brasil inteiro”¹³⁰. Os indícios levam a crer que apesar de não terem sido diretamente comandadas por Figueiredo, estes atentados eram feitos por opositores ao processo de “abertura” – fossem estes opositores internos na própria caserna ou grupos civis associados à extrema direita como vimos anteriormente.

Exemplos de repressão e truculência do Estado contra a sociedade campinense obviamente não se limitaram apenas ao início do governo de João Figueiredo. Durante os anos posteriores de sua gestão são vistos verdadeiros atentados à democracia e aos direitos e vidas de vários cidadãos – sobretudo trabalhadores e pessoas de setores mais humildes de Campina Grande. O próprio Lula fez questão de afirmar que essa reabertura política não era para os trabalhadores e que estes continuariam sendo massacrados como antes.¹³¹

Justamente por conta deste posicionamento político crítico ao regime e contestador, muitos membros do PT foram ameaçados e perseguidos, tidos como “a nova ameaça comunista”. Em Campina Grande, militantes do partido sofrem atentados por aqueles que iam contra a reabertura e tudo que ela proporcionaria. O bibliotecário e funcionário público da UFPb, Carlos Antônio Barbosa integrava os quadros do Partido dos Trabalhadores e sempre defendia com rigor a classe operária criticando constantemente o sistema governamental vigente. Fora alvejado a bala na altura do ombro direito. Para o jovem candidato de 24 anos a agressão “só pode ter partido de políticos campinenses, que não devem estar gostando de sua maneira de portar-se, defendendo os seus pontos de vistas em prol do povo na presente campanha política [de 1982].”¹³²

¹³⁰“Lula atribui 'a turma do Figueiredo' os atentados a bancas de revistas.” Diário da Borborema. Campina Grande. P.04, dia 12 de Agosto de 1980.

¹³¹ “Lula não acredita em reabertura política para os trabalhadores”. Diário da Borborema. Campina Grande. P.01, dia 09 de Outubro de 1980.

¹³² **Militante do PT sofre atentado.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.04, 26 de setembro de 1982.

Essa imagem de “nova ameaça comunista”, como vimos, era recorrente no Jornal da Paraíba na tentativa de associar o PT aos imaginários negativos criados em torno do socialismo e comunismo no intento de reacender a chama do anticomunismo ou antiesquerda e gerar um distanciamento da sociedade para com o partido (CAVALCANTE NETO, 2013,p.51). Esse sentimento que pairava na imprensa burguesa brasileira desde 1917 já vinha importado pela imprensa dos jornais da Europa ocidental e tomam mais força durante o período Vargas, acentuando-se principalmente no Estado Novo, na mesma medida e proporção que os partidos comunistas passam a existir (mesmo que por maior parte do tempo de forma ilegal), dando surgimento a revistas, jornais, livros e panfletos que passaram a alardear o progresso do materialismo no país (CAVALCANTE NETO, 2013, p.52-53). Para exemplificar isto podemos ilustrar com outra charge do cartunista Kenyo que, como veremos, tentava evocar esse clima de “retorno dos comunistas” de forma pejorativa, associando a símbolos contidos em um cartaz do PT com os símbolos comunistas, constatando mera coincidência na semelhança entre as duas:

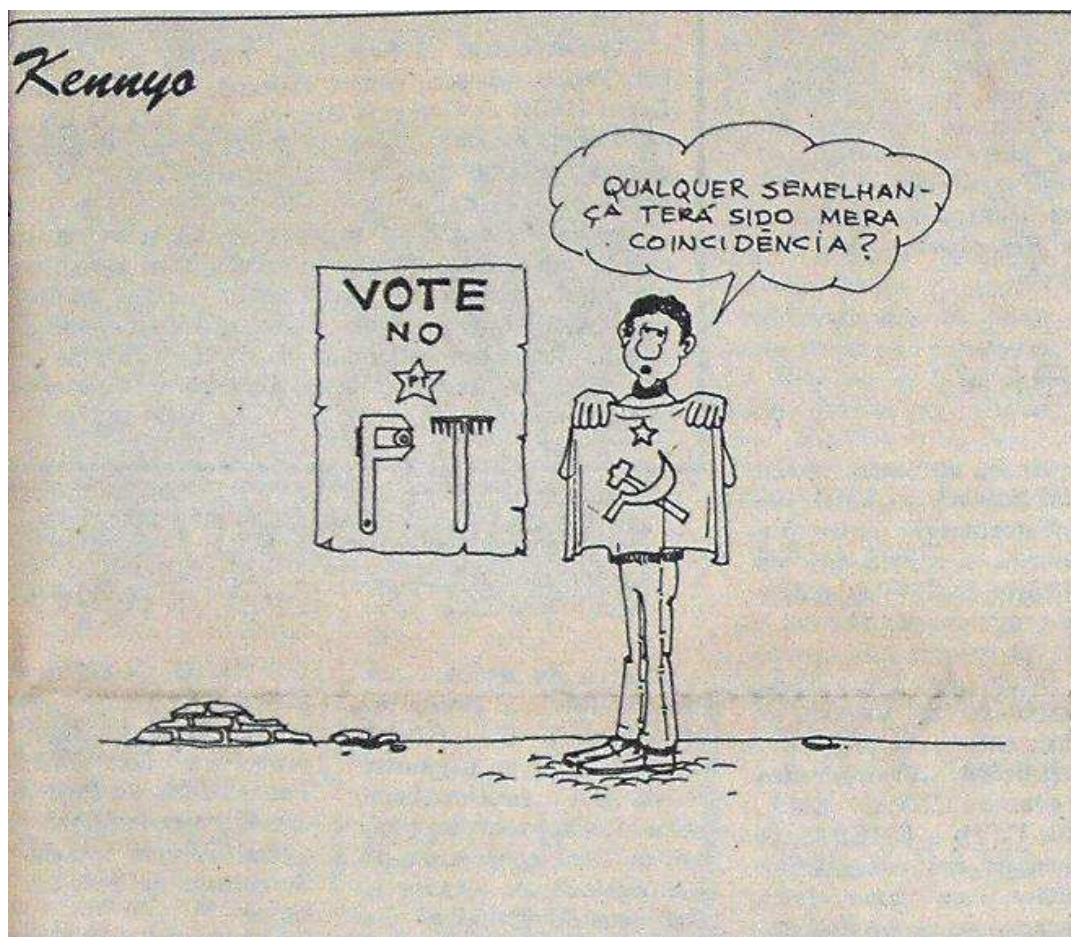


Imagem 7: Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.7, 22 de outubro de 1982.

Outro caso de atentado à partidários de oposição é o emblemático atentado à vereadora do PMDB e advogada Tereza Braga no dia 23 de agosto de 1983. A vítima era notavelmente conhecida por sua intensa atuação como membro da Comissão Justiça e Paz em Campina Grande e assessora da Comissão Canavieira prestando apoio jurídico aos trabalhadores rurais de todo o Estado da Paraíba. Ao que declaram os autos da moção em prol da proteção à vítima e de um protocolo de requerimento de cidadania para a advogada¹³³, antes do incidente, a ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Alves, que fora orientada juridicamente por sua companheira de luta, Tereza Braga, foi assassinada a mando dos latifundiários da cana-de-açúcar do Estado que eram contra o trabalho feito por estas no intento de garantir alguns direitos básicos dos trabalhadores rurais como carteira assinada, 13º salário e férias¹³⁴. O ataque à casa da advogada se deu por disparos de armas de fogo e bombas explosivas, assumido por um grupo autodenominado “Falange Patriótica”, que já havia ameaçado o bispo Dom Manoel, vereadores, jornalistas e membros do poder judiciário. Devido à omissão das autoridades locais, vários colegas vereadores e membros da Comissão Justiça e Paz elaboração esta moção em pedido de defesa à vítima do ataque direcionando o documento diretamente ao presidente João Batista Figueiredo¹³⁵.

Em 1983 ainda temos casos de duas bombas sendo explodidas como demonstra o caso da “calourada unificada” no teatro municipal Severino Cabral no dia 22/03 do referido ano. O evento iria contar, diga-se de passagem, com a presença de um ícone resistência contra a ditadura: o jornalista Fernando Gabeira, ex-membro do MR-8.¹³⁶ Enquanto o evento acontecia um explosivo é colocado no banheiro do teatro e explodindo. Os danos são apenas estruturais no teatro e ninguém sai ferido – a intenção era claramente apavorar os estudantes lá presentes e tentar acabar com o evento.

¹³³ BRASIL. Câmara dos Vereadores. Protocolo nº 3888/83, de 09 de novembro de 1983. **Título de cidadã a Tereza Braga**. São Paulo, SP.

BRASIL. Câmara dos Vereadores. Moção nº 323/83, de 18 de outubro de 1983. **Apelo Ao Sr. Presidente**. São Paulo, SP. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0ahUKEwiz4fuh6ZrTAhXFMGMKHbQBASsQFghEMAY&url=http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1983/00/00/OC/N8/00000CN8L.PDF&usq=AFQjCNGezN_wovtq3tjEi8ktylT81L7zPQ&cad=rja (Acessado em 5 de abril de 2017).

¹³⁴ De acordo com as documentações acima consultadas, cerca de 90% dos 110 mil trabalhadores rurais da região nunca tinha tido acesso a estes direitos básicos do trabalhador.

¹³⁵ BRASIL. Câmara dos Vereadores. Moção nº 323/83, de 18 de outubro de 1983. **Apelo Ao Sr. Presidente**. São Paulo, SP, Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0ahUKEwiz4fuh6ZrTAhXFMGMKHbQBASsQFghEMAY&url=http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1983/00/00/OC/N8/00000CN8L.PDF&usq=AFQjCNGezN_wovtq3tjEi8ktylT81L7zPQ&cad=rja>. Acesso em: 05 abr. 2017.

¹³⁶ “**Bombas explodem na abertura da Calourada 1983**”. Jornal da Paraíba. Campina Grande. P.01, dia 23 de Março de 1983.

As universidades, por sua vez, mantiveram-se como alvos permanentes desde o momento do golpe – com a UNE sendo colocada na ilegalidade – até o último governo do regime, com João Figueiredo. Apesar do reitorado do senhor Berilo Borba ter sido marcado por um nível maior de tolerância e o mesmo se posicionar estritamente contra qualquer tipo de violência como a tortura ou prisões arbitrárias, a realidade da vida universitária local ainda não gozava de plena liberdade.

Em depoimento cedido à Comissão da Verdade das entidades da UFCG¹³⁷, o ex-reitor afirma que na universidade havia um assessor de segurança e informação: o general aposentado Nogue Vilar de Aquino. Entretanto, logo no início de sua gestão, ele afirma ter ido até o general e, com clareza, ter dito: "Eu não quero que professor, aluno ou funcionário da universidade seja enquadrado, perseguido ou qualquer coisa". O que os documentos nos revelam é que Nogue e até mesmo o próprio Berilo não seriam assim tão complacentes e permissivos; suas tolerâncias possuíam limites demarcados, apesar de distintas e em diferentes graus de reação.

Durante seu depoimento, construindo uma imagem de si (de homem conciliador e pacificador) ele faz um relato de um dia em que estava no gabinete e chegou o assessor de segurança e informação com um papel na mão e falando que havia um negócio muito ruim para lhe contar. Berilo teria então perguntado com sarcasmo: "E o que é que houve? Afrontaram a revolução?". A queixa era referente a uma peça teatral feita pelos alunos de comunicação social, cujo título era "Yo soy loco por ti latrina" contendo críticas políticas e sociais na peça. Noque, indagando sobre o que seria feito a alunos que tomassem tais iniciativas e Berilo diz que "volte lá no grupamento e pergunte o seguinte: já foram jovens? Isso é coisa de juventude. Não tem consequência nenhuma! Isso não tem problema nenhum."

Se neste episódio temos o ex-reitor como uma espécie de redentor dos estudantes e garantindo suas livres expressões, em momentos posteriores vemos o contrário, uma tentativa de privação e cerceamento da mesma liberdade de expressão. Lembremos que afinal, ele havia sido um homem designado pelo próprio governo militar como alguém portador de responsabilidade para o cargo e que saberia manter o controle e a ordem para que não fosse violada a Lei de Segurança Nacional – que ainda vigorava quando este assumiu. Em setembro de 1982 Berilo toma uma série de medidas para dar cabo em supostas manifestações político partidárias em todos os campi da UFPB (em João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Patos e

¹³⁷ Depoimento do professor e ex-reitor da UFPB, Berilo Borba, a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 18/07/2015, em João Pessoa. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=8wmiCkbt9E> Acessado em 17 de outubro de 2016.

Cajazeiras). Segundo é retratado pelo jornal da Paraíba¹³⁸: “Ele solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral sérias providências para evitar que políticos continuem invadindo os campi universitários”. Em contrapartida, os estudantes de Campina Grande “alegam não ter conhecimento de tal medida e que vão continuar com os debates democráticos, haja o que houver”, inclusive já tendo marcada uma agenda de debates sobre assuntos de interesse da comunidade acadêmica para os dias seguintes.

Este acontecimento só revela o quão vigilante e policiado ainda era o ambiente universitário. Apesar dos dissabores já com o reitor anterior, Lynaldo Cavalcanti, os agentes de informação conseguiram manter a AESI/UFPB em funcionamento até pelo menos 1984, enquanto a maioria dos órgãos congêneres foi fechada entre 1979-1980 (MOTTA, 2016, p.24). As Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis) eram uma subdivisão das Divisões de Segurança e Informação (que já atuava com uma divisão no MEC) no intento de monitorar o ambiente universitários, vistoriando que tipos de eventos eram realizados, que livros eram publicados, que projetos eram desenvolvidos e que envolvimento havia entre membros do corpo acadêmico (docentes e discentes) com movimentos que demonstrassem “potencial ameaça à ordem” (Idem, 2014, p.195).

Em várias fichas do DOPS-PB podemos constar a grande quantidade de alunos e professores fichados e vigiados a cada passo ou manifestação pública que davam. O sindicato de docentes da UFPB/Campina Grande, assim como a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP)¹³⁹, tiveram todos os seus membros devidamente fichados pelo Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS) ou pelo Serviço de Informação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), encaradas como supostas associações subversivas e grupos que iam de encontro a Lei de Segurança Nacional. Ex-membros também não escapariam evidentemente. O caso do professor Antônio Augusto de Sousa Brito que foi vigiado, como o histórico de sua ficha do DOPS¹⁴⁰ nos deixa claro. Neste mesmo documento constava que ele era responsável pelo livreto “PT – A peleja do PT”, o qual teve 10.000 (dez mil) impressões realizadas na Editora e Gráfica Santa Fé, propriedade do promotor público (e declarado avesso ao regime) Agnello José Amorim e seu irmão. Além disto atesta as ligações

¹³⁸ **Universitários vão continuar com debates.** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.04, 25 de setembro de 1982.

¹³⁹ Não há nenhuma informação adicional além dos nomes dos integrantes da AMPEP no documento. Protocolo nº0569/81. Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS), 22/06/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

¹⁴⁰ Prontuário nº028. Delegacia de Ordem Política e Social, 21/10/1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

de amizade do mencionado professor com o professor Wagner Braga Batista, conhecido também por ser opositor ao regime e presidente da EDUFPB/Campina Grande.

O professor Wagner deu aulas de engenharia na UFPb após ter sido transferido do Rio de Janeiro em 1978, onde já estava completamente estigmatizado por sua atuação anti regime militar. Em Campina Grande acabou se tornando um dos principais líderes atuantes do sindicato de professores da Universidade Federal da Paraíba, assim como articulador com vários movimentos contra a ditadura. Segundo relatos do próprio professor à Comissão da Verdade das Entidades da UFCG, o mesmo teria sido perseguido no trabalho e até mesmo a caminho de casa por membros da P2 (setor de inteligência da polícia militar).¹⁴¹

O mesmo valia para todos os discentes que fizessem parte do movimento estudantil – fossem membros de Centros Acadêmicos (CAs) de cursos como membro de Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) – tanto da UFPB como da URNe¹⁴² (Universidade Regional do Nordeste), também em Campina Grande. Mas houve também quem fosse fichado sem ter sido membro do movimento estudantil, como foi o caso de José de Melo¹⁴³, por ter se manifestado com críticas severas ao governo em ocasião de uma palestra em fevereiro de 1981 na UFPB-CAMPUS II. Há também o caso dos estudantes campinenses da UFPB: Ana Maria Martins Colaço, Ananias Virginia Dias Monteiro, Antônia Maria Araújo, Benedita Pires de Souza, Raquel da Graça Santos e Solange Rodrigues de Barros. O motivo que levou a estes jovens serem individualmente fichados foi uma mesma justificativa utilizada em todos os “históricos” dos prontuários:

Tomou parte do III Encontro de Estudantes de Serviço Social, realizado nos dias 17, 18, 19 de outubro, na UFMG. Assuntos: estímulo ao Socialismo, brados de abaixo a ditadura, ameaça de derrubada do governo, ataque ao regime e a Lei de Segurança Nacional, entre outros.¹⁴⁴

Nem mesmo simples cineclubes de professores escapavam da vigilância acusatória. Em 1980 vemos o caso do casal de professores, Jardelino de Lucena Filho e Renira Mota de Lucena, fichados por criarem um grupo de estudos teóricos em que sempre assistiam a um

¹⁴¹ Depoimento do Prof. Wagner Braga Batista à Comissão da Verdade das Entidades da UFCG. Concedida no dia 27/30/2014. Conferir: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSfKBZfn8A>

¹⁴² Protocolo nº 0586/81. Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS). Campina Grande, 01/07/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

¹⁴³ INFE N°025/81. Delegacia de Ordem Política e Social, 16/02/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

¹⁴⁴ Prontuário N°026. Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Informação (CIPS). Outubro de 1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

filme para logo em seguida debatê-lo e, segundo consta nos autos da ficha¹⁴⁵, “levar aos assistentes as mensagens necessárias do comportamento social, da omissão do Estado, da discriminação, da miséria, da violência, da forma de organização social, tudo no sentido de **evidenciar a realidade brasileira**” [grifo nosso].

Além disso, constavam nomes de vários religiosos dos principais centros urbanos, sobretudo católicos, fichados por suas militâncias políticas e forte posicionamento de enfrentamento contra o regime militar nesta época. Desde cardeais – como Dom Paulo Evaristo Arns – à simples padres de pequenos municípios como o nosso. Curiosamente dentre os mais de 6.000 prontuários analisados, encontramos apenas um padre de Campina Grande, o padre Antônio de Albuquerque Nóbrega, fichado por sua participação conjunta em passeatas estudantis¹⁴⁶. Apesar disso, era sabido que os militares enxergavam a instituição religiosa como uma ameaça em potencial e muitos mantinham posição de invulnerabilidade devido a seus cargos na igreja (bispos e cardeais, principalmente). Em Campina, sobretudo, tínhamos, além do já citado Antônio Albuquerque, o redentorista holandês Cristiano Joosten, Carlos Beylier e Dom Manuel Pereira da Costa – elencados no capítulo anterior – como importantes personagens neste cenário de resistência e crítica.

No levantamento feito no relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba podemos fazer uma contabilidade das várias pessoas que foram afetados negativamente pelo regime: fossem com demissão dos seus empregos (ou impedimento de posse), jubramento de discentes de seus cursos com base do decreto-lei 477, prisões arbitrárias, tortura e em casos extremos até a morte.

Todavia, há um caso em especial retratado no relatório: a odisseia de João Crisóstomo Moreira Dantas, sujeito que foi perseguido dos “anos de chumbo” à “reabertura”. Nascido em Picuí (PB), militava no movimento cultural campinense desde 1967. Em 1971 já tem início sua tormenta, quando três homens invadem sua casa, reviram seus pertences e logo após o levam encapuzados para um lugar desconhecido e fora da cidade, onde seria submetido a longo interrogatório, socos e pontapés, ameaças de morte. Em 1973 era novamente interrogado, recebia constantes telefonemas de ameaça; em 1974, já em Manaus, onde tentara se afastar para viver em paz, continuava a ser perseguido a mando de um coronel da aeronáutica chamado Renato Ferreira. Após isso, trata de retornar para Campina Grande. Ao

¹⁴⁵ Prontuário N°034. Centro de Informações Policiais e de Segurança, 1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

¹⁴⁶ Prontuário N°041. Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Informação (CIPS). Campina Grande. [s.d.]

chegar, é prontamente conduzido para a 5ª Companhia de Infantaria Motorizada sendo interrogado e espancado, passando um dia inteiro preso, sem água, comida ou cobertor. Em 1977 foi demitido de seu trabalho sem nenhuma justificativa plausível. Em 1982, quando consegue se eleger como vereador em Campina, ainda é perseguido e inquirido por estar publicando panfletos. Mesmo nunca tendo nenhum envolvimento político a grupo armado da esquerda, João Dantas era constantemente vigiado e considerado perigoso elemento “subversivo” e “ameaçador da ordem pública”. A história deste homem só nos mostra o caráter aleatório e a forma difusa de enquadrar os sujeitos como “subversivos”. Qualquer pessoa tornava-se um alvo em potencial, mesmo sendo inocente – bastava não cair nas graças dos militares.

Esse tipo de abuso não é algo obviamente criado no/pelo regime, é um sintoma histórico social brasileiro de longa data e que ainda é sintomático em nosso tempo presente. Entretanto, é possível afirmar que no regime há uma potencialização de atos abusivos que não só atingia indivíduos enquadrados nos estereótipos de “vermelhos” e comunistas, mas também aqueles que estavam à margem da sociedade, os mais pobres e humildes, habitantes de favelas, cortiços e becos, levando à constituição de justiça classista, que remotamente atinge os mais ricos e deixa os mais abastados intocáveis (BENEVIDES, 1983, p.46-47). Para exemplificar podemos trazer à tona alguns casos de abusos, excessos e arbitrariedades cometidos mesmo no período de reabertura.

Em Campina Grande, em 1981, por exemplo, o caso do policial militar Vital Pereira Barbosa que mata um pedreiro que era seu vizinho Romildo Trajano da Silva que tentava apaziguar uma discussão entre o Vital e dois policiais civis em um bar das proximidades e seu vizinho se irritou com a “intromissão” do pedreiro, assassinando-o, deixando Romildo com a esposa grávida de 5 meses a pedir esmolas pelo bairro (Liberdade) para tentar alimentar a si e a seus três filhos agora órfãos de pai. Enquanto isso Vital fica em liberdade, continua exercendo seu cargo normalmente.¹⁴⁷

Ainda em 1981 temos o caso de soldados retirando presos do xadrez e os executando¹⁴⁸, como pode ser constatado no assassinato por 3 tiros de revólver do menor de idade José Paulino da Silva Filho, residente do bairro Pedegral. Apesar de ter algumas passagens pela delegacia por pequenos furtos, José Paulino havia sido pego enquanto

¹⁴⁷ "PM assassino já está em liberdade." Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. P.01, dia 25 de Outubro de 1981.

¹⁴⁸ "Soldado PM retira preso do xadrez e o assassina." Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. P.08, dia 01 de Setembro de 1981.

caminhava na rua sem flagrante algum. O jovem foi encarcerado e logo em seguida arrastado para fora de sua cela e executado às vistas, inclusive, de civis que confirmaram a brutalidade do crime. A versão dada pela instituição policial é de que o garoto estaria com uma faca escondida dentro da cela e teria atacado um policial – o que não faria sentido já que ele teria sido revistado a priori.

No mesmo ano um policial civil é apreendido 21 vezes e que sempre sai em liberdade¹⁴⁹. O PC Severino Brito Freita “Nino” com forte histórico de intolerância religiosa já havia depredado no intervalo de pouco mais que uma semana a “Casa de Xangô do Pai Joaquim” e posteriormente o Centro Senhor do Bonfim. O policial passou apenas 4 dias preso na delegacia e como “pena” por seus crimes seria transferido de Campina Grande para Monteiro, sem ter comprometido seu cargo na instituição.

Em 1982 vemos as delegadas Divani Pinto e Maria Madileine abusando de autoridade prendendo o ascensorista Geraldo Ferreira por este ter dito que, devido a capacidade máxima do elevador, um dos agentes subordinados às delegadas teria que esperar para subir em seguida. As delegadas se irritaram, o deram voz de prisão e levaram à delegacia. Apesar de Geraldo ser solto no mesmo dia, não houve punição das delegadas¹⁵⁰.

No mesmo ano de 1982 a imprensa noticia caso de tortura de homem suspeito de estupro de garota de 12 anos para que este confessasse o crime que lhe estava sendo imputado. As matérias deixam o superintendente Roberto Pedro Medeiros irritado que tais afirmações são um exagero da imprensa¹⁵¹.

Em 1984 temos um caso de truculência e ferocidade da polícia espancando pessoas contingentemente em uma paralização realizada pelo sindicato dos motoristas de transportes coletivos de Campina Grande¹⁵². Não apenas manifestantes sofreram agressões, como populares que apenas estavam por perto e até mesmo a imprensa, que teve jornalistas machucados, com equipamentos depredados e censurados de exercer seus ofícios.

Assassinatos cometidos pela polícia em que a própria imprensa – sobretudo o editorial do Diário da Borborema – aponta tais calamidades em tom de urgente denúncia e acusa esta instituição de estar cada vez mais “deixando de lado a sua teórica função de proteger a

¹⁴⁹ "Agente preso pela 21ª vez". Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. P.08, dia 15 de Setembro de 1981.

¹⁵⁰ "Delegadas abusam de autoridade e prendem ascensoristas." Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. P.08, dia 06 de Outubro de 1982.

¹⁵¹ "Superintendente não gostou de denuncia de tortura". Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. P.08, dia 05 de Dezembro de 1982.

¹⁵² "Greve dos motoristas: polícia espancou muita gente". Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.06. 14 de março de 1984.

sociedade passa a funcionar como fator de ameaça na maioria das vezes contra a população mais carente economicamente. A polícia às vezes abusa do poder, prende ilegalmente, tortura e mata”¹⁵³.

Em 1984 esse quadro parece sequer amenizar. As denúncias continuam¹⁵⁴ e a quantidade de excessos dos militares chega a ser alarmante. Em uma delas um PM é acusado de facilitar fuga para matar presidiário, na outra, aponta para o caso de 26 PMs acusados durante aquele ano corrente de assassinato só em Campina Grande. São relatados crimes diversos: invasão de celas para exterminar presos com 70 tiros, sequestro e execução por degolamento além de excessivos tiros na mesma cabeça, a execução de um estudante. O jornal aponta que a impunidade não pode continuar e que esse tipo de ação da polícia tem amedrontado a população.

Em estudo detalhado sobre essa relação entre polícia e sociedade ainda no regime militar, Maria Victoria Benevides (1983) nos mostra como boa parte da população brasileira encarava o problema da violência em suas causas e remediações. Segundo a autora, quatro foram os principais grupos de opinião que enfatizaram

- fatores de natureza sócio-econômica;
- fatores vinculados às questões de segurança e justiça;
- fatores decorrentes do sistema político autoritário;
- fatores dependentes de explicações “genéticas”, “psicológicas” ou moral individual. (BENEVIDES, 1983, p.31).

O segundo e quarto fatores faziam parte do típico pensamento reacionário e elitista que, segundo muitos deles, para se resolver o problema da violência era necessária mais rispidez, mais homens fardados nas ruas e que também a criminalidade era um desvio psicológico do indivíduo e até geneticamente explicável, remetendo àquelas velhas teorias lombrosianas. Bairros da periferia e favelas eram muitas vezes tidos como verdadeiros conglomerados do crime e lugares de defasagem moral, vistas sempre com preconceito.

Dezenas e dezenas de casos como esse se tornam comuns em Campina Grande o tempo todo entre os anos de 1979 e 1985 e as autoridades não se mobilizam para resolver certos casos (principalmente quando os alvos são dos setores mais pobres da sociedade) e fingem não estar acontecendo nada como revela a fala do superintendente Pedro Medeiros ao

¹⁵³ **"Soldados da PM mataram nove pessoas este ano"**. Jornal "Diário da Borborema". Campina Grande. P.08, dia 20 de Dezembro de 1982.

¹⁵⁴ **"É hora da 'limpeza' na polícia: 26 PMs são acusados de matar em Campina Grande."** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.01, dia 01 de agosto de 1984.

"PM acusado de facilitar fuga para matar o presidiário". Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.01, dia 01 de agosto de 1984.

afirmar que não há violência e insegurança na cidade e que a polícia vem fazendo um ótimo trabalho para manter a sociedade campinense segura¹⁵⁵ (mas que setor dessa sociedade?). Afinal de contas, muitos deles coadunavam com as atrocidades praticadas. Para tanto teremos já em 1980 a explosão de outro caso que abalou mais uma vez as estruturas da frágil democracia campinense neste período de abertura: o surgimento de um grupo de extermínio, o Mão Branca¹⁵⁶.

Antes mesmo de 1970 já surge o primeiro grande grupo de justiceiros da ditadura, vulgarmente chamado de “Esquadrão da Morte”¹⁵⁷ – inicialmente no seio da polícia civil e logo em seguida sendo assimilado pelas polícias militares nascendo dentro do poder público apenas porque este aceita e se torna conivente, seja nas esferas municipais, estaduais ou federais. (BICUDO, 1988, p.13, p.19). Este Esquadrão traçaria um *modus operandi* que seria particular a muitos outros grupos de extermínio, sobretudo o Mão Branca: primeiramente é necessário semear o temor nas pessoas, soltando os cadáveres a céu aberto, ensanguentados e exageradamente crivados de balas, quando não esquartejados; em segundo lugar é importante impressionar também a opinião pública, maximizando o efeito anterior através da publicidade dos jornais e noticiários; em terceiro é preciso prevenir a reincidência através do assassinato para aqueles que tivessem sido condenados a 6 ou mais anos de prisão ou reincidente pela terceira vez; em quarto, por fim, é preciso aplicar a risca a lei do talião (IBIDEM, p.83).

Como é possível constatar no processo criminal do caso Mão Branca, há registros dessa violência¹⁵⁸ através de documentos como *habeas corpus*, fotografias e recortes de páginas de jornais em que ficam explícitos os métodos adotados pelos carrascos como assassinatos com vários tiros¹⁵⁹ de espingarda .12, por exemplo.

¹⁵⁵ **“Medeiros diz: ‘Não há insegurança!’”** Jornal “Diário da Borborema”. Campina Grande. P.08, dia 20 de Abril de 1983.

¹⁵⁶ O Mão Branca teria surgido na baixada Fluminense (RJ) e aparentemente se expande para outros lugares como São Paulo, Brasília, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte entre outros Estados, durante o período da Ditadura Militar, em um cenário de muita violência e opressão em que temos não apenas o Mão Branca, mas também vários outros esquadrões como o “Mão Negra”, “Scuderie Le Cocq”, “Rosa Vermelha”, “Lírio Branco”, “Cravo Vermelho”, entre outros que se localizavam principalmente nas regiões Sul e Sudeste, agindo principalmente em Estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ Segundo Bicudo (1988, p.77), os “Homens de Ouro” – grupo criado pelo então chefe de polícia do Rio de Janeiro, o general Amaury Kruehl, em pleno governo democrático de Juscelino Kubtschek – seriam o embrião do Esquadrão da Morte.

¹⁵⁸ Para isso utilizamos o Processo Criminal do caso Mão Branca totalmente digitalizado em nosso arquivo pessoal. Todavia, o original pode ser encontrado no Fórum Afonso Campos em Campina Grande – 2ª Vara Tribunal do Júri datado de 1980.

¹⁵⁹ **“Mão Branca” cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços.** Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.05, 17 de Abril de 1980.

Com a instauração de uma política da violência postulada pelos militares, houve brecha para o surgimento desses grupos ligados às corporações policiais (civis ou militares) para levarem os “refugos humanos” a seus próprios tribunais de julgamento banhados a sangue e muita bala “em prol dos segmentos dominantes da burguesia na busca da manutenção de seu status” (MATTOS, 2011, p.38). Como bem observa José Fernando Siqueira da Silva (2004, p.85), este fenômeno foi típico da “formação do Estado autoritário de direita, organização esta comum em toda a América Latina entre os anos de 60 e 80 do século XX. É nesse contexto que os justiceiros foram legitimados como tais”.

No dia 15 de Abril de 1980, na cidade de Campina Grande – Paraíba – quando é feita uma ligação para a delegacia de polícia –, um sujeito desconhecido anunciava que “mais um havia ido para o inferno”¹⁶⁰. Este seria o primeiro de nove homens que iriam ser mortos pelas mãos dos carrascos. Surgia, na Paraíba, um grupo de extermínio inspirado no Mão Branca da Baixada Fluminense. O esquadrão paraibano contava com a figura de cinco policiais civis: Cícero Tomé da Silva (Supervisor da Polícia Civil), José Basílio Ferreira, “Zezé Basílio”, (investigador), Carlos José de Queiroz, “Zé Cacau” (investigador), Antônio Gonçalves da Costa, “Temporal” (investigador), e Francisco Alves (investigador), que trataram de elaborar uma espécie de “listão” que continha os nomes das futuras vítimas do quinteto¹⁶¹. Suas vítimas eram todos homens (nove no total), pobres e, em sua maioria, negros: Beto Fuscão, Perre, Carrinho mãozinha, Renato Arara, Barrão, Mocotó, Paraibinha, Queimadas e Negro rei.

O que teremos é o que o historiador Severino Cabral Filho (2007) denomina de *bênçãos e flagelos*. De um lado “o Mão Branca que espalha o terror”: um discurso jornalístico que vai mostrar justamente a glória da cidade de Campina Grande através dos algozes de forma sutil nas páginas de jornal de maneira que o leitor que lê sem estar muito atento a isso acaba deixando passar despercebido ao ver noticiários que tendem a demonstrar que a cidade está ficando cada vez mais limpa de criminosos e segura para os cidadãos de bem (estão excluídos aqui aqueles que estão à margem da sociedade e que comumente são confundidos com meliantes, mas não são).

Já por outro lado, há o lado dos humilhados, daqueles que, tanto são comumente confundidos como bandidos por serem de bairros periféricos, geralmente negros, onde

¹⁶⁰ “‘Mão Branca’ matou ‘Beto Fuscão’ Este foi o primeiro de uma lista negra. Outros morrerão logo”. Jornal da Paraíba. Campina Grande. p. 07. Dia 15 de abril de 1980.

¹⁶¹ **O Listão**. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande, p.08. Dia 14 de abril de 1980.

“favelas e lugares segregados da cidade (bairros populares, becos e cortiços) tornaram-se espaços não só de exclusão, mas um destino certo para os chamados/considerados ‘refugos humanos’.” (SILVA. 2010, p.71), como daqueles que estavam no listão sem ter nenhuma acusação legal contra o si¹⁶² e também aqueles que mesmo sendo criminosos entravam em desespero por estarem nesse listão, indo se entregar à polícia para serem presos e não morrerem pelas mãos do carrasco¹⁶³ ou até mesmo fazerem as malas e fugirem para o mais distante possível, como foi o caso de Olindete, que simplesmente fez suas malas e fugiu rapidamente para fora da cidade temendo o pior¹⁶⁴.

Fato irônico e enfático é que o integrante Zezé Basílio era acusado também de extorquir de criminosos objetos furtados, como consta no guia de recolhimento do mesmo¹⁶⁵. O investigador “Temporal” também “extorquia dinheiro de marginais desde muito tempo como confessa na carta endereçada a sua ex-mulher [...], assim também de pessoas pacatas como se evidencia nos autos”¹⁶⁶. O investigador Carlos Queiroz “Cacau” era acusado também de consumo ilegal de drogas (maconha)¹⁶⁷.

Em entrevistas feitas pelo ex-repórter policial que acompanhou o caso – Ronaldo Leite – podemos perceber como muitos moradores de bairros mais elitizados costumavam dar apoio às práticas do grupo. A partir disso podemos observar como cada pessoa passava a elaborar sua imagem do que era o Mão Branca e o que ele e seus atos representavam para si. Neste caso em especial os lugares sociais possuem um peso na construção destas representações sobre o grupo de extermínio. Para ilustrar, podemos trazer algumas falas à tona, como a do senhor Almiro Miranda, morador da Rua Jovino do Ó, nº 196, Centro (LEITE,1997, p. 76):

No meu ponto de vista ele não deve deixar um desordeiro, ladrão, assaltante. Eu acho que ele deveria ter vindo era mais cedo, há muito mais tempo, porque tem muitos desordeiros e ladrões roubando e matando que devem ser todos eliminados, uma vez que estes não deixam ninguém andar sossegado.

¹⁶² Como vimos, a higienização também se dava por motivos morais. Para, além disso, houve vítimas do grupo de justiceiros que foram liquidadas mais por motivos pessoais do que delituosos.

¹⁶³ **Marginais choram com medo do carrasco.** Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.04, 20 de ABRIL de 1980.

¹⁶⁴ **Mão Branca apavora marginais: Olindete arrumou as malas e fugiu.** Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.05, 19 de abril de 1980.

¹⁶⁵ Guia de Recolhimento de José Basílio Ferreira. Primeiro Cartório de Campina Grande – 1ª Vara. Fórum Afonso Campos em Campina Grande, 20 de Julho de 1988.

¹⁶⁶ Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p.12.

¹⁶⁷ IDEM, p. 14.

Além do depoimento do senhor Almiro Miranda, temos vários outros de moradores do centro e de bairros como a Prata e o Alto Branco que só veem positividade nas ações do grupo e acham correto o que eles fazem. Enquanto isso, por exemplo, moradores de bairros mais pobres como o Monte Santo se mostravam contrários aos atos do Mão Branca (LEITE, 1997, p. 77). Por outro lado, também havia aqueles que preferiam o “tanto faz” (ibidem, p.77) ou até mesmo as várias pessoas que preferiam se omitir, silenciarem.

O silêncio, algo que em períodos de repressão e violência pode falar muito mais do que imaginamos. O caso das pessoas que evitavam expressar suas opiniões normalmente se devia a um forte medo de serem julgadas mal ou quem sabe até virarem possíveis alvos do esquadrão da morte que assolava a cidade. Era temido que ao falar mal dos justiceiros e seus atos a represália viria de alguma forma¹⁶⁸. Para tanto podemos ilustrar com o caso da carta entregue na catedral da cidade no dia 15 de julho de 1980 contendo uma ameaça de morte ao bispo Dom Manoel e aos membros da Comissão de Justiça e Paz da diocese por terem denunciado o caso na mídia (JOOSTEN, 2006, p.14).

Mas o que os campinenses diziam sobre a violência na cidade pouco após as nove mortes efetuadas pelo esquadrão? O que eles achavam do produto final dessa matança?

Em matéria publicada justamente no período após o término das execuções das vítimas e mandatos de busca e apreensão dos cinco policiais do Mão Branca (em agosto), vemos uma enquete¹⁶⁹ que questiona os cidadãos a opinarem se acham que a onda de violência será contida. Dos cinco entrevistados, quatro deles acham que a violência não diminuiu e provavelmente não diminuirá devido ao desemprego, à inflação, à falta de políticas públicas sérias e comprometidas com as pessoas de baixa renda. Outra opinião quase unânime nas enquetes do Diário da Borborema era sobre a possibilidade de prisão destes agentes do esquadrão da morte.

Em enquete publicada no dia 24 de agosto de 1980 temos 6 entrevistados. Dentre eles: Francisco Assis Bezerra, Rui Ribeiro, Altair dos Santos, Raimundo Sérgio de Almeida e Geane Araújo da Costa concordam plenamente que não haverá punição dos envolvidos e apenas Adval Matias acha que eles provavelmente serão presos. As falas indicavam que o

¹⁶⁸ Mesmo hoje em dia, muitas pessoas negaram ceder entrevista oficial sobre o caso por temor ao que as pudesse acontecer. Muitas até chegaram a conversar e revelar informações, mas jamais se dispunham a assinar quaisquer termos formais. Em alguns momentos houve até quem nos aconselhasse a não dar procedimento a uma pesquisa tão “perigosa”.

¹⁶⁹ Cf. **Acha que a onda de violência será contida?** Coluna Opinião. Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 09 de Agosto de 1980.

principal fator que levaria à impunidade seria o corporativismo da instituição policial. Segundo o senhor Raimundo “eles não serão presos porque já fazem parte da própria polícia”¹⁷⁰. Uma das falas mais emblemáticas talvez seja a de Geane de Araújo da Costa, moradora da Rua Venâncio Neiva, Centro, nº 86, em que ela diz: “Não, eu não acredito, não tem possibilidades de serem presos. Contudo, na minha opinião, deveriam ser, mas que é muito difícil, porque eles têm cobertura das outras autoridades da própria polícia”. Geane não estava errada, o corporativismo dentro da polícia permitiu que logo após muitos dos integrantes fossem soltos.

No desenrolar do processo, apenas “Zezé Basílio” cumpriu adequadamente sua pena, morrendo inclusive na cadeia por complicações cardíacas em 1999. Algo comum em casos como este de grupos de extermínio, em que poucos resultados efetivos eram tomados e quase nunca os culpados era julgados e punidos (MATTOS, 2011, p.52). Como constatamos, vários campinenses não tinham tanta esperança de que os policiais fossem presos, descreditando na tão típica justiça corporativista dos tempos de repressão – afinal de contas sequer havia uma corregedoria para dar cabo de acontecimentos como este e proceder de maneira mais justa.

Vale observarmos que, mesmo com o fim da ditadura, a prática do chamado justiceirismo privado ainda permaneceu vivo na sociedade brasileira mesmo em período democrático com seu perfil e *modus operandi* ainda semelhante a grupos como o Mão Branca. Como bem observa José Fernandes Ferreira Silva (2004), estes justiceiros – através dos relatos da mídia – destacam uma forma de repressão comprometida com a manutenção da ordem que protege, prioritariamente, as classes sociais mais privilegiadas: as elites e os setores urbanos. Aumentando, por sua vez, a violência contra as camadas populares e privatizando a proteção social.

Como pudemos ver neste capítulo, a reabertura estava longe de ser um mar de rosas e muito menos ser descaracterizada fora da realidade de uma (ainda) ditadura que se utilizava de seus meios para impor medo e intimidar sujeitos. Mesmo com o clima otimista de um país que rumava em direção à consolidação de uma democracia, muitos ainda tinham suas desconfianças, medos e também, acima de tudo, davam com mais intensidade o brado de liberdade e indignação que pusesse fim de uma vez por todas no regime ditatorial e garantisse direitos plenos.

¹⁷⁰ **Acredita na prisão dos ex-investigadores?**. Diário da Borborema. Campina Grande, p.04. Dia 24 de agosto de 1980.

Para isso veremos neste próximo capítulo como esses setores organizados da sociedade civil se mobilizaram e fizeram frente ao governo militar tanto para demarcar sua oposição como reivindicar direitos e anunciar demandas sociais fazendo pressão crescente rumo a tão esperada abertura.

CAPÍTULO III: OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE ABERTURA EM CAMPINA GRANDE

“Como vai proibir

Quando o galo insistir

Em cantar”

Chico Buarque de Hollanda¹⁷¹

Como vimos, o projeto de distensão e reabertura estava minado desde seu princípio. A cidade de Campina Grande atestou os medonhos efeitos dos vários ataques sorrateiros à sua fraquejada “redemocratização”, além do violento modo que muitos foram submetidos a viver com o descaso do Estado que muitas vezes lhes negou o que era direito básico. O período de reabertura empreendido por João Figueiredo ainda mantinha um discreto método de violação dos direitos civis, além de se manter constantemente vigilante.

O que se evidenciou ao olharmos mais de perto foi na verdade uma violência diferenciada da empregada em governos como o do General Médici, por exemplo. Em alguns momentos ela era mais caótica e desordenada, fugindo, inclusive, dos escalões de comando, partindo de grupos ou pessoas das forças armadas ou policiais que tentavam agir em anonimato, demonstrando radicalidade em seus atos – como ilustramos em casos como o Mão Branca ou as explosões de bombas. Em outros momentos a repressão se sofisticava, tomava os mesmos ares de discricção, entretanto de máxima vigilância, perseguição e intimidação como forma de combater as ameaças à Lei de Segurança Nacional (ainda em vigor).

Em contrapartida a toda essa sofisticação do aparelho repressivo e vigilância constante, a brecha aberta pela “redemocratização” havia sido o bastante para a sociedade civil poder paulatinamente se reestabelecer no âmbito das lutas e reivindicações. Muitos não se deixaram intimidar perante as ameaças, perseguições ou tentativas de amedrontamento; permaneceram firmes e agiram incisivamente, atuando hora isoladamente como classe ou

¹⁷¹ HOLLANDA, Chico Buarque de. **Apesar de você**. Interprete: Chico Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: PHILLIPS. 1978. 1 LP

quando necessário realizando alianças e se articulando com outros grupos e movimentos como veremos mais adiante.

3.1 – Oposições, articulações, mobilizações e reivindicações ou a ditadura encurralada.

Essas entidades de classe – como analisamos nos capítulos anteriores – já estavam desde o período de distensão iniciado por Geisel mais ou menos estruturadas na cidade de Campina Grande com atos e atuações de maior ou menor magnitude local que de toda forma tinham seu peso e importância na conjuntura geral do país, formando, de fato, uma frente de combate e reivindicação que crescia com vigor no transcorrer do tempo.

Já no início desta conjuntura redemocratizante marcada na transição dos governos Geisel e Figueiredo, temos dentro das universidades em 1978 a vinda do professor Wagner Batista para a Paraíba, onde começou a atuar inicialmente de forma isolada, mas logo foi prontamente buscando gerar alianças com os setores de resistência no período. O docente tentou se articular da forma mais legal possível junto com o movimento da esquerda local para não atrair os olhares vigilantes dos órgãos de repressão e se esquivar de problemas futuros – o que, como vimos apesar de toda a busca pela legalidade o mesmo estava nas fichas dos departamentos de investigação e ele vivia sob constante vigilância e até mesmo perseguição direta.

Movimentos estudantis e, sobretudo docentes que existiam na universidade local vão deixando a timidez, medo e discrição de lado e tornando-se cada vez mais integrados à outros núcleos de atuação, saindo dos muros da instituição, perdendo o medo e indo às ruas em marchas e protestos principalmente a partir da efervescência política que emerge no último governo militar. Como vimos no decorrer do trabalho, este fato vai se tornando possível através das pressões populares às brechas da própria reabertura, pressionando para o fim do regime, mas não apenas isso: uma massiva luta por novos direitos e conquistas nos âmbitos sociais.

No período da Anistia, Wagner e estudantes da UFPB se articularam para espalhar cartazes sobre a anistia e atuar, a princípio mais no âmbito social do que acadêmico docente, segundo sua fala em depoimento à comissão¹⁷². Segundo o professor, outro instrumento utilizado por eles foi a pichação de muros com palavras de ordem e frases de protesto

¹⁷² Depoimento do professor aposentado Wagner Braga Batista à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 27/03/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSfKBZfn8A>

referentes à anistia e a ditadura. Pintar ou pichar paredes, por sinal, foi um dos grandes símbolos de luta e oposição à ditadura brasileira. Configurava-se em uma tática ao mesmo tempo silenciosa e gritante que revelava em seu breve conteúdo um grito dissonante, sem autoria precisa, sem apelo estético, sendo, sobretudo, um grito de revolta coletiva, indignação, desejo de mudança e projeções para um futuro mais justo e livre impregnados em uma simplória e alardeante tinta preta. Inclusive outro docente da instituição – o professor Manoel Donato – foi preso no mesmo período por pichar no centro da cidade em protesto ao regime, como relata em depoimento dado à comissão da verdade da UFCG¹⁷³.

As paralisações e greves tornam-se cada vez mais frequentes e ganham força e coalisão nas universidades, sobretudo locais. Com a organização sindical dos professores e a reorganização do movimento estudantil (M.E), esses atos tomam um novo fôlego e fomentam cada vez mais o clima reivindicatório. Os protestos que começam a se desencadear entre os anos de 1978 e 1979 botam em evidência um governo em crise e a educação passa a se tornar questão importante da pauta de lutas sociais no centro do debate político nacional (LIRA, 2010, p.312)

Com a “redemocratização” e o renascimento da UNE em 1979, o M.E campinense irá tomar novo fôlego e passará a demarcar seu lugar de participação social com mais diretividade. Apesar de termos já em 1976 o surgimento do Diretório Acadêmico 11 de Agosto, criado ainda sobre a sombra da lei nº477, talvez seja a partir de 1980 que as atividades do D.A irão alavancar e derivar no fortalecimento do movimento em si. Isso fica claro primeiramente devido ao motivo acima citado (reabertura) e em segundo lugar podemos constatar um amadurecimento dos discentes no sentido de ampliar as luta e as causas dos mesmos. Para isto podemos nos valer do texto-documento produzido em maio de 1980 de autoria do ex-aluno de engenharia elétrica e atuante, Lamarck Bezerra de Melo¹⁷⁴. Em síntese, o texto tem como objetivo de orientar uma questão que se consolidava na época: a criação de Centros Acadêmicos independentes em cada curso como forma de ampliar a luta para todos os estudantes da instituição, em que permeasse todas as áreas (fosse das exatas às humanidade) os debates de saberes plurais e dando voz a todo o coletivo, evitando concentrar o poder decisório na mão de uma pequena vanguarda pertencente apenas ao Diretório. Além de uma forma de integrar a comunidade discente do campus II da UFPB, havia outro grande

¹⁷³ Depoimento do professor aposentado Manoel Donato à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 11/09/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=a6LOsFcCV68>

¹⁷⁴ O texto na íntegra encontra-se no link:

http://www.ufcg.edu.br/mobile/noticias/mostra_noticia.php?codigo=17687 Acessado no dia 07 de julho de 2017.

apontamento feito por Lamarck que daria norte a uma atuação de frente ampla: a integração com a sociedade civil. Para o graduando

Todas as lutas dos estudantes, por mais localizadas e setorizadas que sejam, têm, por assim dizer, duas características que as definem: uma característica de natureza particular e outra de natureza geral. A característica de natureza particular é aquela que liga diretamente os interesses imediatos dos estudantes, às questões pelas quais se luta. Por exemplo, quando se luta por mais e melhores professores, por métodos de ensino mais aperfeiçoados, a característica de natureza particular desta luta está no fato de que a perda gradativa da capacidade – por isso mesmo – de aprender aquilo a que se propõe cada programa do curso de uma maneira geral (questão), está em contradição com o que se espera de um futuro profissional, o desejo de todos nós, estudantes, nos tornarmos profissionais competentes (interesse). Eis aí a característica de natureza específica. A característica de natureza geral é aquela que vincula os interesses mais gerais a estas mesmas questões. É a interrelação que existe entre qualquer questão que nós nos deparamos no dia-a-dia, enquanto estudantes, e o próprio modelo educacional, sob o qual estamos submetidos, implantado de conformidade e sincronia com o modelo econômico-político existente a nível de sociedade como um todo (MELO, 1980).

Portanto os esforços do Movimento Estudantil não deveriam se esgotar apenas às lutas intra universitárias, mas prolongar seu alcance para além dos muros institucionais que os cercam. Para tanto é necessário se alinhar com as necessidades gerais da população, lutar por melhores condições de vida, por mais direitos, uma melhor política educacional e de forma máxima era necessária a queda do regime e a restauração do Estado Democrático de Direito. Logo,

Neste sentido, a medida que os estudantes, enquanto segmento social, são reprimidos por estarem lutando por seus direitos, sentem que é necessário conjugar as suas lutas específicas com as mais gerais: por maiores liberdades, que é também uma luta e uma aspiração do povo em geral, que é privado destes mesmos direitos, maiores liberdades e direitos democráticos, direito à livre manifestação, expressão e organização, etc, são questões que somente serão conseguidos com a efetiva derrubada da ditadura – que é o regime político responsável direto pelo total cerceamento destes direitos aos demais setores sociais, submetendo-os a uma brutal forma de opressão e exploração. Esta tarefa é de todos os setores comprometidos com a causa da emancipação dos povos do jugo do imperialismo. Portanto, os interesses e as lutas dos estudantes estão ligados de maneira intrínseca aos interesses e lutas do povo de uma maneira geral (MELO, 1980).

Para que tudo isso se tornasse exequível havia quatro princípios essenciais deveriam ser primados, segundo Lamarck (1980):

- 1) A participação de todos os estudantes em torno das bandeiras de luta – por isso os C.As seriam canais oportunos para favorecer a participação consciente de todos.
- 2) A democracia interna, prezando por discussões amplas e multilaterais, o direito a livre manifestação de pensamento, submetendo a minoria à decisão da maioria.
- 3) Um programa definido, explícito e amplo, pautando o nível de intervenção dos estudantes delimitando possibilidades e importâncias.

4) Métodos justos de trabalho, levando em conta os três pontos anteriores para que não hajam injustiças e transformar as ideias debatidas no movimento em patrimônio a ser considerado pelo coletivo.

Podemos destacar alguns exemplos de atuações destes grupos que foram veiculados na imprensa local do período.

O Diário da Borborema retrata em 12 de agosto de 1980¹⁷⁵ a manifestação do movimento estudantil da UFPB contra a nova medida da reitoria em aumentar drasticamente o valor das refeições vendidas no Restaurante Universitário (RU). Negando-se a pagarem um valor exorbitante acrescido de 720%, os universitários assumiram o controle do restaurante e tabelaram os preços de forma mais justa para que o acesso à alimentação não ficasse restrito. A reitoria havia determinado que as refeições que antes custavam Cr\$4,00 custariam Cr\$15,00 e as que custavam anteriormente Cr\$8,00, subiriam para Cr\$60,00. Com isso os alunos fixaram os preços dos pratos em Cr\$5,00 , Cr\$10,00 e Cr\$15,00.

Tal ato nos remete prontamente ao conceito de “economia moral” elaborado pelo inglês Edward Palmer Thompson (1998), no qual um determinado grupo social possui seus pressupostos morais de uma economia justa que, quando golpeada, resulta em eventuais motins. Todavia o sentido deste “motim” não se esvazia aí; ele figura uma ação que não é necessariamente política, assim como não de todo em uma ação apolítica, pois acima de tudo “supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum” (THOMPSON, 1998, p.152). Por isso em um ato de revolta onde tomam posse e controle do restaurante universitário, os estudantes procuram prontamente reestabelecer a ordem moral e econômica que havia sido pervertida, afim de reestabelecer o bem-estar coletivo.

Ainda em 23 de agosto de 1980 os estudantes ocuparam a Câmara Municipal em protesto ao caso e solicitando alguma providência dos membros daquela casa¹⁷⁶. Segundo a matéria, o vereador do PMDB, João Fernandes, em solidariedade aos discentes se propõe a elaborar um requerimento, pedindo apoio aos demais membros da câmara numa manifestação favorável aos afetados pelo aumento, enfatizando o despropósito daquela oneração, fazendo também um protesto contra a atual política educacional e reivindicando maiores investimentos na educação brasileira. A proposição teria sido aprovada com unanimidade. Entre os

¹⁷⁵ “**Estudantes assumem controle do restaurante e ameaçam declarar greve**”. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 12 de agosto de 1980.

¹⁷⁶ “**Apoio aos estudantes na Câmara Municipal**”. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 23 de Agosto de 1980.

vereadores que usaram da palavra para apoiar o requerimento estavam os edis: José Luiz, Álvaro Gaudêncio, Maria Barbosa, Rildo Fernandes e Lindaci Medeiros.

Nas justificativas do documento constava que

“a nova tabela de preços imposta pela reitoria da UFPB impossibilita aos estudantes usuários do R.U de se alimentarem, posto que os mesmo têm que fazer duas refeições diárias, importando na atual tabela na importância de 2.400 cruzeiros mensais”¹⁷⁷.

Além disto, a matéria ainda aponta o aumento como infundado, tendo em vista que os alunos recebem um crédito educativo mensal de 1.100 cruzeiros, em que o valor gasto apenas com refeições no R.U já extrapola as condições financeiras dos estudantes.

Na imagem abaixo, retirada diretamente do jornal, vemos a grande quantidade de estudantes unidos sustentando uma grande faixa com os dizeres “pelo pão de cada dia, abaixo a reitoria!” em indignação ao aumento das refeições do restaurante universitário.



Imagem 8: Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 23 de agosto de 1980.

Apesar de os olhares vigilantes dos órgãos de informação ainda repousarem sobre o movimento estudantil, ele tratava de expor as podridões da ditadura de forma cada vez mais aberta como nos revela o prontuário de Luís Teodoro Correia do Prado¹⁷⁸, representante do jornal “Hora do Povo”¹⁷⁹ em Campina Grande. Neste documento constava do ato público de

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ INFE N°181/81. Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS), 16/06/1981. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

¹⁷⁹ Além do representante deste jornal, Marcio Tarradt Rocha foi fichado por vendê-lo durante a realização de um comício do PMDB. Cf. Prontuário N°027. Delegacia de Ordem Política e Social, 25/05/1980. Acervo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Ver mais em: www.cev.pb.gov.br

repúdio ao já mencionado ataque terrorista do Rio Centro em 1981 feito por representantes dos DCEs da cidade (URNe e UFPB) e estudantes secundaristas, contando também com a participação do fichado, onde os mesmos afirmaram que “o governo estaria dando prioridade a verbas destinadas ao terrorismo e à tortura, procedendo cortes nas verbas destinadas à Educação”.

Em 25 de setembro de 1982, é publicada no Jornal da Paraíba¹⁸⁰ uma declaração de protesto dos alunos de todos os campi da UFPB na voz de um integrante de Centro Acadêmico chamado Alexandre Medeiros. Na nota, o estudante reitera que “independente de qualquer norma adotada por quem quer que seja, os debates do campus da UFPB vão continuar”. O mesmo se referia à medida tomada pelo reitor Berilo Borba em dar cabo de atividades de cunho político na instituição, solicitando, inclusive, ao Superior Tribunal Regional Eleitoral providências para evitar que políticos continuem frequentando os campi para realização e/ou participação em atividades de cunho político-partidário. Os estudantes de Campina Grande afirmam em ocasião que não abrirão mão da discussão e darão prosseguimento “aos debates democráticos custe o que custar.”

Cinco dias após, em 30 de setembro de 1982 inicia-se uma articulação geral entre os discentes da UFPB em solidariedade aos colegas do Campus VII da cidade de Patos no sertão paraibano e que já estava em greve a mais de um mês. No Campus II, situado em Campina Grande, várias assinaturas de apoio foram colhidas e conscientização de toda a comunidade universitária sobre a questão através de um manifesto – o qual foi publicado na íntegra pelo Jornal da Paraíba. O motivo para tal greve segundo o mesmo manifesto foi: “as péssimas condições de ensino e pesquisa, fortes indícios de graves distorções na administração do campus e absoluta insensibilidade e intransigência e autoritarismo por parte das autoridades administrativas”¹⁸¹. O jornal traz ainda nas palavras dos estudantes do “Diretório Acadêmico 11 de Agosto” o seguinte trecho:

A luta enfrentada pelos nossos colegas é a luta de todos estudantes brasileiros que sofrem as consequências de uma política de total abandono da educação por parte do governo. Este abandono resulta num ensino ruim, elitista, autoritário e alienado da realidade do nosso povo. É a crescente eminência de se acabar definitivamente com o que ainda resta do Ensino Público e gratuito. É a diminuição progressiva dos recursos destinados à Educação, que favorece com subsídios o crescimento da rede privada. Em 1970, cerca de 75% do ensino de 3º grau era pelo poder público. Hoje

¹⁸⁰ “Universitários vão continuar com debate”. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.04, 25 de setembro de 1982.

¹⁸¹ “Estudantes param hoje na UFPB”. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.05, 30 de setembro de 1982.

[1982], cerca de 80% é explorado pela rede privada enquanto que pouco mais de 20% é mantido parcialmente pelo Estado.

[...]Este movimento por ser justo e legítimo, conquistou significativo apoio da população de Patos que se constituiu em Comitê de Apoio, distribuiu uma Carta Aberta à população, encaminhou um Abaixo Assinado, organizou uma passeata com um ato público (sexta-feira 16.09) e enviou uma representação para comunicar ao reitor que a comunidade apoia a luta dos estudantes e exige que a reitoria reabra o diálogo, apure as denúncias por eles formuladas e atenda suas reivindicações.¹⁸²

Alexandre Lira (2010) já nos alerta para o crescente problema da educação pública no período da ditadura e os ataques que a mesma sofria em prol de favorecimentos à rede privada de ensino. Para além do afastamento de numerosos professores do quadro docente tanto do ensino básico como superior – o que desmantelava muitas destas instituições –, houve também de fato a transferência de investimentos denunciada pelos estudantes campinenses. Com a lei nº5692/1971 há uma ampliação maior ainda da concessão de bolsas financiadas pelo governo para levar alunos para as escolas particulares; além disso, muitas escolas particulares também passam gozar de forte imunidade fiscal, multiplicando suas possibilidades de lucro (LIRA, 2010, p.309). O mesmo acontecia no âmbito das faculdades com bolsas e financiamentos estudantis aplicados no meio privado.

Em 27 de março de 1984, o Jornal da Paraíba noticia a ocupação à salas de aula desocupadas do Núcleo de Educação Física do Campus II-UFPB por 60 estudantes da instituição¹⁸³. Segundo Jálder Menezes – discente e integrante do DCE –, em fala concebida à imprensa, afirma que ele e seus colegas não tinham onde morar e não tinha condições de pagar alugueis já que moravam distante de suas cidades natais. Com o apoio e reivindicação do movimento estudantil, dias depois eles conseguiram lugares na república estudantil.

Apesar de aparecer com menor assiduidade nos noticiários, vale enfatizar a participação e influência que houve também do engajamento estudantil secundarista e universitário com o DCE da URNE. A exemplo disto, no noticiário do Jornal da Paraíba de 13 de abril de 1984¹⁸⁴, somos inteirados de um ato público na Praça da Bandeira, centro da cidade, em que estudantes dos movimentos supramencionados, além daqueles pertencentes à UFPB, realizam uma passeata em favor da conscientização da comunidade pelas dificuldades enfrentadas pela classe discente e “sensibilizar os poderes e órgãos competentes para que seja

¹⁸² “Estudantes param hoje na UFPB”. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.05, 30 de setembro de 1982.

¹⁸³ “60 estudantes invadem UFPB e ocupam salas”. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.01. 27 de março de 1984.

¹⁸⁴ “Estudante da URNE apoiam movimento e vão à praça”. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.01. 13 de abril de 1984.

criada uma residência universitária, que resolvam a questão dos restaurantes universitários de ambas instituições e a melhoria do curso de Medicina da UFPB. Interessante observar que, além deste intento, eles também se manifestaram a favor das eleições diretas para presidente. Dentre os que se pronunciaram na tribuna livre em favor da causa dos manifestantes estavam: Wagner Batista (ADUFPB), Francisco Leite (DCE FURNE) e João Cícero (DCE UFPB). Marcaram presença no evento os vereadores Márcio Rocha e João Dantas (PMDB), entidades sindicais e de classe e representantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na imagem a seguir, podemos ver a aglomeração de jovens na praça com várias faixas, onde é possível identificar algumas frases como: “Diretas Já!” e “Diretas Urgente”.



Imagem 9: Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.01. 13 de abril de 1984.

Como verificamos ainda no primeiro capítulo, o congresso de reconstrução da UNE em 1979 acabou por gerar grande burburinho e mobilização dos estudantes por todo o Brasil. Com a entrada dos anos 1980, vão (re)entrando em cena vários grupos de juventude principalmente ligados à esquerda com origens político-partidárias distintas. Como relataram os ex-estudantes Gervácio Batista Aranha¹⁸⁵ e Marcelo Bezerra¹⁸⁶ (atualmente professores de História e Engenharia Mecânica, respectivamente), havia em Campina Grande no início dos anos 1980 um grande reduto de movimentos universitários que permeavam os centros acadêmicos, o diretório central e os variados cursos na instituição com fortes tonalidades

¹⁸⁵ Depoimento do professor Gervácio Batista Aranha à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 10/04/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=d7bp8HmThbY&t=7108s> Acessado em 13 de julho de 2017.

¹⁸⁶ Depoimento do professor Marcelo Bezerra à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, do dia 16/05/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=Eq2RGPIHb44&t=4455s>

progressistas¹⁸⁷. Em um contexto mais nacional podemos destacar alguns grandes grupos de juventudes de destaque. O primeiro seria o Refazendo, que teria sua origem em militantes da Ação Popular (AP) e era considerado um dos mais influentes, ganhando várias eleições de DCEs pelo Brasil. Outra grande tendência seria o grupo Liberdade e Luta (LIBELU), vinculado à Organização Socialista Internacionalista e formada em 1976 a partir da fusão de dois grupos trotskistas – a Organização Marxista Brasileira e a Organização Primeiro de Maio – e que também tinham grande expressividade. O Caminhando, vinculado ao PCdoB, tinha bastante representação em virtude da própria ligação com o Partido Comunista do Brasil; com o ressuscitar da UNE em 1979, esta vertente passa a se aliar com o Refazendo. O Juventude Avançando era alinhado com o prestismo (de Luís Carlos Prestes) e viria a ser fundado apenas em 1983, entretanto devido a figura de liderança de Prestes no *hall* da esquerda brasileira, o movimento adquiriu peso em vários estados do Brasil – com destaque para a própria Paraíba e a cidade de Campina Grande. Tinha ainda também a Juventude Revolucionária 8 de Outubro (JR-8), de orientação marxista-leninista e vinculada ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Além destes ajuntamentos descritos, existiam evidentemente outros diversos com expressividade mais ou menos diminuta. As diversas orientações da esquerda também acarretavam até mesmo nos modos de se vestir, músicas que estes jovens ouviam à época, lugares que frequentavam e círculos de amizade.

Na Paraíba, segundo Marcelo Bezerra, destacavam-se duas destas correntes: o Refazendo e Liberdade e Luta. De acordo com ele, apesar destes grupos se situarem todos à esquerda, havia vários debates, discussões e discordâncias entre eles em que o Refazendo era considerado mais moderado, enquanto os trotskistas eram considerados como os mais radicais do movimento, apoiando a derrubada da ditadura de forma mais incisiva e provocante, negando para isso até mesmo uma aliança com o MDB/PMDB, tido como partido burguês¹⁸⁸. Já Gervácio Aranha nos lembra de que o Avançando era bastante influente em Campina Grande após 1983, o qual ele afirma ter sido membro ativo juntamente a vários outros colegas que atualmente são professores do curso de História da mesma instituição juntamente a ele.

A integração destes movimentos com os demais focos de articulação civil era um princípio basilar que não só vinha da orientação partidária muitas vezes, como marcava

¹⁸⁷ Apesar de que, segundo Marcelo Bezerra, já em 1976, de forma ainda cautelosa, é fundado e presidido por ele o primeiro diretório da Paraíba – chamado 11 de Agosto –, mas ainda existindo de forma um tanto tímida.

¹⁸⁸ Fato notável na fala de Marcelo Bezerra é da suposta formação de um grupo armado trotskistas ainda em 1979, em tempos de abertura. O mesmo afirma ter ido para uma fazenda em Mariana (Minas Gerais) onde ele e sua companheira seriam treinados, todavia eles desistiram e voltaram para a Paraíba e a célula de guerrilha foi desmontada e os integrantes presos pouco após. Não temos mais informações ou documentações que corroborem o relato, apesar de considerarmos tal relato incomum e inesperado.

presença nos manifestos destes grupos, o que eles julgavam essencial para promover seus fins: o avanço da abertura, a anistia, o colapso da ditadura, o avanço dos interesses da classe trabalhadora e etc., todos bens comuns a toda a sociedade (SEVILLANO, 2010, p.87-90).

No dia 12 de novembro de 1982¹⁸⁹ é anunciada paralisação programada para o dia 19 do mesmo mês. A decisão foi tomada pelos docentes campinenses que se reuniram sob o comando do diretor executivo da ADUFPB, professor Wagner Batista. A pauta reivindicatória consistia em negociações salariais, garantia de que a reestruturação da universidade seja amplamente discutida com efetiva participação da sociedade e coordenada por quem vivencia diariamente a universidade, assegurando a participação da ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) – recém-fundada em fevereiro de 1981 como aglutinador sindical – e, por fim, garantia de isonomia salarial e carreira unificada nas IES.

Em matéria do Jornal da Paraíba de 1 de dezembro do mesmo ano¹⁹⁰, temos a fala da professora Melânia Rodrigues, secretária da ADUFPB-CG, na qual esta afirma que o movimento grevista persistirá até que suas reivindicações sejam ouvidas. Nas palavras da docente, o decreto assinado pelo presidente João Figueiredo naquele ano corrente não implicava em um aumento real nos salários destes profissionais, pois ele mexeu apenas em uma única categoria – a de titulares – que representavam um percentual irrisório no conjunto de professores e que ainda assim a mudança foi quase inexistente e ineficaz.

É interessante também notar na fala da secretária sindical que foi realizado diálogo prévio juntamente aos alunos do campus onde os mesmo apresentaram propostas de sanar eventuais atrasos do semestre letivo, demonstrando engajamento mutuo, apoio e complacência da classe estudantil para com o movimento, que buscaram juntos a melhor alternativa para encaminhar os trabalhos acadêmicos após a greve sem maiores transtornos.

Em 11 de maio de 1984 é divulgada no Jornal da Paraíba a decisão dos professores da UFPB em aderir à greve nacional programada para a semana seguinte¹⁹¹. A meta desta articulação docente é pressionar o Ministério da Cultura (MEC) a conceder-lhes reajustes salariais semestrais com base no INPC, décimo terceiro salário para professores admitidos sob regime estatutário e quinquênios para os contratados pela CLT.

Como pudemos observar a atuação e engajamento estudantil e sindical no meio universitário retomava fôlego e passava atuar de forma cada vez mais profícua e articulada.

¹⁸⁹ “UFPb paralisa no dia 19”. Diário da Borborema. Campina Grande, 12 de novembro de 1982.

¹⁹⁰ “Professores decidem não parar greve na UFPb”. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 01 de dezembro de 1982.

¹⁹¹ “Professores fazem greve nacional”. Jornal da Paraíba, Campina Grande. P.04, 11 de maio de 1984.

Professores, alunos e demais servidores públicos do meio se integraram em várias frentes de luta que chegaram a transpassar até mesmo os muros da Universidade Federal da Paraíba como veremos no decorrer do capítulo.

Por sinal, outro sindicato que também se fez presente em várias reivindicações foi o dos metalúrgicos. Embora fortemente golpeados pelo fechamento da Wallig em 1979, maior cooptadora destes trabalhadores, se veem logo no início da “redemocratização” reduzidos em número já que quase 1.500 funcionários da fábrica foram demitidos após sua falência. Apesar disto, os sindicalistas se mantiveram firmes e protestaram em denúncia à situação que a empresa deixou muitos funcionários¹⁹², sem fazer nenhum tipo de acerto de contas por rescisão abrupta de contrato, assim como também pedindo a reabertura da fábrica para que os reintegrassem¹⁹³. Outrossim, os metalúrgicos aparentavam manter contato e unirem-se com os demais movimentos sociais, agindo muitas vezes em conjunto em atos públicos como vimos em alguns exemplos até então e alguns que virão a seguir.¹⁹⁴

Outros sindicatos também se faziam presentes nas páginas de jornal de forma mais ou menos intensa. A título de exemplo temos o caso da requisição de reativação e reforma do matadouro municipal por parte do Sindicato do Comércio de Carnes Frescas de Campina Grande¹⁹⁵. O comerciante e secretário de tal entidade, José Basílio da Silva, revela que fará uma reunião com os demais membros da direção sindical juntamente às autoridades para insistir na importância deste matadouro para a cidade, assim como também incluir no rol das providências que serão tomadas pela administração municipal a reforma do deteriorado Mercado Central. Para formalizar o ato reivindicatório, os trabalhadores entregaram ao prefeito Ronaldo Cunha Lima um ofício contendo todas as sugestões para as soluções a serem adotadas.

Em outro episódio registrado pela imprensa local somos noticiados da paralização organizada pelo Sindicato dos Motoristas de Transportes Coletivos da cidade em março de 1984¹⁹⁶. Apesar de não haver a pauta da paralisação na matéria, é registrada a truculência e

¹⁹² **“Caso Wallig: metalúrgicos protestam contra BNDE”**. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 de novembro de 1982.

¹⁹³ A partir de então, durante boa parte das décadas de 80 e 90 do século passado, a Wallig seria alvo de promessas de reabertura da empresa de quase todos os candidatos a prefeitos de Campina Grande, que garantiriam tal feito se eleitos. A fábrica acabou assim virando alvo de barganha política em troca de votos já que a Wallig tinha um grande potencial gerador de empregos.

¹⁹⁴ Para tanto, lembremos do fato de muitos destes metalúrgicos acabaram se tornando ativos membros filiados do Partido dos Trabalhadores.

¹⁹⁵ **“Sindicato insiste em matadouro para Campina”**. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.01. 22 de março de 1983.

¹⁹⁶ **“Greve dos motoristas: polícia espancou muita gente”**. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.06. 14 de março de 1984.

violência exercida pelos policiais militares contra populares e 4 jornalistas que apanharam, tiveram seus pertences de ofício depredados e sua atividade profissional censurada.

No primeiro capítulo vimos como se deu a formação de uma igreja católica mais atuante, progressista e também opositora à ditadura, sobretudo através da CNBB. A partir disto, as transformações no seio apostólico irão modificar o agir e pensar desde o alto clero às bases locais. Em Campina Grande não é diferente.

A respeito de sua atuação local, a liderança de Dom Manoel Pereira da Costa (bispo da cidade de Campina Grande entre os anos de 1962 a 1981) merece atenção especial¹⁹⁷. Sua estratégia de atuação conseguiu ir além até mesmo das fronteiras do município, colaborando com as lutas de vários grupos de reivindicação, fossem do meio rural ou urbano. Para tanto, é de se constatar que já poucos meses após o Concílio Vaticano II, que iniciara em 11 de outubro de 1962 (concluindo em 08 de dezembro de 1965), o bispo campinense já havia montado uma equipe de orientação sindical na cidade para ajudar a formar novos sindicatos, elaborar estatutos, assim como esclarecer a importância destes como forma de luta por direitos (JOOSTEN, 2006, p.01). É já neste momento que ele passa a contar com a ajuda de seu braço direito, o padre holandês redentorista, Cristiano Joosten.

O método de ação no campo incorporado durante todo o bispado de Dom Manoel baseava-se nas orientações do Papa João XXIII a partir de sua encíclica *Mater et Magistra 143* que enfatizava a importância e o protagonismo dos lavradores no progresso social e econômico do meio rural e, sobretudo, sua valorização enquanto indivíduos, assim como também esses métodos de ação baseavam-se nos princípios do chamado “pacto das catacumbas” feito juntamente a outros bispos (contando inclusive com a participação de Dom Helder Câmara) em prol de uma igreja dialogal que servisse ao “povo” (principalmente os mais humildes) ao mesmo tempo em que se recusaria a abençoar os abusos de uma elite exploradora (JOOSTEN, 2006, p.02-04). Segundo o padre holandês (ibidem, p.02), é a partir disso que irá se pautar a mobilização do grupo Ação Católica através dos três pilares básicos – ver, julgar e agir – que guiavam suas atividades sob as diretrizes e colaborações religiosas a partir de “opiniões firmes e combativas e coragem para lutar por um mundo mais justo” e foi com essa iniciativa, a partir do campo, que orientou a participação dos próprios trabalhadores rurais das paróquias locais na fundação do sindicato dos trabalhadores urbanos de Campina

¹⁹⁷ Sobre a atuação da igreja católica em Campina Grande sob sua liderança nos valem, além de vários noticiários da imprensa local, de dois preciosos livretos escritos pelo Pe. Cristiano Joosten sobre a biografia do bispo – contendo vários episódios de militância eclesial – e outro sobre o simbólico caso da Fazenda Paus Brancos e as lutas que a permearam.

Grande ainda em 1963. Com o golpe em 1964 muitos destes sindicatos foram desmantelados e suas lideranças afastadas – quando não presas – e houve assim um arrefecimento do movimento. Todavia, mesmo em face deste aterrador e novo problema, a igreja não deixou a militância de lado e fomentou e deu suporte a grupos como o ACR (Ação Católica Rural), os grupos de MER (Movimento de Evangelização Rural) e diversas pastorais que tinham marcante atuação política no campo. O mote central destes grupos se concentrava

[...] em torno da construção da vida cristã no meio rural desenvolvendo ações para permanecer na terra ou recuperá-la. A constatação generalizada era que o capitalismo que se estava introduzindo no campo tinha como consequência a marginalização maior ainda do povo pobre e o aumento alarmante do êxodo rural. (JOOSTEN, 2006, p.09)

Após Dom Manoel renunciar o bispado em 1981, quem assume seu lugar no dia 09 de setembro do mesmo ano é Dom Luís Gonzaga, outro apostólico combatente que deu continuidade aos trabalhos iniciados por seu predecessor e que irá permanecer no bispado diocesano até 29 de agosto de 2001, quando renuncia.

Um caso articulado entre igreja e sindicatos que é destacado pelo padre Cristiano Joosten merece atenção. Mesmo com o clima de repressão e com os sindicatos minados pela tutela vigilante do Estado Militar, temos o episódio de luta da fazenda Serrotão. Tudo tem início com os herdeiros da terra, antes pertencente ao major Jovino do Ó, realizando entre os anos 1960 e 1973 um processo de despejo massivo que desabitou quase todos os 700 moradores que ali moravam e trabalhavam (JOOSTEN, 2002, p.02). Após o golpe militar a violência com que estes moradores foram expulsos das terras e a forma que foram tratados os que tentaram se opuser a tal ato foram de magnitudes alarmantes. “O Sr. José Gonçalves, o segundo presidente do sindicato, foi tão surrado pelos capangas dos proprietários que faleceu em 1967 no Rio de Janeiro em consequência dos ferimentos” (Ibidem, p.03). Muitos dos rendeiros expulsos se assentaram nas proximidades, muitas vezes ocupando outras terras particulares por não terem para onde ir. Sendo assim, no ano de 1981 o senhor José Nascimento vendeu 110 hectares de sua terra ao governo para a construção do presídio regional e um futuro bairro popular (hoje conhecido como Mutirão); neste episódio mais 150 rendeiros foram (novamente) desabrigados. Como relata o padre holandês (2002, p.03), muitos funcionários do governo estadual fizeram diversas ameaças aos moradores e oferecendo algum dinheiro para que desocupassem as terras; alguns aceitaram, outros decidiram lutar por algum pedaço de chão.

Em 1982, ameaçados de um novo despejo, aqueles que se mantiveram nas cercanias da fazenda Serrotão pediam auxílio à Comissão de Direitos Humanos – que havia surgido em 1982 da Comissão de Justiça e Paz. A partir disso, organizaram-se advogados – tendo como

figura emblemática a advogada Tereza Braga –, religiosos – liderados por Dom Luís Gonzaga Fernandes e Cristiano Joosten – e até mesmo membros da academia – assessores da UFPB como Renée Mangueira, Beto Novais, Regina Novais, a professora Áurea e Paulo Afonso – e membros da administração pública (Ibidem, p.04). A partir deste momento uma série de reuniões e encontros regulares passou a se realizar nas dependências da Escola Santa Rita de Cássia – no bairro de Bodocongó – aglomerando, segundo o padre redentorista, em reuniões de fim de semana, entre 100 e 150 participantes de variadas organizações e ofícios, em que não só a situação dos desabrigados do serrotão era debatida, mas até mesmo problemas de regiões vizinhas – como a luta da campanha salarial no brejo paraibano no ano de 1984 (Ibidem, p.04). A partir dos vários encontros e debates é formado nesse ínterim uma Comissão de Reforma Agrária composta por agricultores e auxiliados por acessória jurídica, apoio sacerdotal com as pastorais operárias e as Atendentes de Saúde da Cruz Branco Amarela (liderada pela irmã Mercês), jornalistas e SABs (principalmente a de Bodocongó). Apesar de incessante luta, apenas em 03 de janeiro de 1988 a comissão consegue alcançar seu intento final: adquirir, enfim, 1280 hectares de terra cultiváveis para as famílias despejadas desde 1963 e que foram divididos em 72 lotes com 16 hectares cada, constituindo assim o “Sítio Paus Brancos”, assentado nos limites da cidade de Campina Grande e Boqueirão (Ibidem, p.01).

Como pudemos constatar, no período de distensão e reabertura promovido Geisel e continuado por Figueiredo vemos a participação da igreja cada vez mais intensa e em articulação com os demais movimentos sociais que (re)ascendiam à época. Várias SABs são criadas com a ajuda das pastorais para fortalecer lutas e organizar formas de reivindicação dos bairros. Uma parte delas iniciou timidamente a surgir timidamente na década de 1960 – como é o caso da primeira Sociedade de Amigos de Bairro do José Pinheiro de 1962, por exemplo – fundada antes mesmo da UCES (União Campinense das Equipes Sociais), órgão que tinha por objetivo consolidar a integração dos bairros e fortalecer as lutas sociais e que só seria fundada em 02 de agosto de 1964. É evidente a forma que estas sociedades de amigos de bairro exerceram sua militância atuante e em vários momentos articuladas com outros movimentos. Assim sendo é necessário recapitularmos mais uma vez o emblemático caso citado no capítulo anterior acerca do surgimento do bairro das Malvinas.

A ocupação do conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, popularmente nomeado bairro Malvinas¹⁹⁸, em 1983, causou bastante alvoroço na cidade. O movimento se inicia a partir de 26 de março do referido ano, logo o caso chamou a atenção das autoridades locais. Iniciada a sua construção em 1980, o conjunto Álvaro Gaudêncio ofereceria 3.000 casas, embora em 1983 já tivessem 15.000 famílias inscritas no programa da CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular) para serem escolhidas para ganhar um imóvel. Prontamente 3.000 famílias trataram de ocupar todas as casas do conjunto inacabado há 3 anos. Nenhum poste havia ainda sido instalado, portanto não havia energia elétrica, nem pavimentação e não havia sido implementado o sistema de esgoto e abastecimento de água potável. Logo após o estabelecimento inicial das famílias o governo do estado (Wilson Braga) tomou como providência imediata realizar um cerco policial no conjunto e logo após proibir o trânsito de pessoas para inibir a ocupação de mais casas e até mesmo proibir a entrada de alimentos, além da proibição da entrada de veículos no local e de quaisquer móveis ou eletrodomésticos, tudo isso no intento de tentar vencer muitas destas famílias pelo cansaço, fazendo-as desistir e desocupar as moradias (LIMA, 2015, p.22.)¹⁹⁹.

Apesar da pressão do Estado para que as famílias desocupassem o conjunto habitacional, os moradores começaram a receber apoio externo de movimentos políticos, operários e religiosos. Os primeiros a chegarem para auxílio dos moradores foram os católicos. Já durante a semana santa realiza-se a primeira missa do bairro por Dom Luiz Gonzaga e uma grande procissão as quais teriam sido os primeiros responsáveis pelo enfraquecimento do julgo do cerco policial, como sinaliza Paula Sonaly Lima em seu estudo sobre a ocupação do bairro (2015, p.27). Juntamente à igreja veio a Comissão de Justiça e Paz da diocese com seus advogados e demais membros; em seguida chegaram sindicatos, membros da CUT (Central Única dos Trabalhadores), partidários do PT, do PCdoB e a imprensa para fazer toda a cobertura do acontecimento. Com a presença de todos estes grupos a disputa pelas Malvinas já se tornara uma guerra vencida: com as portei ras abertas de vez os moradores puderam contar com o apoio destas entidades além da forte presença da imprensa jornalística que inibiria qualquer tentativa por parte da polícia de uso violento da força para expulsar moradores sob risco de ferozes denúncias (Ibidem, p. 26-27). Na verdade aconteceu

¹⁹⁸ Em homenagem à guerra travada entre Argentina e Inglaterra pela posse do território das Ilhas Malvinas ou Falkland Islands.

¹⁹⁹ Acontece que muitas destas famílias não tinham moradia ou já haviam fugido dos caros alugueis que passavam por aumentos constantes naquele ano, tendo aumentos de quase 100% em muitos casos, inviabilizando a morada de muitos destes cidadãos como fica claro na matéria do Jornal da Paraíba. Cf: **Conjunto da CEHAP**. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.08. Dia 23 de março de 1983.

que até mesmo alguns policiais decidiram também ocupar casas – o que mostra quão sintomática era a questão da habitação campinense²⁰⁰.

Vários advogados membros da OAB-PB, seção Campina Grande, aderiram a uma postura combativa em defesa da restauração do Estado de Direito. Como vimos, eles estavam comumente integrados a vários movimentos sociais, fosse dando assessoria jurídica ou mais que isso, indo para o *front* de disputas, para as ruas e batendo de frente com o regime ou seus coligados. Fosse pela *práxis* de suas profissões ou pela militância consciente muitos deles colaboraram com atos populares e organizados; estavam nos sindicatos, SABs, grupos da base eclesiástica, movimentos pró-direitos humanos e etc. Alguns destes que atuaram de forma mais combativa e direta como foi o caso de vários advogados que, desde o pré-golpe, já davam suporte às Ligas Camponesas em várias cidades da Paraíba. Alguns exemplos podem ser destacados de acordo com os acontecimentos até aqui tratados.

No momento de reabertura temos a figura de Wanderley Caixe, que iria, inclusive, se candidatar a prefeito de João Pessoa em 1985 pelo PT dado a sua popularidade entre a militância rural como também urbana. Em Campina podemos dar destaque a duas figuras que atuaram com certa fervoridade: a advogada Tereza Braga e Geraldo Beltrão (que também tornaram-se vereadora e deputado, respectivamente) – agiram em conjunto com a base clerical na Comissão de Justiça e Paz e também prestando assessoria à movimentos sindicais principalmente no campo além do emblemático caso contra o grupo de justiceiros “Mão Branca” em 1980.

Sobre este caso do esquadrão da morte campinense, não apenas advogados se mobilizaram para exigir justiça contra os integrantes, houve parte da sociedade que estava preocupada com o rumo que estes assassinatos desenfreados iriam tomar e logo se prontificaram em protesto e denúncia. Todavia, estes que se mobilizaram faziam parte de seletos setores engajados nas recentes discussões sobre Direitos Humanos que haviam se acalorado neste período de “reabertura”.

Como manifestação direta contra tais episódios houve um protesto no centro da cidade – no calçadão da rua Cardoso Vieira. Dentre os que participaram do ato faziam parte destes setores estavam: a figura da igreja católica com a Comissão de Justiça e Paz, sindicatos e militantes, políticos engajados do PT e PMDB, estudantes movimento estudantil, além de vários intelectuais da época. A reivindicação era pelo fim do terrorismo de Estado que se abatia na sociedade campinense ilustrado principalmente pelo caso do jornalista Ronaldo

²⁰⁰ “Efetivo é pequeno para o ‘Conjuncto’”. Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.08. Dia 30 de março de 1983

Leite ameaçado de morte pelo Mão Branca. Essas ameaças foram caracterizadas pelos protestantes “como sendo partidas do reacionarismo da direita e de um terrorismo institucionalizado”²⁰¹. No evento também foram expostas e vendidas várias edições de jornais da imprensa alternativa de esquerda como o “Voz da Unidade”, “Movimento”, “Hora do Povo”, “Tribuna Operária”, “Povão”, entre outros.

Como vimos acima, se políticos e partidários de partidos como o PT e PMDB demonstravam publicamente sua aversão ao Mão Branca e o que ele representava, o partido do governo – PDS – demonstrava ambiguidades quanto a isso. Em matéria do Diário da Borborema de 14 de setembro de 1980²⁰², o deputado Manoel Gaudêncio crítica o posicionamento duvidoso e suspeito dos pdsistas. O mesmo afirma que, um dia antes, os vereadores campinenses desta legenda haviam se negado a aprovar o voto de aplausos ao governador Tarcísio Burity, por sua decisão em tomar partido do caso do esquadrão da morte.

Várias figuras de proeminência desse meio expressaram suas indignações, as quais foram registradas pelo repórter policial Ronaldo Leite em seu livro sobre os justiceiros campinenses.

O promotor local Agnello Amorim retrata o caso como um episódio de evidente racismo e preconceito contra a camada mais desfavorecida da sociedade – os negros e pobres. Além disso, o promotor aponta para a injustiça não só das mortes destes desvalidos como também a presença pessoas que nunca cometeram crime algum, como é o caso do advogado criminal “Til Capoeiro” que havia sido marcado para morrer por defender muitas vezes “larápios, maconheiros, prostitutas e todos outros seres marginalizados pela sociedade de enormes preconceitos” (LEITE, 1997, p. 53-55).

A Congregação Redentorista Nordestina, reunida em assembleia ordinária na câmara dos vereadores, endereça um carta ao público presente “repudiando tal fato e, ao mesmo tempo, se solidarizando com toda comunidade campinense que passa pelo vexame do banho de sangue atribuído ao personagem Mão Branca.” Segundo a nota, assinada pelo presidente da congregação, o padre Gabriel Hofstade o sentimento é de solidariedade a uma cidade que foi afrontada com estes crimes contra o povo de Campina Grande. Por fim, é clamada às autoridades incumbentes que façam o que lhes compete naquele momento “restaurando o império da justiça e da lei” (Ibidem, p.55-56).

²⁰¹ Cf. “**No calçadão, protesto contra terrorismo**”. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 23 de Agosto de 1980.

²⁰² “**Manoel Gaudêncio: Câmara ficou ao lado dos criminosos**”. Diário da Borborema, Campina Grande, p.02. Dia 14 de setembro de 1980.

Alguns estadistas também se declararam avessos aos atos do esquadrão da morte. Foram os casos do vereador Ary Ribeiro e do deputado Américo Maia que emitiram notas pessoais de ojeriza (Ibidem, p.56,58). Mas houve também uma nota de repúdio coletiva aprovada em plenário da Câmara. Nesta, os vereadores elencavam o grupo Mão Branca

[...]não como mera ameaça, e sim de uma determinação à margem da lei e da ordem que objetiva a liquidação pura e simples das pessoas cujos nomes figuravam na famigerada lista.

[...] Face ao estado de terror e de insegurança, esta casa pelo seu pensamento unânime, denuncia os crimes cometidos à margem da Lei apela às autoridades estaduais e federais que venham em nosso socorro, aos direitos humanos e garantias individuais, estas últimas asseguradas na nossa Carta Magna. (Ibidem, p.58)

Em seu depoimento à Comissão da Verdade, o professor Wagner relata também o caso Mão Branca e de sua mobilização como representante docente da UFPB²⁰³. Segundo ele, assim que o caso havia estourado nas páginas dos jornais locais ele se reuniu na catedral juntamente ao bispo Dom Manoel, alguns professores colegas e o advogado Vital do Rego²⁰⁴ para discutir sobre o caso e o que fariam acerca. A decisão unânime foi a criação de um panfleto manifesto que seria distribuído em vários lugares da cidade contendo a assinatura de dezenas de lideranças e representações significativas dos movimentos sociais da época – eram líderes estudantis, políticos de oposição (sobretudo do PMDB e PT), advogados, sindicatos variados e igreja (católica e até mesmo evangélica). O conteúdo do panfleto, transcrito por Ronaldo Leite (1997, p.58-59) traduzia um apelo e um grito de indignação, exigindo que as autoridades parassem de agir com indiferença ao caso mesmo após a Comissão de Justiça e Paz ter se dirigido ao Governo do Estado com uma denúncia formal.

Advogado e deputado Geraldo Beltrão também registra, através de um apelo aos Direitos Humanos, o fim da barbárie promovida por grupos de extermínio Brasil adentro e ressalta a importância de manter a constitucionalidade e o direito máximo de defesa que cada acusado tem por crimes que por ventura houvera cometido, devendo ser primado o procedimento legal adequado (Ibidem, p.61).

²⁰³ Depoimento do Prof. Wagner Braga Batista à Comissão da Verdade das Entidades da UFCG. Concedida no dia 27/30/2014. Conferir: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSfKBZfn8A>

²⁰⁴ Fato curioso é que posteriormente o próprio bacharel Vital do Rego irá advogar justamente em favor dos acusados do Mão Branca.

Como pudemos constatar, foi incisiva e decisiva a participação da igreja católica, núcleos sindicais, filiados de partidos como PMDB e PT e o movimento estudantil; todos estes em prol dos Direitos Humanos e pelo fim do terrorismo institucionalizado que acabou se tornando a ditadura.

A partir de Agosto de 1980 a imprensa campinense adere rapidamente aos fervorosos protestos contra o Mão Branca, juntamente aos setores da sociedade citados acima. Observarmos assim uma brusca mudança de postura dos jornais, principalmente do Diário da Borborema²⁰⁵, após um de seus jornalistas policiais (o já supracitado Ronaldo Leite) ter sido ameaçado de morte pelos integrantes do Mão Branca. Antes apresentando certo grau apologético às ações do esquadrão da morte inculcando medo e tentando mostrar dados positivos sobre os assassinatos, a imprensa, ao ser diretamente afetada e ameaçada, liga seus dispositivos de defesa e automaticamente passa a declarar sua ojeriza às ameaças feitas ao repórter e juntam-se na luta contra o fim dessa violência. Contando inclusive com enquetes em que as pessoas eram questionadas sobre o que achavam dessas ameaças feitas contra o jornalista. Todos os cinco entrevistados se mostraram contrários à ameaça, alegando que estes estão apenas fazendo o seu trabalho como qualquer outra pessoa e que seria um absurdo querer matar alguém por noticiar casos tão alarmantes.²⁰⁶

A grande imprensa local, apesar de uma posição sempre ambígua também teve um papel que merece atenção nesse processo de reabertura. Como pudemos observar, vários dos abusos, crimes e excessos cometidos por militares eram noticiados nos dois maiores jornais da cidade. Vale salientar que os jornais – principalmente o Diário da Borborema – acabaram servindo como espaço para opiniões públicas de civis, denúncias e apelos de vários desses grupos ligados à movimentos sociais. O próprio professor Wagner Batista²⁰⁷ afirma que a imprensa teve um papel muito importante na divulgação de protestos, atos estudantis, de sempre noticiar as greves e suas pautas, dando espaço para várias lideranças sindicais se expressarem e isso acabou não só dando visibilidade a essas categorias como agregando simpatizantes e trazendo apoio da sociedade.

²⁰⁵ Que em várias matérias anteriores faziam repetidas afirmações de que a cidade vinha ficando mais tranquila e os crimes quase se extinguindo. Cf. **Polícia diz que a cidade está tranquila depois que o Mão Branca surgiu**. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. P.04, 20 de abril de 1980.

²⁰⁶ **Opinião: Como vê as ameaças aos jornalistas?** Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 14 de Agosto de 1980.

²⁰⁷ Depoimento do professor aposentado Wagner Braga Batista à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 27/03/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSFkBZfn8A> Acessado em 20 de janeiro de 2017.

Além dessa grande imprensa, agora desimpedida pela censura e com maior abertura ao diálogo e dando voz aos clamores da “redemocratização”, tínhamos a forte presença da chamada “imprensa nanica”, editorada por partidos ou organizações de esquerda, quando não pelo próprio movimento estudantil das universidades. Muitos destes jornais ainda circulavam às escondidas, mas sempre tinham seus meios de chegar às mãos certas. Geralmente chegavam por avião ou militantes que vinham de viagem e traziam consigo algum montante; distribuíaam geralmente nas universidades e sempre eram vendidas em protestos, quando não em alguma pequena banca da cidade como ilustramos no caso da Banca Abertura. Se os jornais de grande tiragem costumavam moderar o tom da denúncia ou oposição ao regime, estas faziam questão de causar estardalhaço e levar consigo todo e qualquer grito de indignação e inconformidade com o regime e sua governança.

3.2 – As Diretas Já ou festim dos corvos

O montante de todas estas insatisfações, demandas e articulações, expressavam um anseio cada vez mais geral de gerar pressão no regime, enfraquece-lo e faze-lo enfim ceder, ocasionando seu fim. No primeiro trimestre de 1984 a ansiedade pelo fim da ditadura percorria os mais variados setores da sociedade brasileira. O governo dos militares já não sanava mais os interesses multinacionais estrangeiros ou do capital nacional associado, era recriminado pela igreja, denunciado pela OAB, minado pela oposição política, criticado pela imprensa, fragilizado pelos protestos e greves sindicais e contava cada vez menos com popularidade e apoio civil principalmente devido à crescente crise econômica que assolava o país e lançava aqueles mais pobres à carestia.

Colocar em evidência as calamidades que viviam o país em todos estes âmbitos era algo extremamente preocupante para um regime em frangalhos em seus derradeiros dias. Logo cedo os generais já perceberam que cedo ou tarde seus poderes se esgotariam e uma transição seria inevitável; agora o projeto era tentar guiar esse processo da forma mais conciliadora possível.

O pico de mobilização popular talvez seja, portanto a culminação do movimento “Diretas Já!” – uma das maiores manifestações políticas (se não a maior) da história de toda a República brasileira. A mobilização se fez em duas frentes. A primeira iniciou-se no congresso ainda em 1983, sob a liderança do PMDB e apoio de várias entidades (ABI, CNBB, OAB) com a criação da “emenda Dante de Oliveira” (PEC nº05/1983) e teria que ser aprovada com 2/3 dos votos, o que exigia que parte do PDS, partido do governo, a apoiasse. Na propositura constava:

Art. 1º - Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74 - O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de Novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial."

Art. 148 - O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.²⁰⁸

A outra frente, nas ruas, daria seus primeiros suspiros no dia 15 de junho de 1983 em Goiânia (GO), mas é só partir de janeiro de 1984²⁰⁹ que o movimento é oficialmente iniciado, com protestos e comícios por todo o Brasil nas capitais e principais cidades dos estados mobilizando milhares de pessoas. O objetivo do movimento era basicamente um só: chamar novas eleições presidenciais diretas.

Todavia nas entranhas deste projeto havia mais complexidade. Estava ali em jogo a disputa do processo sucessório. De um lado a oposição burguesa capitaneada pela fração industrial monopolista nacional e de outro um movimento operário e popular, através do PT e da CUT que haviam unido esforços para tentar abater o inimigo em comum (NERY, 2014, p.247). Acontece que já estava conciliado um pacto feito por cima entre militares e essa oposição moderada. Os movimentos populares das ruas e dos campos ficariam de fora da negociata e suas demandas escanteadas.

Parece que a palavra final havia sido dada já antes mesmo dos comícios estourarem Brasil adentro e da votação da emenda ser realizada e já havia indícios que apontavam isto.

Em 11 de dezembro de 1982 o cartunista Alonso do Diário da Borborema já satirizava a intransigência do governo em não aceitar propostas de realizações de eleições presidenciais diretas. Na charge há a frase "Sucessão presidencial" com o desenho de uma urna do T.R.E sendo chutada por um sujeito que prontamente diz que a ideia foi recusada.

²⁰⁸ Texto publicado no Diário do Congresso Nacional nº 468, página 78, edição de Terça-Feira, 19 de Abril de 1983.

²⁰⁹ No dia 12 de janeiro de 1984 em Curitiba reunindo cerca de 60 mil pessoas (JOFFYLI, 1998, p.236)

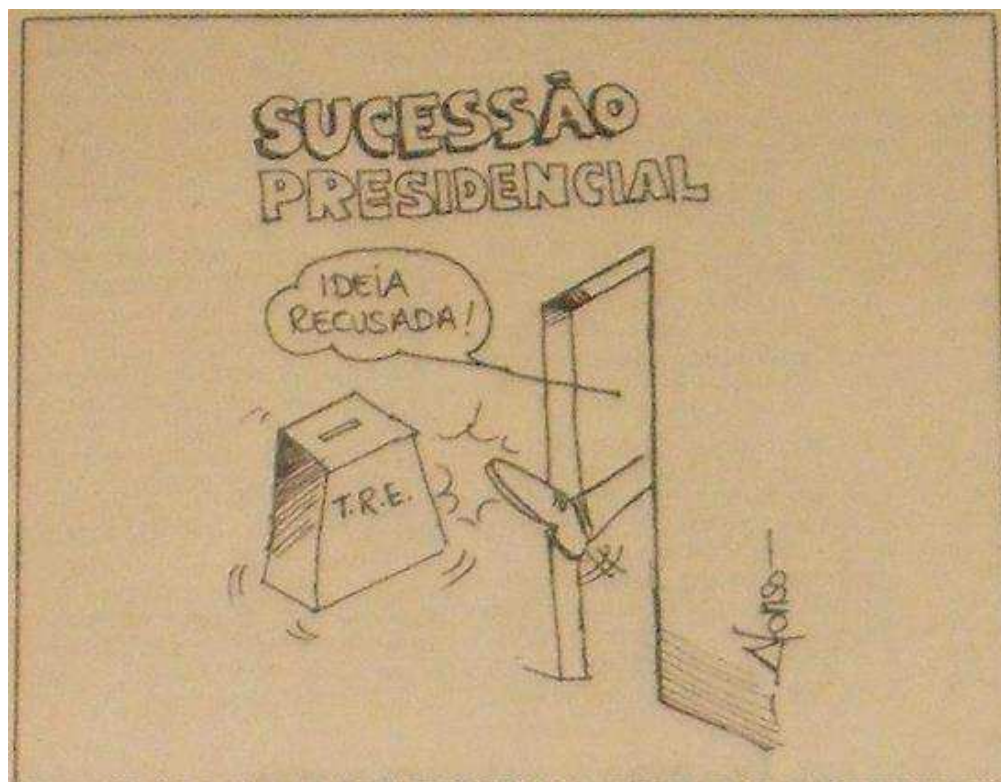


Imagem 11: Diário da Borborema, Campina Grande, 11 de dezembro de 1982.

Posteriormente, Figueiredo já teria dito com clareza suas intenções com relação à passagem da faixa presidencial. Em matéria do Jornal da Paraíba do dia 16 de março de 1984²¹⁰ o general deixa clara sua intenção: as diretas viriam, mas no momento certo; o próximo chefe do governo seria eleito por Colégio Eleitoral, destarte, de forma indireta. Operar uma transição em um país após vários anos de recrudescimento, rumo a uma democracia não seria tarefa fácil para os militares, principalmente porque esse ato deveria ser friamente calculado e o pescoço das Forças Armadas poderia estar em jogo pois caso a maré da revanche se levantasse os varreria. Portanto a medida mais segura era uma transição orquestrada pelos próprios militares. Esse projeto, assim sendo, tem início já com a volta do pluripartidarismo em um jogo de poderes em que os militares diriam quem iria e quem não iria participar. Para tanto, segundo Bernardo Joffyly (1998, p.236), os ministros militares teriam entregado a Figueiredo no dia 13 de fevereiro um longo texto de repúdio às teses das Diretas Já e pretensão de caos que esta situação estava causando, mas acontece que àquela altura deter um movimento de tamanha magnitude só seria possível com o uso de tremenda violência, uma tática que poderia causar desastres para o governo já instável (CARVALHO,

²¹⁰ “Figueiredo: ‘Eleições diretas só no futuro’”. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.03, 16 de março de 1984.

2015, p.192). A única estratégia era garantir a vitória contra a emenda em Brasília através de votos.

Mas enquanto isso, a população criava uma expectativa para o dia marcado de 25 de março. Este dia representaria o dia da votação da PEC Dante Oliveira e seria o clímax maior das manifestações nas ruas. Em Campina Grande mais uma vez não será diferente. Os vários grupos engajados em movimentos sociais irão se unir e, no dia 4 de abril de 1984 haverá assim a formação do “Comitês Teotônio Vilela²¹¹” pró-diretas. Nele fariam parte “30 (trinta) entidades, entre partidos políticos de oposição, sociedades de amigos de bairros, sindicatos e as associações comunitárias”²¹².

Nas ruas, através de carros são feitas longas chamadas de quase 2 minutos que se repetiam cidade adentro²¹³. Ao som de “Apesar de você” de Chico Buarque convocando os campinenses para se juntarem no dia 25 de março, na praça do Açude Novo, para participar do grande comício que contaria com várias lideranças nacionais e locais como: Franco Montoro, governador de São Paulo; Ronaldo Cunha Lima, prefeito de Campina Grande; Ministro Celso Furtado; Senadores Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Cid Sampaio e deputados Aloísio Campos, Miguel Arraes e Raymundo Asfora, além de outras lideranças. A frase inicial abria a chamada com o slogan da campanha com “O povo quer votar pra presidente” e continha mais outras frases de impacto e palavras de ordem como “compareça!”, “traga sua família e seu entusiasmo”, “a luta é nossa” e “diretas já, diretas agora!”. Além das figuras políticas citadas, haveria a presença também shows de artistas paraibanos e violeiros. Segundo Jean Cavalcanti (2016, p.1172), em via de regra, estes grandes comícios das Diretas Já sempre contavam com a presença de artistas – sobretudo músicos e atores – nos palanques, misturando assim a política de oposição e cultura engajada, uma cultura progressista, de resistência.

²¹¹ O nome do comitê é uma homenagem póstuma a Teotônio Vilela – poeta, jornalista, empresário e político alagoano. Apesar de parecer aparentemente controversa a sua mudança político-partidária como ex-arenista que acabou indo parar no PMDB com o fim do bipartidarismo após de 1979, ele termina se tornando um dos maiores defensores do fim da ditadura, conquistando respeito de parte das alas da esquerda e movimentos sociais. É tido como um dos primeiros bastiões da luta pelas Diretas, pela Constituinte e moratória da dívida externa. Morreu vítima de um câncer em 27 de novembro de 1983. (JOFFILY, 1998, p. 236).

²¹² “**Comitê reúne-se e traça plano de ação para aprovação da Dante**”. Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de março de 1984.

²¹³ Áudio cedido pelo ex-vereador campinense José Alves de Sousa de seu acervo pessoal ao site Retalhos Históricos de Campina Grande. Link da matéria e áudio: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/09/memoria-fotografica-registro-do.html#.WXTVsYQrKxn> Acessado dia 22 de julho de 2017.

Nos jornais, a imprensa também comunicava o evento em contagem regressiva. No dia 25 de março o Jornal da Paraíba²¹⁴ faz o último anúncio destacando às proeminentes participações de políticos, reiterando o local de realização e o horário marcado para início (17 hrs). Na matéria ainda consta que o Comitê Teotônio Vilela crê na grande participação da comunidade campinense e de caravanas vindas do interior paraibano.

Durante a semana em que ocorrerá o evento eles fazem um trabalho de panfletagem, distribuindo um boletim convidando todos a participarem. Intitulado “Campina na Luta pelas Diretas Já”, o panfleto pede

O fim da recessão e do desemprego e pela estabilidade dos empregos, por salário mínimo real e unificado pelo fim do arrocho salarial e da alta do custo de vida, pelo rompimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional, pela reforma agrária ampla massiva e imediata, pela manutenção das conquistas e aperfeiçoamento da Previdência por liberdade e autonomia sindical, com o fim das intervenções e devolução dos sindicatos às diretorias eleitas, [...] o livre exercício do direito de greve, a revogação da lei de Segurança Nacional e todos os atos de exceção, ampla liberdade de organização e expressão, eleições diretas em todos os níveis e a aprovação da emenda Dante de Oliveira.²¹⁵

Enfim chega o esperado momento. O comício consegue aglomerar em torno de 6 mil pessoas e a euforia tomava conta dos participantes, principalmente para escutar as declarações dos convidados especiais que iriam subir aos palanques por toda a noite.

Vários campinenses ainda viriam se reunir novamente na Praça da Bandeira um mês depois justamente para acompanhar em vigília cívica a votação da emenda, acompanhada por um placar que estimulava a torcida para que fossem batidos os 2/3 que garantiriam a almejada vitória do movimento (CAVALCANTI, 2016, p.1175). O resultado foi entristecedor: houve 298 votos a favor, 65 contra, 113 ausências e 3 abstenções. Com a derrota, por apenas 22 votos, a emenda sequer foi apreciada pelo Senado Federal e assim arrefeceu a mobilização causada pela campanha das Diretas Já.

Abaixo, eis a relação de deputados paraibanos que votaram a favor, contra, se abstiveram ou se ausentaram da votação²¹⁶.

²¹⁴ “Grande comício pelas Diretas hoje no ‘Açude Novo’”. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.03, dia 25 de março de 1984.

²¹⁵ “Comitê distribue [sic] panfleto com várias reivindicações”. Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de março de 1984.

²¹⁶ “Lista completa de votação da emenda Dante de Oliveira”. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de abril de 1984.

Partido	Nome do parlamentar	SIM – A favor	NÃO - Contra	Ausente /Abstenção
PDS	Adauto Pereira			AUSENTE
PMDB	Aluizio Campos	SIM		
PDS	Álvaro Gaudêncio			AUSENTE
PDS	Antônio Gomes			AUSENTE
PMDB	Carneiro Arnaud	SIM		
PDS	Edme Tavares			AUSENTE
PDS	Ernâni Sátiro			AUSENTE
PDS	Joacil Pereira		NÃO	
PMDB	João Agripino	SIM		
PMDB	José Maranhão	SIM		
PMDB	Raimundo Asfora	SIM		
PDS	Tarcísio Buriti	SIM		

Mesmo não tendo conseguido alcançar seu objetivo principal, ainda assim ajudou a intensificar mais ainda o ritmo de abertura, assim como firmar as posições dos movimentos de luta social. Entretanto, as garantias que estes setores conseguiram preservar na constituinte foram diminutas, com uma série de ressalvas e contrapartidas. Sobre isso, fala Vanderlei Elias Nery (2014, p.265-266)

A oposição burguesa assumiu a direção das Diretas Já e canalizou as insatisfações do movimento operário e popular, assim como as propostas mais radicalizadas mencionadas anteriormente, para a luta parlamentar. As esquerdas, em especial o PT e a CUT, não tiveram forças para impedir este processo, e acabaram sucumbindo à direção burguesa. Essa fragilidade das esquerdas permitiu que a oposição burguesa negociasse com o governo o processo sucessório.

Afinal, a passagem da ditadura militar para a democracia “foi realizada sem gerar nenhuma crise de hegemonia no seio do bloco de poder e, portanto, sem pôr em risco a dominação/exploração de classe” (NERY, 2014, p.261).

Conclusão: A transição em marcha lenta ou o pacto por cima.

Partindo do tempo presente, de onde todas as perguntas de nosso ofício se formulam, chegamos à conclusão deste trabalho após analisar uma série de dados, acontecimentos, momentos e, sobretudo, tensões que permearam o passado ainda recente da frágil República brasileira em uma parte de seus mais nefastos dias (ou noites sombrias?). Procuramos assim dar um escopo singular a esta pesquisa a partir de um mote central norteado por algumas questões: como se configurou o processo distensor e transitório da ditadura enquanto processo político amplo, como esse processo foi recepcionado em Campina Grande, como e quais os agentes sociais que se articularam em torno deste processo nacional e localmente, quais as interações existentes entre Estado (ditatorial militar) e estes sujeitos em via de mão dupla e os ápices e culminâncias destas interações.

Enumeradas estas questões, pudemos constatar que o plano de distensão, lenta e gradual de Geisel, prosseguida por seu sucessor, João Batista Figueiredo, foi um projeto idealizado e arquitetado pela cúpula militar se valendo de alguns fatores. O primeiro que deve ser observado seria o benefício de não serem contestados - até porque teriam varrido praticamente todo remanescente de oposição combativa que havia até então. Em segundo só teve clemência a um único tipo de oposição que era aquela moderada e aceitável, a qual teria condições de negociação. Essa observação se faz importante porque é justamente neste momento inicial que a caserna começa a perceber que o único caminho plausível no momento é guiar o país para uma abertura política, mas que isso não se desse de forma espontânea ou externa a seu poderio - eles fariam as regras para o jogo da transição. Para tanto, sempre que os opositores tentavam furar as barreiras deste projeto, prontamente os militares respondiam em reprimenda.

Este último ponto, por sinal, é outro ponto vital para a conclusão desta pesquisa. Observamos que com certo arrefecimento do regime militar, as formas de repressão e violência se sofisticam. Passam a existir de duas formas: uma mais caótica e fora das cadeias de comando, com as explosões a bomba e atentados sem autoria certa que surgia como própria insatisfação de núcleos militares em direcionar o país rumo a uma “redemocratização”. A segunda era ainda sob os comandos centrais e sistemáticos do governo militar em que funcionavam justamente para manter o projeto distensor sempre nos trilhos, reprimindo aqueles que tentassem extrapolar os limites impostos. Para tanto lembremos que os partidos comunistas ainda estavam na ilegalidade, membros estavam sendo presos.

A repressão e a vigilância não cessaram; se sofisticaram e mudaram em parte seu *modus operandi* como uma forma de acompanhar o ritmo da “redemocratização” e não atrair muitos holofotes.

A existência de críticos e opositores, mesmo movimentos sociais de esquerda tiveram que se adequar às novas regras do jogo, dentro da constitucionalidade dos ditadores. Para isso, os militares tiveram que gradualmente tornar isso possível, revogando leis e suavizando punições para dar requintes de democracia. Vários setores que antes apoiavam o golpe mudar de lado como a imprensa, a igreja, a OAB e alguns políticos, assim como também a reestruturação dos movimentos estudantis e sindicais, acompanhado de ONGs, clubes de mães e outros grupos.

Em Campina Grande vimos de perto como vários destes fenômenos ocorreram e tiveram sua própria dinâmica no passo dos acontecimentos gerais do país. Identificamos os sujeitos e suas atuações, assim como procuramos analisar a forma que agiam e guiavam esforços para seus meios e fins.

Com mesmo afincamento também observamos as reações das forças armadas, constatando a mudança de padrão em seus atos, a continuidade de outros. Apesar de ter diminuído em grande medida a quantidade de pessoas assassinadas e torturadas, a perseguição e vigilância continuaram de forma intensiva como demonstra nossa análise dos vários casos de pessoas fichadas ou perseguidas de alguma forma - inclusive aqueles que estavam dentro da legalidade em termos de oposição. Como vimos, violenta não só foi a opressão, mas também a fome, a desigualdade, o descaso e injustiça que violentou tanto brasileiros nesse período de abismo social - sobretudo na região Nordeste.

Por fim, observamos a forma intensa que muitos civis se organizaram em torno de suas entidades de classe e assim demarcaram sua oposição ao regime com maior intensidade ou moderação. Percebemos que a militância destes órgãos também acabou trazendo bons frutos. Desde protestos e greves por melhores salários e condição de vida, vimos também pressões que resultaram até mesmo em pequenas reformas agrárias na zona rural da cidade, melhor educação e melhores condições do ambiente de estudo.

Entretanto o projeto de abertura vencedor após a derrota das Diretas Já e após março de 1985, não foi o dessas massas, mas da burguesia. Desde o início a campanha foi encaminhada neste sentido e não trouxe em momento algum um componente revolucionário – mesmo contando uma quantidade gigantesca de membros da esquerda. Quase nenhuma daquelas

exigências feitas no panfleto do comitê Teotônio Vilela – que assemelhava-se aos demais panfletos Brasil a dentro – foi cumprida ou verdadeiramente levada em consideração na nova Constituição de 1988.

Esta nova magna-carta manteve a vinculação dos sindicatos ao Estado, impendendo liberdade sindical, o que faz com que, mesmo possuindo a livre direito de greve, os trabalhadores tenham que passar pelo crivo da Justiça do Trabalho para julgar a legalidade ou não das greves. Com a derrota das diretas, as classes populares ficaram de fora da transição efetiva, sem nenhuma grande alteração nas estruturas sociais que os trouxesse ganhos reais.

Além disso, nenhum acerto de contas foi feito com Forças Armadas, que passar completamente impunes e ainda tiveram seu papel superdimensionado (NERY, 2014, p.267).

Os latifúndios foram mantidos incólumes, os grandes donos de terras continuaram ampliando hectares enquanto o problema fundiário no Brasil continuava um problema latente, dando continuidade ao êxodo rural que incha cidades e lota favelas e cortiços.

No campo político formam-se novas amarras de poder com a onda crescente do neoliberalismo, tornando-se hegemonia da fração financeira enquanto modelo político, econômico e societal (DEO, 2014, p.305).

É nesse panorama que a Nova República brasileira vai trilhando seu caminho após uma de suas mais traumáticas experiências que duraram 21 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. Campinas: EDUNICAMP, 1988.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. IN PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. – 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa**. São Paulo: Breasiliense, 1983.
- BICUDO, Hélio Pereira. **Do esquadrão da morte ao justiceiros**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. – São Paulo. Perspectiva, 2005.
- BRITO, Alexandra Barahona de. **“Justiça transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil**. In PINTO, Antônio Costa & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do sul e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Anales:1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950)**. Tese de doutorado em Sociologia. João Pessoa: UFPB, 2007.
- CALIL, Gilberto Grassi. **O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari**. In: Segle XX. Revista catalana d’història nº07. Catalunya, 2014, p. 99-126.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAVA, Ralph Della. **A Igreja e a abertura, 1974-1975** IN STEPAN, Alfred (Org.). Redemocratizando o Brasil. Tradução: Ana Luiza Pinheiro [et al] – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. Tese de doutorado em História. Recife: UFPE, 2013.

CAVALCANTI, Jean Lucas Marinho. **Um grande comício pelas Diretas Já em Campina Grande: a resistência à Ditadura**. In: Anais do XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. Vol.17, nº1, 2016, págs. 1167-1176.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe no estado da Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: EDUFPB/IDEIA, 1998.

COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: As estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário**. Dissertação de mestrado em Geografia. João Pessoa: UFPB. 2013.

DEO, Anderson. **Uma transição à *long term*: a institucionalização da autocracia burguesa**. IN PINHEIRO, Milton (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Wertevan Silva. **A força do clientelismo**. João Pessoa: EDUFPB, 2006.

FERREIRA, Jaqueline Leandro. **A Teologia da Libertação na América Latina**. IN NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes & LIMA, Rozeane Albuquerque (Orgs.). Artes de ver, fazer e escrever histórias: construindo saberes na pesquisa, ensino e extensão – experiências no PET História UFCG. Campina Grande: EDUFCG, 2014.

FERREIRA, Jaqueline Leandro. **Paulo Freire e a Teologia da Libertação: uma prática libertadora**. IN II Congresso Nacional de Educação. Nº2, 2015. Campina Grande. *Anais eletrônicos*. Campina Grande: CONEDU, 2015, 12 págs.

FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Documentação e acesso aos arquivos da repressão na Paraíba**. IN PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamar Gonçalves; BEZERRA,

Josineide da Silva (orgs.). *História e Sociedade: saberes em diálogo*. Campina Grande: EDUFPG, João Pessoa: A União, 2014.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: Possibilidades e procedimentos**. 2ª Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: EDUSP, 2013.

JOFFILY, Mariana; SCHLATTER, Sergio Luis. **Entrevista com o professor doutor Daniel Aarão Reis Filho**. Revista Tempo e Argumento, vol. 3, núm. 1, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, pp. 239-255.

JOFFYLI, Bernardo. **Istoé Brasil 500 anos: Atlas histórico**. São Paulo: Editora Três, 1998.

JOOSTEN, Cristiano. **Paus Brancos: Histórico**. [s.n.], Campina Grande, 2002.

JOOSTEN, Cristiano. **Uma história de Evangelização libertada e libertadora custosa e arriscada**. [s.n.], Campina Grande, 2006.

KECK, Margaret. **O “novo sindicalismo” na transição brasileira**. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Redemocratizando o Brasil*. Tradução: Ana Luiza Pinheiro [et al] – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KECK, Margaret. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KONDER, Leandro. **“Vaca fardada”**. In: Margem esquerda. Estudos marxistas, nº 3, maio 2004.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. “A bonança na matança”: o sentimento de conforto causado pelo esquadrão da morte, Mão Branca, entre os cidadãos campinenses em 1980. Monografia. Campina Grande: UFCG, 2015.

LEITE, Ronaldo. **A verdade sobre o carrasco Mão Branca**. João Pessoa: A União, 2007.

LIMA, Damião de. **Campina grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: EDUFPB, 2012.

LIMA, Luciano Mendonça de & ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. **Arquivos militares e a pesquisa histórica: uma experiência de pesquisa**. IN PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamarc Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). História e Sociedade: saberes em diálogo. Campina Grande: EDUFCG, João Pessoa: A União, 2014.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande**. In: AIRES, José Luciano de Queiroz *et al* (Orgs.) Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora CCTA, 2016.

LIMA, Paula Sonaly de. **“Abriram as porteiras”: narrativas acerca da invasão/ocupação do bairro das Malvinas, em Campina Grande – PB (1983-2015)**. Monografia de História. Campina Grande: UFCG, 2015.

LIMA, Paula Sonály Nascimento. **“Minha Malvinas querida, relembro a sua invasão”: ocupação do bairro das Malvinas – Campina Grande – Março de 1983**. IN NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes & LIMA, Rozeane Albuquerque. Artes de ver, fazer e escrever histórias: construindo saberes na pesquisa, ensino e extensão – experiências no PET História UFCG. Campina Grande: EDUFCG, 2014.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação na educação durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputa**. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. **Fonte impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos**. IN PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. – 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

MACIEL, David. **A Aliança Democrática e a transição política no Brasil**. IN PINHEIRO, Milton (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sentido de classe do golpe de 1964 e a ditadura: um debate historiográfico**. IN ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. 1964: 50 anos depois: a ditadura em debate. Sergipe: EDISE, 2014.

MATTOS, Vanessa. **O Estado contra o povo: a atuação dos esquadrões da morte em São Paulo (1968-1972)**. Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. **Considerações sobre o Revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais na historiografia**. XII Conferência anual da International Association for Critical Realism. Rio de Janeiro, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O impacto do golpe de 1964 e da ditadura na universidade paraibana**. IN AIRES, José Luciano de Queiroz *et al* (Orgs.). Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora CCTA, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **“Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)”**. In: Prima Facie. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas nº14, volume 8. UFPB. Jan./jun., 2009.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação**. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (ORGs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: EDUFPB, 2014.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)**. Tese de doutorado em História. Recife: UFPE, 2003.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino; NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral; SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Estado e sociedade civil na Paraíba na época da transição para a democracia (1974-1985)**. IN XIII Encontro Estadual de História. Nº13, 2012. Guarabira. *Anais eletrônicos*. Guarabira: ANPUH, 2012, 18 págs.

PADRÓS, Enrique Serra. **Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor.** IN PADRÓS, Enrique Serra *et al* (org.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2010.

RANGEL, Maria do Socorro. **Territórios de confronto: uma história da luta pela terra nas ligas camponesas.** IN LARA, Silva e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). Direitos e justiças no Brasil. Campinas: EDUNICAMP, 2006.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar.** São Paulo: EDUSP, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil - Do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Zahar: Rio de Janeiro, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, Anistia e reconciliação. In: **Revista Estudo Histórico.** Rio de Janeiro, vol. 23, nº45, 2010, p. 171-186.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985).** Dissertação de mestrado em História. São Paulo: USP, 2010.

SILVA, José Fernandes Ferreira. **“Justiceiros” e Violência Urbana.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Luciana Estevam da. **Cidade e Violência: Campina Grande na década de 1980 e as representações do “Mão Branca” nos jornais.** Dissertação de mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **A lenta via brasileira para redemocratização: 1974-1985.** In: STEPAN, Alfred (Org.). Redemocratizando o Brasil. Tradução: Ana Luiza Pinheiro [et al] – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Introdução.** IN SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. & FERNANDES, Paula Rejane. Cidades e experiências modernas. – Campina Grande, EDUFCG, 2010, p.07

SOUZA, Danilo Rodrigues. **O ideário de industrialização e desenvolvimentismo nas representações do Diário da Borborema (1957-1979).** Dissertação de mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A economia da ditadura e da transição**. IN PINHEIRO, Milton (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa Vol.1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LINKS E SITES

AGRA FILHO, Luciano Bezerra. **O desenvolvimento econômico no contexto da industrialização na Paraíba: engenhos, curtumes e tecelagens**. 2011. Retirado do site: http://www.partes.com.br/politica/paraiba.asp#_ftn1. Acessado em 09/10/2016.

<http://www.arquivosdeditadura.com.br>

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 02 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

GOMES, Rômulo Gabriel de Barros & SILVA, Marcília Gama da. Humor em tempos de chumbo: uma análise da censura durante a ditadura militar através das charges publicadas em periódicos de circulação em Pernambuco IN Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 1183-1193. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1183-1194.pdf>. Acesso em 06 de setembro 2016.

MELO, Lamarck Bezerra de. **A propósito da criação dos Centros Acadêmicos**. 1980. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/mobile/noticias/mostra_noticia.php?codigo=17687 Acessado em 07 de julho de 2017.

<http://ucescg.org.br/historia-da-uces/>

IMPrensa/JORNAIS

Diário da Borborema 1979 a 1985.

Estado de São Paulo 1978 e 1979

Folha de São Paulo 1983.

Jornal da Paraíba 1979 a 1985.

Jornal do Brasil 1978

O Globo 1974.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Prontuários da Delegacia de Ordem Política e Social – Serviço de Informação. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Disponíveis em: www.cev.pb.gov.br

Protocolos do Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS). Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – PB. Disponível em: www.cev.pb.gov.br

BRASIL. Câmara dos Vereadores. Protocolo nº 3888/83, de 09 de novembro de 1983. **Título de cidadão a Tereza Braga**. São Paulo, SP.

BRASIL. Câmara dos Vereadores. Moção nº 323/83, de 18 de outubro de 1983. **Apelo Ao Sr. Presidente**. São Paulo, SP.

Guia de Recolhimento de José Basílio Ferreira. Primeiro Cartório de Campina Grande – 1ª Vara. Fórum Afonso Campos em Campina Grande, 20 de Julho de 1988.

Processo Criminal Mão Branca. Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014.

Brasil. Comissão Estadual da Verdade. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade (Paraíba)**. Paraíba, 2014.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Parcial das atividades da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades representativas da Universidade Federal de Campina Grande**. Paraíba, 2015.

DEPOIMENTOS ORAIS DE MEMÓRIA

Depoimento do professor aposentado Wagner Braga Batista à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 27/03/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=5QSfKBZfn8A> Acessado em 20 de janeiro de 2017.

Depoimento do professor e ex-reitor da UFPB, Berilo Borba à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 18/07/2015, em João Pessoa. Link do depoimento: https://www.youtube.com/watch?v=8wmiCkbt9_E Acessado em 17 de outubro de 2016.

Depoimento do professor Gervácio Batista Aranha à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 10/04/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=d7bp8HmThbY&t=7108s> Acessado em 13 de julho de 2017.

Depoimento do professor Marcelo Bezerra à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, do dia 16/05/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=Eq2RGPIHb44&t=4455s> Acessado em 13 de julho de 2017.

Depoimento do professor Manoel Donato à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, do dia 11/09/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=a6LOsFcCV68> Acessado em 08/08/2018.